



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE
LA COMUNICACIÓN
DOCTORADO EM EDUCACIÓN

Régis Flávio Varela Oliveira

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E HISTÓRICA:
ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO
DE ASSÚ/RN/BR

Asunción, Paraguay

2019

Regis Flávio Varela Oliveira

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E HISTÓRICA: ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS EM
ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ASSÚ/RN/BR**

Tesis presentada a la UAA como requisito para la obtención del título de Doctor en
Ciencias de la Educación.

Tutor:

Dr. Diosnel Centurión, Ph.D.

Asunción, Paraguay

2019

V293

Varela, Regis Flávio Oliveira

Educação Patrimonial e Histórica: Estratégias didáticas em escolas do município de Assú/RN, Brasil, Asunción, 2019.

Tutor: Diosnel Centurión, Ph.D.

Tese acadêmica de Doutorado em Ciencias da Educacao. Universidad Autónoma de Asunción.

Total de páginas: 214

Lista de Referências: p. 77.

Áreas temáticas: Educacao. Patrimonio. Historia. Estrategias didáticas. Escolas. Municipio de Assú.

Código de biblioteca:

Regis Flávio Varela Oliveira

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E HISTÓRICA: ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS EM
ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ASSÚ/RN/BR**

Esta tesis fue evaluada y aprobada para la obtención del título de Licenciado, Doctor en
Educación por la Universidad Autónoma de Asunción - UAA

Nota: _____ Aprobado () Reprobado () Reformular ()

Localidad: _____ Fecha _____/_____/_____

Nombre y Firma de los Examinadores

Observaciones:

Dedico esse trabalho á minha família, que soube me apoiar e conduzir com paciência essa longa jornada. Ao meu orientador, que com sabedoria e serenidade me orientou em todos os momentos da construção dessa tese; a todos os professores da instituição – UAA, que de forma brilhante nos doou todos os conhecimentos e preparação para essa jornada científica.

Agradeco:

Primeiramente á DEUS, por me dar o dom da vida e a capacidade de seguir lutando por meus projetos e ideiais.

É preciso cavar para mostrar como as coisas foram historicamente contingentes, por tal ou qual razão inteligíveis, mas não necessárias. É preciso fazer aparecer o inteligível sob o fundo da vacuidade e negar uma necessidade; e pensar o que existe está longe de preencher todos os espaços possíveis. Fazer um verdadeiro desafio inevitável da questão: o que se pode jogar e como inventar um jogo?

Michel Foucault

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE GRÁFICOS.....	xi
LISTA DE QUADROS.....	xii
LISTA DE MAPAS.....	xiii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	xiv
RESUMO.....	xv
RESUMEN.....	xvi
ABSTRACT.....	1
INTRODUÇÃO.....	6
1. ESTRATÉGIAS DE ENSINO	6
1.1. Ensino como Estratégia de mudanças na sociedade	9
1.1.1. Definição das características educacionais.....	9
1.1.2 Teorias de ensino na Educação.....	17
1.1.3 Estratégias de ensino : a Didática e as suas Características.....	20
2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	20
2.1. A concepção de educação patrimonial e histórica na visão docente.....	25
2.2. O Ensino de História nos Currículos Escolares.....	
2.3. A importância em se abordar a Educação Patrimonial e a História local dentro de uma perspectiva de currículo/ensino fundamental.....	32
3. A CONSTRUÇÃO DE UM INDIVÍDUO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	37
4. O PATRIMÔNIO NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE AÇU.....	42
4.1. Patrimônio colonial Brasileiro e Norte Riograndense.....	50
4.2. Acervo arquitetônico do município de Assú/RN/BR.....	
4.2.1 Conservação patrimônio arquitetônico e historiográfico do município de Assú/RN/BR.....	59
4.2.1.1 Teoria da conservação e a sua aplicação ao patrimônio em terra.....	65
4.2.2 Cartório.....	66
4.2.3 Igreja.....	69
4.3 Generalidades do município de Assú/RN.....	70
4.3.1 Aspectos históricos, geográficos, demográficos e sociais.....	71
4.3.2 A formação da Ribeira do Assu/RN/BR.....	74
4.3.3 A Economia Pecuária de Carne Seca na Ribeira do Assú/RN/BR.....	80
4.4 A fundação de Assú/RN/BR.....	80

4.4.1 Aspectos Geografia de Assú/RN/BR.....	81
4.4.2 Aspectos sociais de Assú/RN/BR.....	81
4.4.3 Aspectos econômicos.....	84
5 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	84
5.1 Problema e objetivos.....	84
5.2 Unidade de análise, população, amostra e participantes do estudo.....	87
5.3 Modelo, tipo e enfoque.....	91
5.4 Variáveis do estudo.....	92
5.5 Local do estudo.....	97
5.6 Técnicas e instrumentos de coletas de dados.....	100
5.7 Técnica de análise de dados.....	103
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	103
6.1 Entrevistas com os herdeiros dos acervos arquitetônicos de Assú/RN.....	114
6.2 Questionário aplicado aos professores.....	125
6.3 Questionário aplicado aos alunos.....	136
7. CONCLUSÕES.....	140
8. RECOMENDAÇÕES.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154
APÊNDICES.....	154
APÊNDICE 1 - Carta de autorização para a realização da pesquisa.....	155
APÊNDICE 2 A – Questionário com os professores.....	157
APÊNDICE 2B – Questionário com os alunos.....	159
APÊNDICE 2C – Entrevista com proprietários e herdeiros.....	160
ANEXOS.....	161
ANEXO 1 - Lei do Tombamento e conservação dos acervos arquitetônicos de Assú/RN.....	161
ANEXO 2 – Escritura do casarão da família Rodrigues.....	163
ANEXO 3: Carta Patente de João Fernandes Vieira.....	164
ANEXO 4: Lei de emancipação do Assú datado de 1852.....	166
ANEXO 05: Planta baixa da Casa de Caridade/Instituto Padre Ibiapina.....	167
ANEXO 06 – Planta alta: Casa da Caridade Padre Ibiapina.....	168

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Igreja Santo Antônio ou Igreja do Galo – Natal/RN.....	44
Figura 2- Igreja Matriz da cidade de Natal/RN – Nossa Senhora da Apresentação.....	44
Figura 3 - Memorial Câmara Cascudo/Natal/RN.....	45
Figura 4 - Palácio do Governo (Palácio Potengi) – Natal/RN	46
Figura 5- Palácio Felipe Camarão – Prefeitura de Natal/RN.....	47
Figura 6 – Museu Café Filho – Natal/RN.....	47
Figura 7 - Coluna Capitólia- Natal/RN.....	48
Figura 8 - IHGRN.....	48
Figura 9 - Casarão da comunidade Sítio Casa Forte no município de Assú/RN/BR	50
Figura 10. Antigo Casarão da família Amorim (A) e atual supermercado Rede Ideal (B) no município de Assú/RN/BR.....	51
Figura 11. Antigo (A) e recente (B) Casarão da Baronesa no município de Assú/RN/BR.....	52
Figura 12. Antigo (A) e restaurado (B) Cine Teatro Pedro Amorim no município de Assú/RN/BR.....	54
Figura 13. Casarão / Antônio Soares e Macedo do Século XVIII.....	55
Figura 14. Casarão Mariano Macêdo do Século XVIII.....	56
Figura 15. Casarão Antônio Soares de Macedo – Século XVIII.....	58
Figura 16: Casarão Soares Amorim.....	58
Figura 17: Casarão de Sebastião Cabral.....	59
Figura 18: Matriz de São João Batista – Assú/RN.....	67
Figura 19 - Atual Matriz de São João Batista – Assú/RN.....	68
Figura 20 - Casarão de Joaquim Rodrigues	69
Figura 21: Rio Açú, Capitania do Rio Grande – 1624- 1680	70
Figura 22: Oficina de carne seca na Ribeira do Assu/RN/BR – século XVIII	75
Figura 23: Trabalho nas oficinas no século XIX	78
Figura 24 - Antiga Casa de Caridade, Instituto Padre Ibiapina – Hoje: Escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues.....	93
Figura 25. Taba-Assú (casa forte, cadeia, câmara de vereadores e prefeitura da cidade de Assú até o ano de 1948).....	104
Figura 26. Casarão Róseo da família Germano Martins/Teatro São José em Assú/RN	107
Figura 27. Casarão do século XIX da família Freire – Carvalho; Tavares – Wanderley	108
Figura 28. Casarão marrom do século XX da família Freire – Carvalho; Tavares Wanderley.....	109

Figura 29. Casarão Francisco Pereira do século XIX	109
Figura 30 - Casa de Caridade/ Instituto Padre Ibiapina/ E.M. PROF ^a Nair Fernendandes.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de maior grau de escolaridade docente.	115
Gráfico 2. Correlação entre tempos de conclusão de graduação e de atuação docente.....	118
Gráfico 3. Correlação entre o percentual de oferta da disciplina Educação Patrimonial (EP) e o acompanhamento docente da oferta de disciplinas na grade curricular da escola pesquisada.....	119
Gráfico 4 - Correlação entre o conhecimento acerca da Educação patrimonial e sua abordagem voltada ao município de Assú-RN em sala de aula.....	120
Gráfico 5. Correlação entre o conhecimento e a prática da abordagem sobre a história de Assú-RN.....	122
Gráfico 6. Percentual de consciência do profissional de educação acerca da preservação do patrimônio histórico/material arquitetônico de Assú.....	123
Gráfico 7. Correlação entre as séries acerca de ter conhecimento sobre o tema Educação Patrimonial	125
Gráfico 8. Correlação entre as séries sobre a importância em se estudar sobre a Educação Patrimonial.....	126
Gráfico 9. Correlação entre as séries e a importância de se estudar a história de Assú.....	127
Gráfico 10. Correlação entre as séries e a existência de abordagens sobre a história do município de Assú/RN nas aulas.....	128
Gráfico 11. Relação entre as séries e a existência da importância em preservar o patrimônio material e arquitetônico de Assú-RN.....	129
Gráfico 12. Relação entre as séries e a consciência de preservar patrimônio material e arquitetônico de Assú/RN.....	131
Gráfico 13. Relação entre as séries e o grau de importância que o patrimônio material e arquitetônico tem para o alunado.....	132
Gráfico 14. Relação entre as séries e o interesse do alunado em conhecer a história dos casarões coloniais de Assú-RN.....	133
Gráfico 15. Relação entre as séries e o conhecimento dos alunos acerca da história dos casarões coloniais de Assú/RN.....	133
Gráfico 16. Relação entre as séries e visualização de documento histórico sobre a história local e o acervo arquitetônico do município do Assú/RN...	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das Teorias de ensino.....	16
Quadro 2 – Quantidades e percentagens de professores que participaram na pesquisa.....	85
Quadro 3 – Quantidade e percentagens de alunos que participaram da pesquisa..	86
Quadro 4 – Tombamento de Patrimônio da Escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues.....	94
Quadro 5 – Materiais didáticos.....	94
Quadro 6 – Recursos Humanos e Pedagógicos.....	95
Quadro 7 – Estrutura da coleta de dados definida na pesquisa.....	97
Quadro 8 – Resultados das discussões sobre a pesquisa com os alunos.....	114
Quadro 9 – Redes de ensino e respectivas séries/anos de atuação docente.....	116
Quadro 10 – Resultados das discussões sobre a pesquisa com professores.....	124
Quadro 11 – Resultados das discussões sobre a pesquisa com os alunos.....	135

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Caminhos do gado; Formação e Ocupação do Espaço	71
Mapa 2 - A Ribeira do Açú/RN: no século XVIII	73
Mapa 3–Delimitação das oito regiões de desenvolvimento no Estado do RN.....	82
Mapa 4 - Mapa do Município de Assu/RN/BR	94

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

RN	Rio Grande do Norte
BR	Brasil
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
RJ	Rio de Janeiro
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCNEM	Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio
ANPUH	Associação Nacional de História
CEDUC	Coordenação de Educação Patrimonial
DAF	Departamento de Articulação e Fomento
IHGRN	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
SUS	Sistema Único de Saúde
ASAE	Assistentes de Serviços Administrativos Educacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
IES	Instituto de Ensino Superior
EJA	Educação Jovens e Adultos
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
SP	São Paulo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

RESUMO

A educação é o elo libertador de um ser humano e de uma sociedade, sendo o caminho para a uma vida melhor, de qualidade e de consciência plena de liberdade intelectual, cultural e científica; buscar as teorias educativas por em práticas e fundamental para solidificar o pensamento de uma sociedade. Organizar as mais diversas características pedagógicas é essencial para solidificar a educação na sociedade atual; Junto a essa proposta, vem na esteira dessa proposta a educação patrimonial que é vista como um mecanismo fundamental para curar ou minimizar a falta de consciência de estudiosos e leigos que vivem em áreas constituídas de patrimônio arquitetônico histórico sobre a importância de suas coleções materiais e imateriais. Portanto, sua premissa é sua difusão além do âmbito acadêmico. Assim, este trabalho teve como objetivo analisar as estratégias de ensino desenvolvidas na educação Patrimonial e Histórica no Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues do município de Assú-RN a partir das concepções e experiências dos professores da instituição. Como procedimento metodológico, foi desenvolvida uma entrevista semiestruturada com um grupo de cinco herdeiros residentes no município de Assú / RN e questionários aplicados a vinte professores e 80 alunos do 6º (sexto), ao 9º (nono) ano do ensino fundamental da escola pública municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues. Como resultados, houve um bom conhecimento adquirido entre os herdeiros do patrimônio histórico e da educação, e houve bom interesse e conhecimento sobre o tema pesquisado entre professores e alunos, mas acompanhado de um pouco de interesse em abordá-lo em sala de aula. Em geral, a disciplina Educação Patrimonial e Histórica não é bem divulgada e esclarecida na comunidade escolar como um todo, e ainda necessita de um bom planejamento para ações práticas que irão alterar este cenário atual, muitas vezes apático pela maioria do corpo discente, docente e técnico da escola.

Palavras-chave: Educação. Estratégias didáticas. História. Patrimônio arquitetônico. Município de Assú/RN.

RESUMEN

La educación es un componente liberador del ser humano y de la sociedad, pues abre el camino para una vida de calidad, para lograr la conciencia plena y la libertad intelectual, cultural y científica; su objeto es articular las teorías fundamentales para consolidar el pensamiento de una sociedad. Ella ayuda a organizar las más diversas características pedagógicas y es esencial para consolidar los valores en una sociedad. En este marco se encuadra la educación patrimonial, considerada como un mecanismo fundamental para elevar la conciencia de estudiosos y laicos que viven en áreas donde existen patrimonios arquitectónicos con vestigios materiales e inmateriales. Su premisa es poner de manifiesto su relevancia más allá del ámbito académico. Así, este trabajo tuvo como objetivo analizar las estrategias de enseñanza desarrolladas en la educación patrimonial e histórica en la enseñanza básica de la Escuela Municipal Profesora Nair Fernandes Rodrigues del municipio de Assú-RN, partiendo de conceptos y experiencias de los profesores de la institución. El estudio fue de tipo descriptivo con enfoque mixto. Los datos se recogieron a través de entrevistas con un grupo de herederos residentes en el municipio de Assú y una encuesta aplicada a profesores y alumnos del 6º al 9º grado de la Enseñanza Primaria de una escuela pública. Los resultados mostraron que los herederos tienen un conocimiento acabado sobre el tema del patrimonio histórico y de la educación patrimonial; por otro lado, tanto profesores como alumnos dijeron que les gusta el asunto, demostrando estar bien informados sobre el mismo pero mostraron tener poco interés en abordarlo en el aula. Se constató que la asignatura Educación Patrimonial e Histórica es poco divulgada y conocida en la comunidad escolar como un todo, y aún se necesita una buena planificación para efectuar acciones prácticas que cambie este escenario, pues, la mayoría de los participantes del estudio se muestran más bien apática. Concluyendo, al constatar el poco interés por el tema requiere redoblar el esfuerzo para estimular el rescate y la divulgación del tema, al tiempo de propiciar otros estudios para continuar desarrollando programas que favorezcan el valor y la conservación de esos patrimonios y la historia local, e ir superando la evidente apatía del cuerpo docente, técnico y discente de estas instituciones educativas.

Palabras clave: Educación. Estrategias didácticas. Historia. Patrimonio arquitectónico. Municipio de Assú/RN.

ABSTRACT

Education is the link that frees human beings and society, being the way to a better life, of quality and full awareness of intellectual, cultural and scientific freedom. It seeks the educational theories by in practical and fundamental to solidify the thought of a society. Organizing the most diverse pedagogical characteristics is essential to pave education in a society. Along with this proposal comes in the wake of this proposed heritage education that is seen as a key mechanism to cure or minimize the lack of awareness of scholars and lay people who live in historic architectural heritage of established areas on the importance of its material and non-material collections. Therefore, its premise is its diffusion beyond the academic scope. Thus, this work aimed to analyze the teaching strategies developed in heritage education and history in the municipal elementary school of Professor Nair Fernandes Rodrigues of the municipality of Assú-RN based on the ideas and experiences of teachers of the institution. As methodological procedure, a semi-structured interview with a group of five heirs living in Assú in RN state and questionnaires to twenty teachers and 80 students from 6th(sixth) to 9th(ninth) grade of elementary school to a public school Professor Nair Fernandes Rodrigues was developed. As a result, there was a good knowledge acquired from the heirs of heritage and education, and there was good interest and knowledge on the subject researched between teachers and students, but accompanied by a bit of interest in addressing it in the classroom. In general, the discipline Historical Education is not well publicized and informed the school community as a whole, and still requires good planning for practical actions that will change this present scenario, often lethargic for majority of the student body, school technician.

Keywords: Education strategies. History. Architectural patrimony. Assu Municipality.

INTRODUÇÃO

O tempo histórico, mostra com clareza que a educação e o conhecimento juntos são os únicos caminhos para a liberdade de uma sociedade; Os mais diversos métodos de ensino e aprendizagem vieram para facilitar o desenvolvimento e o entendimento humano. a educação é capaz de melhorar a qualidade de vida das pessoas, colocando as em bons níveis sociais, qualificar para o mercado trabalho e insere no mundo do conhecimento. A educação não se constitui apenas em princípios morais, éticas, intelectuais sociais, culturais, políticas e econômicas. Mas também relacionadas aos aspectos físicos dentre outros meios com a educação patrimonial e arquitetônico.

A Educação Patrimonial e Histórica tem ao longo do tempo ultrapassando os limites da educação como também das paredes dos museus. para tornar visível e com liberdade entre ruas e edifícios históricos, utrapassando os limites e transeuntes; juntando se aos contos orais e às histórias de seu tempo e se extendendo muitas vezes de maneira sinuosa e sutil sem formalidade.

Ao Pensar na educação como o espaço de convivência e aprendizagem podem desenvolver ações de conhecimentos, convervações, recuperações e utilidade cultural e conomômica na Educação Patrimonial do espaço local. apresentamos este trabalho de tese intitulada: “Educação patrimonial e histórica: uma proposta de intervenção didático-metodológica no ensino fundamental na rede pública de ensino do município de Assú/RN/BR”, que nasceu de uma inquietação advinda da ausência e/ou indevida importância da representatividade desse tema como parte integrante do acervo ao patrimônio local, bem como a falta de abordagens relacionada ao tema no âmbito educativo, já que sou historiador e estão relacionados e indicados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implantados a partir de 1997 e 2018 respectivamente, além dos temas transversais, uma organização curricular desdobrados em subtemas. Isto é, para os quatro anos finais do Ensino Fundamental, sendo sugerido o estudo de dois eixos temáticos: I) História do lugar comunitário e relatos do dia a dia, ainda subdivididos em dois subitens: ‘localização’ e ‘comunidades dos homens primitivos do país’; II) História das estruturas das populações, ainda subdividida em ‘ movimentos das populações’, ‘como se organiza os povos; e organizações das lutas pelo o espaço das sociedades atuais, grupos étnicos e formções de

raças’, e ‘ origem e estrutura histórica e em diversos espaços de tempo’. Para os anos finais do Ensino fundamental, são contemplados também com dois eixos temáticos: I) ‘ releituras históricas das relações da sociedade, dos diversos traços culturais, como as relações de trabalho’, subdividida em ‘as releituras sociais, a natureza natural e a estrutura da terra’, e ‘as relações e tipo e de trabalho e seus conflitos’; II) ‘História das estruturas políticas, das formas e relações de poder’, desdobradas também em dois subitens: ‘ estados, País e nações, população, povos, conflitos, lutas, revoluções e guerras’; ‘ independência e estruturas culturais no tempo atuais ou contemporâneo’. essas ações culminam nas reflexões e interações com a educação de patrimônios culturais, materiais, imateriais no espaço locais, encontrando perspectivas e abordagens sobre a temática em diferentes espaços educativos.

A educação patrimonial e histórica é de relevância no trabalho educacional, uma vez que centra o conhecimento em aspectos que estão para além da ciência. É a primazia do conhecimento a partir da história e cultura humana analisado de forma individual, mas também coletiva. Assim, pode-se dizer que é permitir aos alunos um contato direto, a aproximação e reflexão a partir de sua historia atrelada as manifestações culturais construídas e reconstruída a partir da concepção de que o ser humano é um capaz historicamente e culturalmente construído.

A escola por receber esta clientela e por sua função social não esta “longe” de tentar construir um resgate, uma análise a cerca deste objeto de estudo aqui proposto. Logo, pensar em um currículo que consiga perceber a educação patrimonial e histórica é pensar em um currículo vivo para o desenvolvimento de pessoas “vivas”.

É se apropriar e valorizar o que chamamos de herança cultural de um determinado povo, uma vez que cada grupo social, cada cidade, país, possui suas heranças a partir de um conceito de cultura que é a crença e a maneira de viver de uma sociedade a partir de suas manifestações culturais.

A partir das incursões ressalta-se que o Patrimônio Histórico do Município de Assú/RN/BR tem sido, de certa forma, deixado à deriva no contexto escolar e essa questão tem se tornado motivo de preocupação por parte desta investigação científica, onde imbuído do espírito investigativo questiona: Quais as estratégias de ensino desenvolvidas na educação Patrimonial e Histórica no Ensino Fundamental da Escola Municipal

Professora Nair Fernandes Rodrigues do município de Assú/RN/BR a partir das concepções e experiências do corpo docente da instituição?

As **perguntas específicas** são: 1) Quais as concepções, conhecimento, valorização e ações de preservação sobre o patrimônio histórico de herdeiros de casarões do município? 2) Quais as concepções, conhecimento e valorização dos professores e alunos da escola em estudo sobre o acervo patrimonial do município? 3) Quais os elementos do patrimônio incluídos no currículo escolar do ensino fundamental da escola?; e 4) Quais as atividades realizadas na educação patrimonial e histórica nos anos finais das instituições escolares ?

Rememorar neste contexto, onde o patrimônio é um direito social que deve ser protegido e valorizado de forma que todos os sujeitos históricos que o compõe precisam estar envolvidos. É poder então fomentar a ideia de pertencimento de um povo, valorizando sua história, seus espaços, promovendo qualidade de vida e também construindo e reconstruindo identidade.

Desta forma, esta pesquisa é válida, na medida em que coloca na centralidade o debate acadêmico científico a importância da educação patrimonial e histórica nas escolas como ferramenta de construção cultural e histórica, como meio de promoção do resgate das memórias de um povo. O homem como aquele que cria e recria história e cultura. O ser humano como aquele que constrói e reconstrói significados a partir daquilo que ele reconhece como pertencimento a sua própria existência.

Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as estratégias de ensino desenvolvidas na educação Patrimonial e Histórica no Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues do município de Assú-RN a partir das concepções e experiências dos professores da instituição.

Como específicos: 1) Verificar as concepções, conhecimento, valorização e ações de preservação sobre o patrimônio histórico de herdeiros de casarões do município; 2) Constatar as concepções, conhecimento e valorização dos professores e alunos da escola em estudo sobre o acervo patrimonial do município; 3) Identificar os elementos do patrimônio incluídos no currículo escolar do ensino fundamental da escola; e 4) Constatar as atividades realizadas na educação patrimonial e histórica nas salas de aula das instituições educacionais nos anos finais.

A sustentação teórica foi baseado em vários autores. Entre eles, os mais importantes, citam-se: Abud (1992), Alves (2010), Libâneo (2007), Florêncio et al. (2014), Freire, (1987). Hall (2004), Horta (2004), IPHAN(2003), (1994), Medeiros Filho (1084), Monteiro (1999); Nadai (1992), Rocha Teixeira (2008), Paim (2010), Trigueiro *et al.*(2014), Vigotisky, (2010). dentre outros.

O estudo foi de tipo descritivo com elementos histórico-documentais, com enfoque qualitativo e quantitativo. Os dados foram coletados de herdeiros, professores e alunos através de entrevistas e questionários semi-abertos. Foram incluídos a verificação *in loco* (observação direta) do acervo patrimonial com inclusão de relatos e registros fotográficos.

O estudo está organizado em capítulos. No capítulo 1, define se as estratégias de Ensino, definição de características, Teorias de ensino. O capítulo 2 desenvolve-se o tema da Educação Patrimonial, incluindo A concepção de Educação patrimonial e histórica; O ensino de história nos currículos escolares. Ele inclui: A importância em se abordar a educação patrimonial e a história local dentro de uma perspectiva de currículo/ensino fundamental.

O Capítulo 3 trata da Memória e identidade na perspectiva da construção de um indivíduo social. Inclui: o Patrimônio colonial brasileiro e Norte Riograndense.

No capítulo 4, aborda-se o Acervo arquitetônico do município de Assú/RN, incluindo: Cartório; Igreja; Generalidades do município de Assú/RN; Aspectos históricos, geográficos, demográficos e sociais; e Aspectos econômicos.

No capítulo 5 se apresentam os Aspectos Metodológicos, que inclui: O problema e objetivos; Variáveis; local do estudo; tipo e enfoque; unidade de análise, participantes e amostra; as técnicas de coleta de dados e as técnicas de análise dos dados.

No capítulo 6 apresentam-se os Resultados da pesquisa que inclui: Resultados das entrevistas com os herdeiros dos acervos arquitetônicos de Assú/RN/BR, onde foram colocados as relevâncias das questões de preservações, conservações e resgate históricos dos acervos arquitetônicos e a História local; No Questionário aplicado aos professores indaga se a aplicação dos conteúdos sobre a História local e a importância dos acervos arquitetônicos do município como também a metodologia aplicada; Questionário aplicado aos alunos, foram colocados se eles tinham conhecimentos e estudava regularmente a

História local; se tinha consciência da importância de se conhecer a História local, como também do patrimônio Histórico arquitetônico do município de Assú/RN/BR

O capítulo 7 consta das Conclusões , analisamos se os objetivos geral e específicos se foram contemplados na pesquisa, como também o problema fora respondido, como também as relevâncias do trabalho desenvolvido, sendo essas relevâncias sugestões para futuros trabalhos desenvolvidos a partir dessa pesquisa.

No capítulo 8 estão as Recomendações, recomenda-se estudos, preservação, sobre preservação patrimonial arquitetônico de Assu/RN/BR, como também o resgate histórico do mesmo município. Convocando os poderes Públicos; administrativo, político, Judicial, sociedade civil organizada, e a Educação em todas as esferas e graus.

1. ESTRATÉGIAS DE ENSINO

1.1 Ensino como Estratégia de mudanças na sociedade

O mundo atual está passando por um processo de revolução na informação e na comunicação e em vários seguimentos da produção, os campos da ciência, do conhecimento e da Educação são os setores que mais evoluíram juntos a essa revolução.

A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, com o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social. (Lagar et al., 2013 apud Libâneo, 2007, p. 43)

O desenvolvimento intelectual, científico e cultura, levaram a sociedade a patamares e níveis culturais diversos; onde a educação é o grande meio de ligação entre o homem e o conhecimento; outro ponto importante é a capacidade de inserir no mundo do trabalho. Para Lagar (2013 apud Libâneo, 2007, p. 43) a educação é um grande traço libertador entre esse dois mundos.

A escola recebeu uma sobrecarga de responsabilidades, dentre elas estão: “incluir, preocupar-se com a formação de maneira interdisciplinar, atender às demandas do mundo tecnológico e formar pessoas dotadas de ética”. (Lagar *et al.*, 2013 apud Libâneo, 2007, p. 43)

A construção desse homem do século XXI, aparece da necessidade de que os métodos de ensino e de educação esteja em total consonância com as transformações e tendências do mundo virgente que forma esse homem integro e interdisciplinar. Porém, a escola deve está atenta a essas mudanças.

As escolas públicas e privadas desenvolvam uma formação integral do ser; objetivando a união das demais instituições sociais, culturais e a comunidade científica; organizando junto ao campo do coletivo para desenvolver e acompanhar o desenvolvimento produtivo do homem. Como aborda Lagar *et al.* (2013) na sua análise sobre as escolas e demais instituições:

A união da escola pública com as demais instituições sociais facilitará o encontro com a qualidade do ensino. A escola pública é uma instituição que tem o compromisso voltado à democratização do ensino. Democratizar o ensino é permitir a todos o acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade. (Lagar *et al.*, 2013, p. 44)

Sabe-se que a escola tem três objetivos fundamentais para seu aluno, dentre eles podemos averiguar: 1. (um) organizar a vida produtiva e formação técnico-informacional; 2. (dois) formação a independência do cidadão com visões crítica e participativa na sociedade; 3. (três) estrutura ética e moral do ser e sua formação íntegra no convívio social e com a natureza.

Quanto ao objetivo 01, a educação deverá preparar e desenvolver no aluno habilidades e competências para o mundo do trabalho, inserindo no processo e capacitando nesse campo técnico científico, capacitá-lo para o mercado de trabalho. O objetivo 02, é criar condições para a formação de ser capaz de exercer na complexidades da vida; o objetivo 03 (três) aponta para a formação ética, moral, cultura e, que compreenda os valores morais, e respeito a natureza; levando ao respeito do planeta terra.

Nessa perspectiva, a escola deverá se ajustar as mudanças do cotidiano e organizar de forma intersetorial, que unifique os demais setores da comunidade escolar e o meio social, facilitando a formação integral dos discentes. Para essa situação o ensino deve buscar a máxima qualidade e como a excelência da escola. Com setores de apoio pedagógicos de apoio de ótima qualidade, como psicólogos, psicopedagogos, orientadores pedagógicos, entre outros.

Para Vygotsky, apenas as funções psicológicas elementares se caracterizam como reflexos. Os processos psicológicos mais complexos - ou funções psicológicas superiores, que diferenciam os humanos dos outros animais - só se formam e se desenvolvem pelo aprendizado. Entre as funções complexas se encontram a consciência e o discernimento. "Uma criança nasce com as condições biológicas de falar, mas só desenvolverá a fala se aprender com os mais velhos da comunidade" (Rego, 2010, p. 36).

Nesse aspecto o papel da escola é essencial para a aprendizagem sendo esta fundamental na mediação do conhecimento, tornando todos os docentes imprescindíveis na formação e desenvolvimento cognitivo da criança. Dessa forma, a criança cria para si procedimentos de conhecimento tornando confiante e independente sobre a evolução da aprendizagem.

Para alguns teóricos é necessário averiguar antes que o aluno mesmo que ainda não domine ou não a capacidade de desenvolver só suas habilidades e potencialidades de aprendizagens. Nessa relação de aprendizagem e o seu desenvolvimento cognitivo, inicialmente vem a aprendizagem. É nesse formato de experiência que a teoria sócio-interacionista com vygotsky, cria a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), tornando a distância entre o desenvolvimento da realidade que a criança tem no momento e que tem condições de desenvolver suas potencialidades de adquirir novos conhecimentos. Esse potencial só se concretiza com as condições de um intermediador capacitado para concretizar o desenvolvimento na criança. Para isso Vygotsky (2001, p. 32) declara que a:

Zona de desenvolvimento proximal é o caminho entre o que a criança consegue fazer sozinha e o que ela está perto de conseguir fazer sozinha. Saber identificar essas duas capacidades e trabalhar o percurso de cada aluno entre ambas são as duas principais habilidades que um professor precisa ter.

Dessa forma, o conhecimento não se distancia parcialmente nem totalmente do desenvolvimento cognitivo ou das condições intelectuais do discente infantil, criando uma parceria para organizar e alavancar níveis de conhecimentos através da educação e dos meios que a criança frequenta.

Observar-se por essa ótica, a extensão e o novo horizonte do desenvolvimento mental, Vygotsky não organizou uma teoria pedagógica, mas estimou o pensamento do ensino aprendizagem. Deve ressaltar a importância da escola ou universos de ensino para a formação do conhecimento nas pessoas, analisando esse novo olhar sobre a abordagem da pedagogia não haveria evolução do conhecimento sem as instituições do conhecimento.

Com tudo, a aprendizagem amplia o universo mental e intelectual do educando. Assim, o repasse do simples conhecimento de um conteúdo não se limita à aquisição de uma nova habilidade ou competência. E sim, se resume apenas a um conjunto de

informações sem nexos com a estrutura do desenvolvimento intelectual da criança, onde há a importância da ampliação cognitiva do discente. Através do domínio da escrita e da fala possibilita que o aluno passa a ter a capacidade reflexiva, contribuindo com a desenvoltura do próprio funcionamento psíquico.

1.1.1 Definição das características educacionais

O processo educacional pode apresentar suas características como um elo de interação social e de busca do conhecimento, troca de intercâmbio cultural, social e ambiental. Tornando uma ponte para o futuro com o propósito de registrar o passado das gerações anteriores, e projetar o futuro a partir desse resgate histórico e da relação com o outro, permitido pelo o processo de ensino.

A educação se materializa a partir de uma sequências de valores morais, éticos, competências e habilidades que desenvolve na criança e no adolescente, de acordo com o grau de maturidade e sensibilidade repassada pelo ensino tornando sólido para a vida toda (Oliveira, 34, *apud* Vygotsky, 1929, p. 01)

A sociedade atual vem atribuindo com grande importância aos novos conceitos do conhecimento e a educação permanece em processo evolutivo em grau superlativo; o processo educativo não se limita somente as duas fases iniciais da vida humana, ou seja, a infância e à adolescência. O Homem deve adquirir conhecimentos em toda sua extensão da vida. No campo da educação e do conhecimento científico, social e cultural.

1.1.2 Teorias de ensino na educação

A educação é um dos requisitos essenciais para a formação do homem. Fator preponderante na inserção no mundo intelectual, das ciências, do mercado de trabalho dos bens e serviços disponíveis na sociedade. A educação é acima de tudo um direito de todo ser humano, levando em consideração as reais garantias de ótimas condições necessárias para em um futuro próximo poder usufruir dos direitos dos cidadãos livres garantidos por lei e instituições sociais. Para isso, estudiosos e teóricos desenvolveram juntos as mais avançadas teorias educacionais, elaborando e analisando métodos que se ajuste a melhor estrutura da educação na contemporaneidade.

Teoria Comportamentalista

As mudanças de comportamentos do ser humano estão nas formas de como são impostas a sua estrutura psíquica. Portanto deve se adequar a realidade do espaço vivido para apartir desse meio provocar os estímulos e adequados. O comportamento humano é influenciado pelo ambiente. Dessa forma, a interação ambiente e meio social se complete ou interajam, ou seja, o docente deve inferir resultados que deseja ou almeje para o discente alcançar. Para isso deve despertar-lhes as motivações e organizações como elo manipulador as recompensas cabíveis para estimular a criança a alcançar os resultados esperados. Para Skinner (1974, p. 19) “a ciência se ocupa do geral, mas o comportamento do indivíduo é necessariamente único”.

Sabe-se que pode ser visto o modelo teórico de aprendizagem comportamentalista que leva ao condicionamento clássico onde desenvolve o processo de aprendizagem como forma de associação, desenvolvendo resultados ou espécies de uniões no sistema condutor dos nervos centrais. Para isso, é acionado o condicionamento operante que desenvolve através do processo de aprendizagem que há um estímulo a uma resposta e o desenvolvimento de uma situação favorável.

As várias reproduções de um fato que provoque estímulos e resultados favoráveis, ou seja, fato positivo cresce as possibilidades de certeza do fato estimulado. Os resultados são fortalecidos pelo esforço ou pode gerar o enfraquecimento pelo seu fim. Nesse caso, entra como ator principal o docente com sua atuação consciente ou até outros recursos didáticos, e metodológicos desenvolvidos.

O discente é o receptor que deve absorver o conhecimento melhor aprendendo por memorização e repertição tendo como foco os conteúdos e o professor. Observando essa teoria pode-se indagar: Que tipo de pessoa esperamos organizar para a vida? Um ser humano com um grande saber científico, pessoas direcionada só para trabalho, que desenvolva as habilidades que ofereça o meio que vive ou está inserido.

Teoria Cognitiva

Essa teoria valida as estruturas da mente humana e seus mecanismos interiores que se desenvolve no ser, onde procura se relacionar com o conhecimento desenvolvido no meio social e a estruturação do conhecimento. Olhando para a aquisição de arquivamento na organização do pensamento humano. Para alcançar esses níveis usa as técnicas adequadas levando a refletir sobre o que se vai trabalhar na sala de aula do tipo convencional ou

tradicional no cotidiano ou na rotina escolar das aulas ministradas. Tem como conceito básico, a estrutura do conhecimento decisivamente organizada e hierarquizada dando ritmo as várias ideias que se desenvolve em consonância com as relações estabelecidas com múltiplas ideias organizadas. Dessa forma, a aprendizagem consiste na ampliação de estrutura da aprendizagem, com a chegada de novas formas de pensamentos estabelecidos.

O conhecimento tem importância e significado quando o espaço tem lugar para novas concepções. Ao mesmo tempo se relaciona de forma não irresponsável, ou seja, ter relação lógica e com significados tendo sentido com as ideias formadas de fatores relevantes para o desenvolvimento da aprendizagem.

Dentre eles, há os fatores cognitivos onde os conhecimentos ancoram às novas ideias; em diferentes estratégias de ensino relacionam com as ideias já adquiridas; dessa forma, a clareza e firmeza das ideias novas como âncora para o desenvolvimento da aprendizagem dos significados.

Por aprendizagem significativa entendo uma aprendizagem que é mais do que uma acumulação de fatos. É uma aprendizagem que provoca uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação futura que escolhe ou nas suas atitudes e personalidade. É uma aprendizagem penetrante, que não se limita a um aumento de conhecimento mas que penetra profundamente todas as parcelas da sua existência (Rogers, 2001, p. 01)

Outro ponto importante nessa teoria são os fatores afetivos - sociais; que levam em conta o interesse da criança para o processo de aprendizagem dos significados; como também os fatores externos para a aprendizagem significativa: fatores esses onde o docente deve ter acesso e desenvolver processo de manipulação com liberdade que venha propiciar as momentos e melhoras para as condições possíveis para que os discentes possam aprender significativamente os conceitos sobre o conhecimento.

Os adeptos e estudiosos dessa teoria, o conhecimento e a aprendizagem é apenas um processo individual que depende, unicamente, do indivíduo para o avanço cognitivo. Para isso, a busca pelo conhecimento e aprendizagem não são levadas em conta pelas diferenças sociais, biológicas, físicas, oportunidades econômicas, dentre outras. Caso a criança não tenha desenvolvido suas habilidades e competências é em decorrência de vários

fatores, pois os profissionais se dedicaram na busca do conhecimento para ajudar na aprendizagem.

Teoria Construtivista

Epistemologia genética ou teoria psicogenética. Criada para desenvolver e explicar o desenvolvimento cognitivo do ser humano a partir dos estímulos dados desde da fase de nascimento neonatal até a adolescência. Esse desenvolvimento sociocognitivo tem uma forte influência do espaço e do ambiente que a criança está vivenciando. Acreditando na capacidade de crescimento racial;” lembremos que o crescimento intelectual da criança não só depende do espaço ambiental como também da carga genética que essas crianças trás consigo a estrutura pensamento da criança chega ao seu ápice de desenvolvimento na fase da adolescência, mas para isso antes essa criança passa por vários estágios diferentes de amadurecimentos cerebral” (Rogers, 2001, p. 09).

Assim, o conhecimento vai sendo construído pela criança a partir de suas descobertas, quando em contato com o mundo e com os objetos. O trabalho de ensinar não deve se limitar a transmitir conteúdos, mas a favorecer a atividade mental do aluno. Para Piaget, educar e provocar as atividades – isso é estimular a procura do conhecimento, aprender a língua na forma mais direta possível para poder dominá-la; para refletir sobre ela na dedução da gramática (Piaget, 2010, p. 44).

Contudo, o professor deve criar critérios de avaliação para mensurar ou validar o desenvolvimento da criança, procurar averiguar quais são os conhecimentos previamente, que leve o discente a despertar interesses a partir desse ponto inicial, procurar e desenvolver diversos elementos qualificatório para que as crianças construam seu próprio conhecimento. “O docente deve criar momentos para que o discente descubra ao seu conhecimento já adquirido. Apresenta através da experimentação e vivência, focando no aluno suas operações sócio educativa” (Piaget, 2010, p. 54).

Nessa teoria, espera que o indivíduo desenvolva autonomia, que conta consigo mesma e com sua condição de desenvolver conhecimentos, pessoas que tem a condição de interagir com o ambiente vivido, que tem discernimento e convicções própria, tornando capaz de alcançar visões ímpares do ambiente vivido ou do mundo que o cerca.

Teoria socio – interacionísta

Essa teoria estabelece uma estrutura clara relacionada entre a dialética, o sujeito e meio social. O ser humano modela o ambiente natural e o ambiente natural modela o ser humano; para isso o desenvolvimento da criança mesmo com condições biológicas e fisiológicas devem ser estimuladas falar mais através dos estímulos provocando desenvolvimento integral da fonética. Com o contato com o meio vivido ou o outro. entretanto, o que se enfatiza é a interação e a mediação entre sujeito e o meio ambiente.

Todo aprendizado é necessário ter um mediador tornando essencial no processo de aprendizagem o discente participativo do que é previsto no crescimento intelectual da criança; o aprendizado da criança está dependente ao desenvolvimento das estruturas intelectuais, mas um se alimenta do outro, contribuindo com saltos qualitativos do conhecimento. Tendo como conceito básico, nenhum conhecimento é construído pela pessoa só, mas em parceria com outras pessoas (Damiani; Neves, 2006, p. 07).

Para isso, desenvolve a partir das zonas de desenvolvimento proximal (ZDP), que é a Distância entre níveis de desenvolvimento da realidade do indivíduo e o nível de desenvolvimento que temos de potencialidades. Entrando em cena o papel do professor que fica mediador entre o discente (a criança) e os conhecimentos prévios em que ele já trás de vivências de mundo. Apresentando e observando o meio vivenciado tanto no passado quanto no tempo presente. Mensurando as experiências vividas e compartilhando, organizando esses avanços com os mesmos e já vivenciando com o que já foi revelado ou descoberto sobre os novos conhecimentos , para isso será necessário compartilhar com os outros mediadores.

[...] criar Zonas de Desenvolvimento Proximal (ZDP's), isto é, atuando como elemento de intervenção, de ajuda. Na ZDP, o professor atua de forma explícita, interferindo no desenvolvimento dos alunos, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente. Vygotsky, dessa forma, resgata a importância da escola e do papel do professor como agentes indispensáveis do processo de ensino-aprendizagem. O professor pode interferir no processo de aprendizagem do aluno e contribuir para a transmissão do conhecimento acumulado historicamente pela Humanidade (Damiani; Neves, 2006, p. 09).

Percebe-se que a interação é na relação aluno- professor e aluno – aluno que desenvolve o conhecimento, esperando dessa teoria que os indivíduos se coopere entre si e que tenham copromentimentos com o espaço social e ambiental com as outras pessoas. Que comungue seus princípios ideológicos, como também aceite opiniões de outros meios sociais. Pessoas que não necessariamente tenha domínios enciclopédicos, mas que encontre caminhos para encontrar conhecimentos que complemente os conhecimentos que faltam.

Diferenças entre a teoria sociointeracionista e a teoria construtivista. A influência da cultura e do social é o ponto central dos sociointeracionistas; já para os construtivistas o ponto central é o biológico (carga ou Herança genética) e o ambiente em que se desenvolve. O social é pouco enfatizado por essa linha teórica (construtivista), essa é a diferença principal entre as duas teorias.

Aprendizagem versus desenvolvimento mental

Os sociointeracionistas veem a aprendizagem acontecer por desenvolvimento mental ou intelectual, ou seja, busca o incentivo nos avanços de novas conquistas, sem precisar o avanço do grau de amadurecimento cerebral. Para esses teóricos são os contatos ou convívios sociais que matura o ser humano se desenvolver e criar estruturas capazes de se sustentar nos projetos da vida.

Para os construtivistas, já defende a concepção de que o conhecimento ou desenvolvimento gradual do pensamento intelectual faz tornar se qualificados no processo de aprendizagem. Entretanto os contatos sociais, culturais, e experiências repassadas de gerações anteriores são meramente segundo plano em relação a estrutura Biológica.

Educação para a consciência

Uma teoria de cunho social e libertadora com pensamentos críticos; Um estilo e uma escola filosófica única. Tendo como objetivo primordial a procura da liberdade. A busca pelo conhecimento a partir da visão de mundo vivenciadas, entretanto as modificações do contexto socio – históricos - ambientais, são capazes que encontrar a condição ideal da consciência do mundo onde esta inserido ou vivido. Conceber a educação o caminho de reflexão sobre a realidade existente e o mundo ideal. “Encontrar uma forma junto ao real no sujeito, encontrar nas causas mais complexas do conhecimento e suas vivências intelectuais. tendo como causa primordial os fatores simples e complexos,

inzeridos nos espaços os locais como também os globais em recorrentes sirtuações” (Freire, 1987. p.5).

A aprendizagem e a reaprendizagem com os contatos e experiências vividas junto com a visão do espaço integral global é capaz de desenvolver conhecimentos e apredizagens. Em consonância com outros espaços de foratos e olhares diferentes. Esse novo olhar tem espaços que interaja e aberto ao conhecimento, isto é, revelado em várias formas e diversas direções pela modifivações da ação humana.

Para a teoria da consciência a aprendizagem está ligada diretamente a pedagogia, com o com meios e a prática social, devemos observar a modelagem e a reconstrução de uma sociedade com visão de mundo libertador refletida com a sociedade que está incerida; a teoria freiriana, vem de encontro com o diálogo. Sendo o ponto decisivo. onde o docente e o discente sejam sujeitos principais e atuantes na sociedade.

Com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana. E o método que lhe propicia essa aprendizagem comensura-se ao homem todo, e seus princípios fundam toda pedagogia, desde a alfabetização até os mais altos níveis do labor universitário (Freire, 1987. p.7).

A teoria da consciência tem como ponto de partida uma palavra geradora que deve partir do espaço geográfico vivido pelo sujeito. Para os teóricos, da educação a consciência e o fator essencial para uma reflexão minuciosa. Dessa forma a dever se observar a realidade em que é vivenciado. Com essa forma surge a ação e o novo projeto do sujeito. A palavra primaria ou geradora será o elo gerador para a pesquisa com os discentes.

A teoria para a cosciência freiriana propunhe a exploração na sua totalidade dessa globalidade vivenciada pelo discente: termos como palavras principais, frases faladas no cotidiano dos discentes. Vislumbra e revelar o universo vivenciados pelos alfabetizando.com esse resultava aparece os pontos positivos.

A teoria da consciência levanta criticas para os que não compreende o método, quantos para os que segue a metodologia freiriana de uma forma régida. A proposta será uma suma dos resultados a partir do cotidiano.o espaço de mundo e as

experiências vividas pelo sujeito geram a aprendizagem, dessa forma sustenta o método e a teoria da educação para a consciência.

Alguns pontos relevantes da teoria da educação para a consciência. É um método com características própria e quem tem na sua essência a dialéticos e interdisciplinares; O formato de ensino tem caráter libertador. Indo de encontro ao processo conservador de alienações de sistema; crítica incisiva a educação tradicional, isto é, tratando a sociedade como objeto e não como o sujeito; tem um olhar voltada a educação como uma ação educacional e cultural; tem como eixo principal a busca pela consciência da importância da aprendizagem de uma vivência social entendida como a aproximação crítica da realidade; O corpo docente e discente fazendo parte de uma estrutura no convívio social isto é aprendendo de forma unificada, no processo de interação constante; esse método tenta buscar os significados relevantes da sociedade explicando a retomada de consciência do espaço vivido.

Quadro 1: Síntese das Teorias do ensino

Teoria do ensino				
	Aluno	Professor	Aprendizagem	Método
Comportamento lista.	Passivo.	Repassador do conhecimento. (verdade absoluta).	organizada por estruturas naturais. da índole (estímulo e resposta).	conteúdo; direcionados e programado.
Cognitivista.	Autonomia; filtrar os materiais que tem significados para ele.	Delimita a estrutura conceitual e proposional do conteúdo.	Ampliação a estrutura cognitiva; através da incorporação de novas idéias a elas.	Aulas expositivas: desenvolvimentos através de mapas conceituais.
Construtivista	Ativo.	Mentor; favorecedor dos processos de descobrimentos autônomo de conceito.	Interação sujeito/ objeto: Construtivismo sequencial (níveis): Relação direta com o desenvolvimento.	Experiências Pesquisas e soluções problemas.
Sócio – interacionista	Interativo; responsável pelo aprendizado.	Mediador: parceiro: realiza o elo entre o ZDR e ZDP do aluno.	Interiorização gradual dos atos externos e suas transformações em ações metais.	Referencial histórico social; trabalhos com projetos.

Educação para a consciência	Sujeito gerador e capaz de desenvolver outros sujeitos geradores.	Doscentes e discentes, são um único atores social, isto é, desenvolve juntos, num processo integral e contínuo.	São capazes de caminhar na estrada da consciência e da aprendizagem. Cria a condição crítica da realidade do contexto onde esta inserido, desenvolvendo sua própria linguagem.	Dialético interdisciplinar
-----------------------------	---	---	--	----------------------------

Fonte: Autoria própria, 2018 (baseado nas teorias acima discutidas)

1.1.3 estratégias de ensino : a Didática e as suas Características

Nesta seção Broch, Paloma Sanchez (2017), apresenta-se um trabalho realizado pela autora, que percorre as obras de vários autores sobre o que é ensinar o patrimônio. O acervo patrimonial de um povo, mesmo que esteja a vista de todos, precisa-se de algum grau de cultura ou conhecimento para favorece-lo e protegê-lo. Esta a gente encontra num lugar especificamente preparado para esse fim.

O ensino da herança ou patrimônio, no contexto da educação formal, não destina-se a adicionar novos conteúdos para as ciências sociais, nem o estudo do patrimônio cultural em si (Estepa Giménez, 2001, p. 100), visa integrar o patrimônio na currículo pelas razões detalhadas abaixo.

A análise sobre patrimônio cultural permite-nos:

- Apresentar-se a estudantes de outras realidades, tempos e culturas e, portanto, trabalhar pelo bem do multiculturalismo e da biodiversidade.
- Analisar as transformações sociais e estudar mudanças nas mentalidades que ocorreram em todo processo histórico.
- Apreciar e compreender as diferentes manifestações culturais e os gostos estéticos. É um recurso de atraente, acessível e muito perto do estudantes, por isso podem pegar o aluno, captar a sua atenção e incentivar o interesse na história e na cultura.
- Desenvolver metodologias de ensino-aprendizagem que promovam a actividade e participação dos alunos através do trabalho individual e colaborativo.

- Desenvolvimento significativo de aprendizagem, com base na construção do conhecimento onde os alunos fazem conexões entre o que já sabem e o novo processo conteudístico estudado.
- Fornecer jovens com acesso a bens culturais. Colocar o património ao serviço dos cidadãos para democratizar a cultura e "contribuir para compensar as desigualdades sociais" (Gonzalez Monfort, 2008:27).
- Seu estudo pode ser feito através da multiplicidade de estratégias metodológicas, de materiais e diferentes pontos de vista.
- Ligando-nos com nossas próprias raízes culturais (González Monfort, 2008:33). O património é parte da vida cotidiana, nossa paisagem, nossa memória e mentalidade, bem como as gerações que nos precederam. É uma ferramenta que facilita a compreensão do contexto social, cultural, histórico e geográfico do corpo discente, um recurso para interpretar e relacionar ao nosso passado e presente.
- Sensibilizar e educar os alunos na proteção de bens culturais diferentes. Patrimônio cultural é uma apropriação de todos as pessoas. Todos os cidadãos têm direito de acesso a ele e o dever de proteger e preservá-lo. Incorporar o estudo primário e secundário é apostar sobre a conservação preventiva de bens culturais, uma vez que algo que não é conhecido ou valorizado não é protegido.
- Compreender e interpretar o mundo a partir do presente (Calaf Masachs, 2009, p. 40). O estudo direto da mesma nos permite desenvolver uma aprendizagem no contexto em que o assunto, nos dá informações sobre as realidades culturais do passado e nos ajuda a compreender nossa própria realidade.

Na arena internacional, desde o final do século XX diversas entidades trabalhando para trazer o património cultural para os alunos. Desde 1994, a UNESCO (organização de educação, ciência e cultura das Nações Unidas) desenvolve o programa de Programa de educação de Património Mundial (Património Mundial nas mãos de jovens), com o

objectivo de proporcionar uma jovens sabe o património cultural e natural do mundo e envolvê-los na sua conservação e proteção.

2. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

2.1 A concepção de educação patrimonial e histórica na visão docente na Educação

A Educação Patrimonial e história de um espaço se amplia em todos os domínios educacionais formais e informais. Tendo como centro ou primordial o patrimônio cultural, histórico e arquitetônico do espaço. Tendo como foco a sociedade como recurso para a compreensão socio – histórica os patrimônios materiais e imateriais das referências culturais de um povo levando em consideração todas as envolvidas , tendo como objetivo desenvolver no seu reconhecimento, as valorizações e preservações dos patrimônios Históricos. Considerando que a pedagogia ou educação deve ter base democrática, podendo priorizar pela ação coletiva da democracia junto ao seu conhecimento, envolvendo como ponto primordial o diálogo permanente entre os atores sociais, culturais e pela participação coletiva e efetiva das setores que detem e produz as referências culturais materiais e imateriais onde o convívio e visões de preservações de patrimônios diversos.

A Educação Patrimonial e histórica ativa no conhecimento a promoção no indivíduo despertar de independência. desenvolvendo, desse modo o coletivo, o sentido de posse e apropriação dos elementos do país. Simbolizando os espaços sociais gerando bem estar no meio social, sendo motivo de orgulho para aquele ambiente com isso elevando a auto-estima, e desperta o senso de responsabilidade das pessoas para assumirem as responsabilidades de conservação, restauração e preservação do acervo patrimonial e material de um lugar. Portanto, o legado da cultura, da história, dos acervos arquitetônicos de uma cidade, marca e deixar registrado o passado de um povo.

Os estudos apontam que a Educação Patrimonial é uma temática em aberto a discussões, debates, análises e novas reflexões. As práticas, por sua vez, são exemplos, são fontes inesgotáveis de conhecimentos, registros de um passado. Desse modo, a Educação Patrimonial pode interagir de ângulos e formas diferentes, mostrando e balizando com o mundo real e ao mesmo tempo observando objetivos de estudos.

Segundo Tolentino (2012) o que deve unir as ações de educação Patrimonial é o foco no patrimônio cultural em suas diversas manifestações (materiais, imateriais, naturais, etc.), bem como que os processos educativos devem priorizar pela construção conjunta e

que tenha autonomia do conhecimento, por meio de diálogo permanente, da percepção crítica da realidade e da participação efetiva dos agentes sociais detentores das referências culturais. E também mostrar que o nosso quintal, nosso bairro ou nossa cidade são maiores que o mundo. E que as pedras ali existentes também são maiores que as pedras do mundo.

Sendo o ser humano historicamente construído, adentrar em um objeto de estudo, a fim de conhecer suas entrelinhas e, sobretudo, conceitos e fundamentos, faz-se necessário realizar uma “viagem” ao longo de sua história, construindo conceitos e, sobretudo, dialogando com autores que estudam sobre a temática a ser estudada, com eixo principal e seus objetivos.

Ao resgatar a história da preocupação nacional em relação aos bens patrimoniais percebemos que estas remete-se desde da primeira metade do século passado. Os primeiros debates tinham em objetivo. Era em enculturar na sociedade do país um entendimento e valorização da importância de se manter a preservação e conservação do patrimônio histórico cultural e arquitetônico do Brasil. Para isso foi criado o SPHAM nessa época.

Assim, a princípio foi o estado nacional que assumiu para si a preocupação em estabelecer quais seriam os bens de valor cultural que deveriam ser protegidos para o interesse das gerações futuras. Esse debate aprofundou-se na década de 1930 quando proporcionou a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN em 1937.

Após a constituição do SPHAN, o grupo de intelectuais que o comandou foi imprimindo a marca da autoridade sobre patrimônio, foram defendendo a necessidade de preservação como forma de constituir o que seria o registro da nação brasileira, a construção da nacionalidade. As preocupações e ações governamentais foram quase que exclusivamente com a preservação das obras arquitetônicas. Os primeiros tombamentos concentram-se em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Dessa forma, as ações de pesquisa, listagem e catalogação dos bens que deveriam ser tombados – protegidos – foram se desenvolvendo na perspectiva das chamadas “obras de pedra e cal”. Foram tombados quase que exclusivamente bens do estado ou da igreja evidenciando a preocupação em preservar os traços de um passado católico, militar, patriarcal, latifundiário (Paim, 2010, p.92).

Nesta perspectiva, acreditamos que com as ações do SPHAN somente era considerado digno de destaque os grandes monumentos arquitetônicos pertencentes à elite dominante, marcas de um processo histórico já questionado no qual demolia, renegava ao esquecimento as marcas de tudo que lembrasse o povo comum – bairros operários, senzalas. A memória que pertencia à maioria do povo brasileiro foi negada, silenciado, durante muito tempo. Assim nos acostumamos a não reconhecer no patrimônio preservado algo que tivesse relação com nossas vidas.

Por meio de um processo de mudanças o SPHAN muda de fase e passa a denominar-se de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1970. Nesta nova configuração passa a incorporar a ideia de turismo cultural. Nesse sentido, as ações governamentais na perspectiva de revitalização passa a inserir o conjunto das cidades históricas e, não apenas monumentos isolados como acontecia nas ações do o antigo órgão. Desta forma, a preocupação com o patrimônio passa a ter significado econômico com a atração de turistas e a conseqüente geração de renda.

A partir de então o IPHAN começa a manifestar uma série de preocupações com as manifestações valores patrimoniais no país. As comunidades são chamadas a participar da definição de quais bens precisam ser tombados. Por fim essa forma de pensar o patrimônio atinge o ponto culminante com a Constituição de 1988 ao ampliar o debate me torno da definição de patrimônio integrada à noção de patrimônio cultural.

Somente após essas reformas e aprofundamento dos debates em torno do patrimônio histórico e cultural é que surgem no país, ações de Educação Patrimonial por ocasião do 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos” no Museu Imperial, em Petrópolis - RJ, em 1983. Segundo Horta, 1999, o princípio básico de Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens,

propiciando a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta, Grunberg, Monteiro, 1999, p.06).

Diante do exposto, possamos assim dizer que, todos nós apresentamos algum sentimento que nos evoca das lembranças quando nos deparamos com determinados espaços, objetos ou eventos, essas lembranças são transcendentais e, ao mesmo tempo sua materialidade povoa o cotidiano trazendo referências a nossas vidas. O ir e vir das lembranças desperta uma carga de recordações e também de reconhecimento do vivido, seja algo positivo ou negativo. Assim sendo, tomamos o Patrimônio Histórico Cultural como um componente essencial da identidade.

No que se refere ao 1º seminário ocorrido em 1983, ressalta-se que já se passaram alguns anos desde a experiência inicial, ao qual posteriormente discutiram diversas vezes para que fossem estruturadas metodológicas diferentes. Para organizar na realidade Educação Patrimonial em todas as redes educacionais de ensino do país. Com o total apoio do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Nesse ínterim, o processo educativo tem provocado várias discussões em torno da escola e suas finalidades educativas, das quais evidenciam a necessidade de se expandir o processo ensino aprendizagem com atividades que possibilitem à criança e o adolescente explorar e expor fora do ambiente escolar suas ideias e impressões. É objetivo primordial do processo educacional em qualquer área de ensino/aprendizagem levar o discente a se apropriar das condições intelectuais para formar seus conceitos, competências e habilidades, e pôr em prática, no seu cotidiano, repassando esses aprendizados na vida educacional. O uso destas capacidades fortalece o estudo sobre educação patrimonial de um espaço geográfico.

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar na “necessidade do passado”, para compreendermos melhor o “presente” e projetarmos o “futuro”. O estudo dos remanescentes

do passado motiva-nos a compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam, as soluções que encontraram para enfrentar esses problemas e desafios, e a compará-las com as soluções que encontramos, para os mesmos problemas (moradia, saneamento, abastecimento de água, etc.). Podemos facilmente comparar essas soluções, discutir as causas e origens dos problemas identificados e projetar as soluções ideais para o futuro, um exercício de consciência crítica e de cidadania (Horta, 2004, p. 03).

Neste sentido a escolas devem desenvolver propostas para a educação que vá além do muro da escola. É necessário abrir os ambientes de aprendizagem histórica a outros espaços, levando os alunos a refletir sobre o seu cotidiano, ajudando a entender como esse cotidiano interferiu na vida de outras pessoas, principalmente em um planeta com um único olhar na globalização, em que as culturas regionais e locais estão expostas a mudanças radicais, sendo influenciada a se ajustar as influências externas. Nos tempos atuais o espaço terrestre vem mostrando, mesmo que tardiamente, mudanças na mentalidade referente a identidade dos patrimônios históricos, como herança de um passado, como sugere Stuart Hall:

[...] está ocorrendo uma ‘crise de identidade’, que faz parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referências que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (Stuart Hall, 2004, p. 07).

Dessa forma se faz necessário buscar entendimentos que ajuste o geral par ao particular, ou seja, que o mundo global atenda e ajuste ao local. Para começar as identidades culturais sejam preservadas e os patrimônios culturais, arquitetônicos e a história local, viva em suas regiões e seus espaços locais, de forma harmoniosa e sustentável.

A Educação Patrimonial e histórica torna-se, assim, um processo constante de educação nas escolas que tem no estudo do patrimônio o objeto prioritário nas ações pedagógicas e de ensino. Dessa forma encontramos os subsídios prioritários para o

enriquecimento e fortalecimento do conhecimento para a sociedade em que está inserida, dessa forma fica o legado para uma Nação.

Através das investidas e práticas de ações sobre a preservação e compreensão cultural, da Educação Patrimonial e história local. Onde essas compreensões fortaleça e torne um exercício de cidadania em que os cidadãos das massas menos abastardas se apropriem da riqueza e herança cultural deixada por outras gerações. Interagindo com esses valores e incorporando a educação. Não deixando que torne apenas para a educação elite, despertando e proporcionando lhes sentimentos de valores que pertença a todos da sociedade.

Percebe-se que a Educação de patrimônio tem sua relevância dentro do contexto escolar. Entretanto, esse processo educacional ganha força nos espaços locais valorizando a ação educacional de forma coesa na conscientização da restauração e preservação desse resgate histórico.

Os projetos, as ações têm que estar baseadas em pressupostos teórico-metodológicos da Educação Patrimonial, a fim de que essa educação não seja praticada de maneira tecnicista, desvinculada do contexto sociocultural, possibilitando resultados imediatos, porém superficiais. Os resultados imediatos são importantes, mas temos que tentar fazer um trabalho contínuo de reflexão cidadã (Rocha Teixeira, 2008, p. 199)

Para que se consiga uma reflexão cidadã pró Educação Patrimonial é necessário que se tenha um diálogo interdisciplinar em que diversos saberes serão envolvidos, mesmo sabendo que a abordagem desse tema seja mais facilmente (Moraes, 2005) compreendido no âmbito das áreas/disciplinas que frequentemente descrevem o assunto, como a História.

2.2 O Ensino de História nos Currículos Escolares

A seleção e a definição dos conteúdos que compõe as disciplinas escolares sempre trazem discussões que vão muito além do caráter didático-pedagógico, uma vez que ultrapassassem os vários campos de interesse, como a função social da escola, as esperança da sociedade com a formação independente ou soberana (sujeito), bem como a própria relação da disciplina com a área do conhecimento.

Dessa forma, o currículo escolar “é sempre um costume e consequência na seleção do indivíduo impor a visão de alguns conjuntos de pessoas acerca do seja conhecimento legítimo” (Apple, 1999, p.59), fatores estes que contribuem para que as discussões em torno do currículo sejam permeadas por divergências, tensões, conflitos dos mais diversos, políticos, sociais, econômicos e culturais, que acabam influenciado e sendo influenciadas pela forma de como se organiza a nação.

Dessa forma, surge o questionamento o que se leciona e o que se aprende na disciplina de História? Que demandas sociais, culturais ou acadêmicas devemos eleger no ensino de História?

Sabemos que a Escola dos *Annales* trouxe fortes influências no que se trata da inter-relação da história na rede de ensino com a ciência referência produzida nas universidades, na medida em que os historiadores foram estimulados a focalizarem seus estudos em recortes regionais. De acordo com Cardoso (1997, p. 9) essa tendência historiográfica “trouxe a preocupação com o espaço, devido ter uma estreita relação o espaço geográfico humano; logo após entrando em contato a história, principalmente a Geografia espacial deve ser bem pensada”. O mesmo autor cita alguns historiadores que principiaram tais estudos, como Fernand Braudel, com a obra *O Mediterrâneo*, e Frédéric Mauro, com a obra *Atlântico, ambos os trabalhos de acordo com “a sólida tradição francesa da história regional”*.

É nesse contexto das renovações influenciadas pela Escola Nova que emerge novas formas pedagógicas direcionada aos estudos locais ganham sua devida importância, enfatizando a preocupação em colocar os estudantes em contato com seu ambiente próximo, em situações de observação da natureza e dos fenômenos sócios culturais. Essas concepções foram amparadas no início por Francisco Ferrer y Guàrdia (1849-1909) e Celstin Feinet (1896-1966) por meio de seus métodos definidos como ativos.

O Ensino de História no largo tempo de trajetória da Educação nacional esteve, desde o início de sua inserção nos ensinos educacionais (século XIX), extremamente vinculado às raízes europeias, sobretudo a historiografia francesa. No decorrer do século das revoluções (século XIX) e início do século dos extremos (século XX), o ensino da História Universal era supervalorizado em detrimento ao ensino da História dos espaços regionalizados e comunitários ou locais. Nesse sentido, processo educacional na ciência de

Historiográfica do País (Brasil) era visto numa posição secundária em relação à História Universal. É tanto, que essa concepção de currículo ficou conhecida como “eurocêntrica” ou “europeização”. Ou seja, a história é repassada onde o meio irradiador do pensamento ou conhecimento – a história europeia.

Desde o início de sua criação como disciplina, a História teve uma trajetória diversificada de difícil mapeamento. Implantada a princípio no Colégio Dom Pedro II, a disciplina foi organizada por formas diversas da visão central.

Num primeiro momento ensinou-se a História da Europa Ocidental, apresentada como a verdadeira História da Civilização. A História Pátria surgia como seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando um papel extremamente secundário. Relegada aos anos finais do ginásio, com número ínfimo de aulas, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e batalhas (Nadai, 1992-93, p. 146).

Com a Proclamação da república, as Reformas de Ensino Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942), a principal referência nas programações curriculares deram prosseguimentos ao modelo da história Europeia. A influência europeia, nesse período, fazia-se não apenas nos currículos, mas também nos cursos superiores de História. Fatores estes, que contribuíram para que historiadores brasileiros considerassem essa influência como um dos grandes problemas da disciplina, que criticaram fortemente essa tendência.

[...] a história do Brasil se iniciou quando os ibéricos se lançaram ao mar, chegaram às novas terras e plantaram as sementes da civilização cristã. Nesse momento, os nativos passariam a sofrer o processo histórico, como elemento passivo, somente um complemento do real sujeito da história, o conquistador (Abud, 1992-93, p.171).

No período da organização dos estados Nacionais a história define seus objetivos que perpetuarão, ou seja, irá servir como meio para consolidar e legitimar o sistema absolutista, nacionalista e ufanista, constituindo-se em espaços de propagação dos feitos dos “grandes homens” – heróis. No Brasil, estas características dos conteúdos escolares passam a se consolidar a partir do início da primeira fase da república velha com a introdução dos currículos das instituições Educacionais básica. Os conteúdos eram

direcionados em favor da grandeza da história do país e à conjuntura dos objetivos das classes dominantes Brasil.

Durante muito tempo não vão constituir indicadores de conteúdo a ser ensinado e divulgado sobre a história do país. Os livros e a escola passam a tratar a história nacional a partir de alguns fatos que se transformam em referência ao ensinamento da disciplina. A formação inicial País,, entre outros fatos ou feitos Heróicos e Históricos, são visíveis para demarcar e consolidar a História do Brasil, narrada e escrita desde dos seus primórdios, quando, na visão eurocêntrica.

A História Pátria contribuiu para consolidar a educação pedagógicas de história, vista evidentemente como história determinada como um engendro para as classes dominantes. Segundo essa lógica os livros didáticos de história foram constituídos tendo como referencial a história de uma ideologia centralizadora e excludente. Os manuais de didáticos destinados às crianças e a os jovens contempla textos básicos da história dos domínios políticos, história dos governos e seus líderes governamentais, das disputas pelo poder, guerras, revoluções e revoltas.

Na segunda metade do século da era dos extremo, (século XX), a história marxista acaba provocando mudanças historiográficas que desencadearam mudanças na seleção de conteúdos e conseqüentemente na produção dos livros didáticos. Os velhos conteúdos políticos a partir das ideias marxistas passaram a ser modificados tendo como foco as questões econômicas e da luta de classes, tendo como objetivo a constituição de cidadãos com capacidade de crítica do social.

Nessa década foram organizadas reestruturações curriculares em vários estados brasileiros. Vários estudos e debates foram organizados em torno do ensino da disciplina, tais debates giravam, principalmente, sobre as novas concepções que deveriam servir de referência para os conteúdos e as metodologias de ensino. Essas reformulações visavam reordenar docentes e discentes como sujeitos ativos da história e produção do conhecimento histórico, enfrentado, dessa forma o modelo tradicional que se centrava na figura do docente como mero transmissor de conteúdos e conceitos formulados e o aluno como mero receptor passivo do conhecimento histórico.

A manutenção de uma disciplina escolar no currículo deve-se à sua articulação com os grandes objetivos da sociedade. Assim, a formação

deliberada de uma classe média pelo ensino secundário, a alfabetização como pressuposto ao direito do voto, o desenvolvimento do espírito patriótico ou nacionalista, entre outras questões, determinamos conteúdos do ensino e as orientações estruturais mais amplas da escola (Bittencourt, 2003, p. 17).

Os currículos foram reformulados e as configurações da história ensinada revelaram uma diversidade de concepções. Os conteúdos tradicionais vistos a partir de uma lógica fragmentada, linear, por meio da chamada “história oficial”, até então características do ensino da História e dos estudos Sociais, foram combatidos e substituídos por outras histórias, outras abordagens problematizadoras em diversas dimensões da realidade social em diferentes tempos.

Por meio desse progressivo processo de mudanças e concepções acerca da educação área da ciência de história na década de 1990 o Governo Federal propôs novos parâmetros para a Educação Básica no Brasil, por meio da promulgação da Lei 9.394/96, que direcionava as diretrizes e bases da Educação Nacional evidenciando uma nova forma de pensar a aprendizagem.

A lei maior da Educação Nacional surge em meio à necessidade de adequação do currículo escolar ao mundo contemporâneo, sendo nela definida uma referência curricular global para todos os estados brasileiros. No formato de diretrizes o currículo passa a expressar o que os traços culturais e a História do País deve se considerar necessário para trabalhar com os discentes nas escolas nos âmbitos da História.

Art. 26º. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Parágrafo 1º. Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

Parágrafo 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia

Art. 36 – O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção 1 deste capítulo e as seguintes diretrizes:

1 – Destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes: a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania (LEI 9394/96, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96) determinou a competência da União, a capital do País e dos logradouros Municipais o estabelecimento de novas diretrizes para a organização dos currículos e seu conteúdo mínimo – visando dar suporte a construção dos currículos escolares o MEC em 1997 por meio da Secretaria de Educação Fundamental, propôs os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como foco irradiador de seleção de conteúdos. No entanto, a intenção dos pensadores e defensores dos Parâmetros não era que se produzisse um único currículo para ser seguido em todo país, mas para servir de referencial na seleção de conteúdos e metodologias de ensino.

Somente em 1999, o Ministério da Educação define os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM), os quais retornam a tradicional questão didática em torno de quais conteúdos ensinar por meio do qual novas dimensões irá emergir. Diferentemente dos PCN'S do Ensino Fundamental, os quais apresentam a ideia básica de organização dos conteúdos de forma linear em eixos temáticos, para o Ensino Médio propõe a ênfase no desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes nos alunos sem, no entanto, indica evidências clara e precisas contedísticas na educação.

A seleção dos conteúdos nos PCNEM se constitui em uma tarefa do professor conforme o explicitado no texto:

A partir de problemáticas contemporâneas, que envolvam a constituição da cidadania, pode-se selecionar conteúdos significativos para a atual geração. Identificar e selecionar conteúdos significativos são tarefas fundamentais

dos professores, uma vez que constata a evidência de que possam responder as problemáticas contundentes vividas em nossa sociedade, tais como as discriminações étnicas e culturais, a pobreza e o analfabetismo. A organização dos conteúdos por temas requer cuidados específicos com a escolha dos métodos (...) (PCNEM, 1999, p. 305).

Pode se perceber que a documentação vigente sugere que desenvolva as atividades que tenha iniciativas das questões sociais e problemáticas vivenciadas, apresentando assim uma proposta em se trabalhar com os conteúdos a partir de temas, os quais a princípio não foram apresentados nos documentos oficiais. Durante o ano de 2003, o Ministério da educação por meio da Secretaria de Educação Básica divulgou uma série de documentos complementares, denominados PCN+ nos quais passa a apresentar algumas propostas de trabalho no contexto escolar.

Nesse sentido é consenso entre vários especialistas e críticos da Educação que na área de História, os Parâmetros Curriculares Nacionais contribuíram de maneira profícua na modificação da estrutura dos conteúdos apresentados, até então como propostas curriculares oficiais.

Embora, essa mesma proposta, sugerida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais tenha sido objeto de análises e debates dos quais surgem muitas críticas por representantes das Universidades, professores e pesquisadores da Associação Nacional de História (ANPUH). Arias Neto (1999) ao analisar a forma como os conteúdos são apresentados, faz críticas significativas, apontando inclusive, algumas questões que ficam subentendidas.

A princípio, o autor aponta que a pretensão do governo em renovar o ensino/aprendizagem a partir de uma mudança de conteúdos é um esvaziamento desta tentativa, pois não atinge o ponto necessário para se chegar a tal objetivo. De forma bastante irônica, afirma: “A reforma da educação, não começa pela reforma do sistema educacional, pela qualificação do professor. A reforma da educação começa pelo conteúdo” (Arias Neto, 1999, p. 10). Outro aspecto a ser criticado pelo autor são os eixos temáticos sugeridos, que para ele, estes representam um conjunto anódino de curiosidades. Desse modo, sugere que se continue com seus conteúdos tradicionais.

Observamos assim, que o ensino da História no Brasil tem passado por várias transformações, as quais acompanham muitas vezes, as mudanças ocorridas nas propostas educacionais brasileiras.

Assim, procuramos ao longo das discussões apresentadas até aqui, e que serão retomadas ao longo do texto, apresentar alguns elementos que contribuam para compreender como se processou a organização do currículo de história para o ensino ao longo de sua constituição, no Brasil.

2.3 A importância em se abordar a Educação Patrimonial e a História local dentro de uma perspectiva de currículo/ensino fundamental

A Educação Patrimonial é um campo que tem crescido nos últimos anos juntamente com as demandas dos processos de patrimonialização. E o IPHAN tem buscado consolidar o campo para este importante trabalho com o patrimônio. No dia 28 de abril de 2016 saiu a Portaria nº137 do IPHAN que estabelece normativas e diretrizes para a Educação Patrimonial, a qual em seu segundo artigo a entende por:

Processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação (portaria nº 137.IPHAN.2016).

Mesmo com o crescimento da educação patrimonial, ainda está incutida a ideia de que os acervos históricos estão visíveis a apenas pequenos espaços de locais ou a manifestações. Nessa ótica, a docência entra em cena como mediadora na junção do discente com o patrimônio histórico.

A Coordenação de Educação Patrimonial - CEDUC considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (Florêncio et al., 2014, p. 19).

Considerando a Educação Patrimonial no âmbito da política do patrimônio cultural, ela está vinculada ao Estado-nação como uma política pública para a sociedade. Tendo a

nação o significado de uma comunidade política marcada por uma ascendência comum, ao menos por uma língua, cultura e história em comum (Habermas, 2002, p. 124). Através das ações educativas da Educação Patrimonial a cultura e história de uma nação, por vezes até mesmo a língua, podem ser preservadas, valorizadas, criando identidades pela reconstrução de memórias auxiliando na formação do indivíduo crítico que reconhece seu papel na sociedade com direitos e deveres.

No âmbito da educação, possamos assim dizer que o espaço físico da escola é o ambiente ideal de ensino-aprendizagem, onde o aluno e professor se relacionam constantemente. Nessa perspectiva, torna-se favorável o ambiente local para realizações das práticas de ensino no tema Educacional patrimônio material e imaterial como também o resgate da história local nas comunidades. Portanto o centro escolar passa o mediador pelos docentes, colocando em evidências no dia a dia para alcançar grande desenvoltura no objetivo que é estudar educação patrimonial, obtendo êxito o desenvolvimento da construção de sujeitos e sua identidade cultural e no meio que está inserido.

O professor, deve ter a capacidade e a sensibilidade de enxergar as deficiências e encontrar estratégias e métodos de ensino na visão da educação patrimonial, preparar-se instrumentalizar para desenvolver essa missão educacional.

É importante que o docente tenha uma base teórico conceitual bem fundamentada, percebendo a educação patrimonial como uma via de abordagem que pode oferecer subsídios para a valorização do patrimônio e a (construção) da identidade e da cultura, como um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 45).

Ao deparar com sua identidade local (o município), ou seja, o espaço onde vive, o discente desenvolve sua vivência a partir do sentimento de apego e amor pelo que ele constrói, sendo pertinentes aos saberes geográficos, históricos e cultural, que desperte a compreensão, para a partir desse olhar compreensivo passe a preservar o patrimônio do espaço local nas suas múltiplas variáveis consolidando o espaço local.

Pelegri (2009) vem nos dizer que valorizar o patrimônio cultural que cerca o educando contribui para que este reconheça sua identidade e exerça sua cidadania, por isso

é importante realizar práticas pedagógicas de Educação Patrimonial. Essas práticas devem discutir sobre novos temas, novas fontes documentais referentes ao patrimônio cultural e sobre o planejamento de atividades diversificadas que possam instigar os educandos a “redescobrirem” suas histórias e memórias.

A possibilidade de se trabalhar com a História Local “possibilita gerar atividade investigativa, criadas a partir de realidades cotidianas” e; por último “permite trabalhar com diferentes níveis de análise econômicas, política, social e cultural no âmbito mais reduzido, evidenciando as diferentes dimensões e ritmos temporais, “... o trabalho com espaços menores pode facilitar o estabelecimento de continuidades e diferenças, evidências de mudanças, dos conflitos e permanências” (Schmidt, 2007, pp.190-191).

Nessa perspectiva, os sujeitos excluídos do processo histórico passam a ganhar visibilidade por meio da valorização de suas vivências, do seu cotidiano, fazeres e culturas. E a escola passa a ter oportunidade de resgatar valores, aferir ideias, contextualizar, confrontar, problematizar.

O ensino passando a abordar a História do espaço local os educandos passam gradativamente a compreender as especificidades e entrelaçamento com conteúdos organizado e construídos em tempos anteriores, percebendo que o tempo real na história em localidades específicas tem em seus habitantes a construção da sua identidade histórica, pode estão isoladas do mundo, como são processo histórico contínuo em que os habitantes locais organizam suas identidades, seus costumes sociais e culturais. Essas identidades são diversas, plurais, onde todas merecem respeito.

Assim, as ações pedagógicas têm grande relevância no contexto de transformação social, em que o educando deve ser visto como um ser ativo no processo de construção do espaço. Para isso, são necessárias metodologias que valorizem a memória, a percepção e a criticidade do aluno, para que esse se transforme num cidadão comprometido com a comunidade que o cerca. O educando não deve receber conceitos prontos, mas construir o seu conhecimento através de significados determinados por meio de experiências relacionadas ao seu lugar de vivência, em especial, a escola, que é um importante espaço de socialização e cidadania (Alves, 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9.394 de 21 de dezembro de 1996, defende como um dos princípios do ensino no país a divulgação da

cultura, e para tanto, estabelece que os currículos da educação básica devam ter uma base diversificada de acordo com as características regionais e locais da sociedade e da cultura, assegurando a possibilidade do trabalho educativo fundamentado no uso do Patrimônio (Brasil, 1996).

Na tentativa de sistematizar ações educativas no âmbito das políticas de preservação, e atendendo ao artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e os parâmetros da área de Patrimônio Imaterial, criada por Decreto nº 3551/2000 (Brasil, 2000), o IPHAN passou a estruturar e consolidar uma área específica voltada para as ações educativas ligadas à preservação do Patrimônio Cultural brasileiro. Em 2004, o Decreto nº 5.040/04 cria uma unidade administrativa responsável por promover uma série de iniciativas e eventos com os objetivos de discutir diretrizes teóricas e conceituais e eixos temáticos norteadores, consolidar coletivamente documentos e propostas de encaminhamentos e estimular o fomento à criação e reprodução de redes de intercâmbio de experiências e parcerias com diversos segmentos da sociedade civil (Brasil, 2004). Em 7 de maio de 2009, o Decreto nº 6.844 (Brasil, 2009), revoga o Decreto nº 5.040/04 e vincula a Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC ao recém-criado Departamento de Articulação e Fomento – DAF, com o objetivo de fortalecer, na área central do órgão, uma instância dedicada à promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural. Segundo Pelegrini (2009, p. 39):

A partir da efetivação de Programas de Educação Patrimonial, desenvolvidos por meio de projetos educativos com ações pedagógicas na área de patrimônio cultural e natural, o ensino e a aprendizagem tendem a fortalecer os processos formadores da cidadania e, ainda, alertam para a importância da preservação dos bens patrimoniais (Pelegrini, 2009, p. 39).

Em 2013, as ações de Educação Patrimonial ganharam destaque no Brasil, pois passaram a fazer parte do macro campo Arte e Cultura do Programa Mais Educação, de Educação Integral, proposta pelo Ministério da Educação (Brasil, 2014).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental II (Brasil, 1998) em suas séries iniciais (3º ciclo) dando ênfase aos estudos dos espaços locais:

A intenção é que ele desenvolva a capacidade de observar, de extrair informações e de interpretar algumas características da realidade do seu entorno, de estabelecer algumas relações e confrontações entre informações atuais e históricas, de datar e localizar as suas ações e as de outras pessoas no tempo e espaço e, em certa medida, poder relativizar questões específicas de sua época (Parâmetros curriculares nacionais, 1998)

Organizar para dar suporte ou auxílio a Educação Patrimonial nas instituições educacionais do País, ainda encontra material sobre o tema com atividades, mas tem dificuldade em desenvolver seu próprio material para grande parte dos docentes da educação de base.

3. A CONSTRUÇÃO DE UM INDIVÍDUO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA MEMÓRIA E IDENTIDADE

O indivíduo e a produção do contexto em que está inserido. A construção da identidade do sujeito está nas diferenças nos graus de desenvolvimento de umas sociedades, destacando uma das outras e criando verdadeiras identificações como o meio onde vive. Essa a preservação da memória da cultura de povo, são contribuições essenciais para penetrar e construir os alicerces a formação do indivíduo, dessa forma cria se sentimentos de identidade e memória de certo espaço.

A memória é essencial quando discutimos Educação Patrimonial. Estando viva no presente no dia a dia da identidade das pessoas e alimentando o tempo vivido no que diz a respeitar a se posicionar e de como pensar sua formação e intimidade com a sociedade. Desenvolvendo novos o conceito de memória introspectiva no ceio das pessoas que faz referência a nossa memória individual, nossas experiências de vida, nossa vivência, aspectos que são guardados em nossas lembranças, nossa memória pessoal. Mas existindo um nível ainda mais desenvolvido na memória, uma memória de apegos coletivos, da sociedade.

Maurice Halbwachs (2006) mostra que essa identificação com a memória do lugar onde está inserido torna se automático a busca o resgate do tempo histórico ultrapasse o limite das capacidades individuais e que assume o papel final entre os diversos seres humanos de um grupo social de uma comunidade local. Para eles, os olhares das memórias do ser são alcançados em prol da fixação das memórias do grupo. As memórias coletivas são resultadas de um trabalho de organização, são, portanto, organizadas e apresentadas a partir do instante que se expõem como pretensões simples a um grupo que, voltando-se ao passado, as seleciona conforme suas posições de interesses.

Para esta memória coletiva, Michael Pollak (1992) se faz necessário observar três elementos essenciais no espaço de memória: primeiro, os acontecimentos do espaço onde está a memória; segundo, as pessoas; terceiro, o espaço onde está inserido a memória patrimonial. São estes três elementos que mais nos interessam no sentido de trazer o educando para dentro das perspectivas das propostas pela Educação Patrimonial em sua relação com a educação da História, tendo em vista a participação do educando em seu desenvolvimento na produção do conhecimento.

Como nos ensina Paulo Freire (1982). É esta forma de conhecimento científico educacional que vai possibilitar a moldar o caráter crítico do discente em relação a sua história e o espaço onde está vivendo. Sua forma identitária e seu contato com a memória do local, proporciona a libertação dos dogmas, paradigmas e das hegemonias da memória coletiva ou individual produzida por uma “historiografia oficial como também oral”, comprometida com os ideais de projetos de uma nação livre. Que se inicia no século das revoluções e se estende com as cristalizações e certezas dos olhares gerais dos dias atuais.

O estudo de país citado deixa evidências aproximados das intenções de um grupo minoritário (porém poderosa) de uma elite, um grupo dominante. É desta minoria, que surge as primeiras iniciativas de preservação, conservação da memória material arquitetônico de um lugar e, conseqüentemente, do patrimônio. Isso tudo, logicamente, atendendo as necessidades que este grupo dominante pretende preservar ou conservar de acordo com seus interesses.

Com esses objetivos concretizados vem com legitimidade. Para concretizar o poder mesmo que grupos sociais onde está inserido interaja nos anseios das demais camadas da sociedade brasileira. Os acervos sacros coloniais do cristianismo, os casarões coloniais das fazendas de cana de açúcar, grandes senhores coronéis da aristocracia rural com os seus sobrados, como também a burguesia urbana da época com seus palacetes bem preservados. Mas isso só ocorrem com essa gama da sociedade, já a camada menos abastada não tem essa mesma condição socioeconômica, culturais, e consciências educativa para a preservação.

Resultante desta falta identitária vem da camada social menos abastadas financeiramente e com grau de escolaridade baixa. Para isso é importante que a educação seja incisiva na construção dessa ideia de patrimônio e que desperte nessas camadas sociais a importância desses acervos coloniais na memória da História do País.

A Historicidade se insere neste contexto como grande mediadora entre a identidade de um povo e o resgate memorial do espaço produzido, sendo, portanto, assim uma grande aliança da Educação Patrimonial e o guardar da memória. Para isso investir na educação e na divulgação, nos entendimentos e nas preservações dos nossos materiais patrimoniais, recursos (patrimônio) estes que nos auxiliam a saber quem somos, mostra com clareza nossa identificação com o objeto patrimonial. Partindo deste pressuposto, a História junto à

Educação Patrimonial, torna-se essencial para sociedade no sentido de preservação da memória, já que, como nos lembra Hobsbawn.

Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio (Hobsbawn, 1995, p. 13).

Por meio do ensino de História, o discente pode se colocar de forma diretamente ligada aos registros da memória elencados por Pollak. É preciso que o educando se interaja e veja como personagem principal e que com isso possa se sentir pertencente aos acontecimentos direta ou indiretamente, que este discente possa conhecer e se sentir íntegros com os espaços de memória para que, a partir desse contato, sinta a necessidade que aquela memória também faz parte de si e que nesse sentido, torne se agente da história.

Na sua totalidade a metodologia que engloba Educação Patrimonial e a educação em Hesitação, através da transmissão oral ou escrita da população, possibilita ao discente uma formação autônoma ou independente.

As identidades apesar de apresentarem características distintas e ser interpretadas em diferentes momentos ou lugares, manifestam-se de acordo com conjuntura do instante histórico em que os atores da cultura estão inseridos, levando em conta os aspectos: sociais, étnicos, individuais, políticos, culturais, enfim, nos mais diversos aspectos que elas possam representar, mas que estas conjuntamente formação do homem de uma forma íntegra.

Estudos sobre identidades nos revelam que, por se apresentar nas mais diversas formas de manifestações, nos dias atuais, superimportante e necessário bruchar o olhar sobre as construções das identidades individuais e coletivas dos sujeitos no intuito de entender como elas são construídas nos sujeitos sociais e como se desenvolve nesses contextos histórico-cultural - social.

O sujeito, enquanto construção social, resultado da soma dos valores e das relações permeadas do meio do convívio à qual está inserido, é constituído como indivíduo que

interage e se relaciona no dinamismo das estruturas de produções e construções, formas de se viver, conviver, ser, agir, construir, morar, produzir simbologias, lutar, resistir e pensar o mundo, em fim um sujeito histórico. Nesta perspectiva, a “identidade é histórica” (Ciampa, 2001, p. 157), nesse sentido, para ele, “não há pessoas fora da história, assim como não há história (ao menos história humana) sem pessoas”. Segundo Rüsen (2010) a incorporação da identidade histórica,

consiste na ampliação do horizonte nas experiências do tempo e nas intenções acerca do tempo, no qual os sujeitos agentes se asseguram da permanência de si mesmos na evolução do tempo. O ponto extremo dessa consolidação de identidade é a ‘humanidade’, como suprasumo dos pontos comuns em sociedade, com respeito à qual diversos sujeitos agentes, no processo de determinação de suas próprias identidades, determinam as dos outros de forma tal que estes se reconhecem nelas. Esse critério de sentido, ‘humanidade’, fornece o parâmetro para se constatar a consolidação da identidade em que desembocam o progresso contínuo do conhecimento mediante a pesquisa histórica e a ampliação contínua das perspectivas mediante a reflexão histórica sobre referenciais (Rüsen, 2010, p. 126).

Novas perspectivas nas práticas de ensino de História, nos apontam para uma diversidade de maneiras de abordagem dos temas, das linguagens fontes e matérias. O docente como sujeito que desenvolve, convive, em contato direto a história do local.com isso passa a ensinar e a constitui como componente fundamental no procedimento da reconstrução do conhecer do espaço. É indispensável, na composição e compreensão do pensamento histórico do discente. Essa compreensão não se edifica apenas no âmbito da educação, mas em diversos espaços de experiências vividas.

Diante do exposto entendemos que o desenvolvimento de umas novas identidades do sujeito junto ao social está diretamente relacionado com memória do espaço que vive, percebendo que tanto o indivíduo quanto o coletivo, consentem as futuras gerações que estabeleça encadeamentos de laços de preservações e conservações nas gerações anteriores e futuras.

Assim, o ensino-aprendizagem de história local se configura como uma referência inicial para o conhecimento histórico, pelo fato de propiciar no estudo a realidade imediata,

aproximando os relacionamentos sociais que se estabelecem entre docente / discente/sociedade e o meio em que está inserido e atua.

Nesse sentido o ensino de história no espaço local. Se concretiza na forma de conscientização da sociedade, passando assim a conservar e preservar os acervos arquitetônicos e a história do espaço onde vive.

Nesse sentido compreendemos que a construção ou ressignificação da história das sociedades perpassam pela capacidade de os indivíduos registrarem os acontecimentos, os quais constituem a linha de tempo de suas vivências, além da capacidade de reviver a memória individual e coletiva com o intuito de revivificar a sua própria história pessoal, como única, bem como a história coletiva do grupo ou de comunidades do qual os sujeitos fazem/fizeram parte.

4 O PATRIMÔNIO NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE ASSU/RN/BR

4.1 Patrimônio colonial Brasileiro e Norte Rio-grandense

Qualquer ação no sentido preservação deve ser oferecida uma análise detalhada sobre os conjuntos de características que atribuímos a um restrito bem arquitetônico. Quais são construções essenciais e que não gostaríamos de esquecer? Quais as garantias no sentido de atualização do bem patrimonial sem perder a memória identitária que valor representa para a o espaço onde está inserido? Como determinados bens patrimoniais cria visibilidade própria por diferentes todas as camadas sociais? Salientamos, entretanto, que a proteção não é avessa e muito menos antagônicos com o desenvolvimento. Deveremos analisar todos os aspectos indissociáveis para a afirmação definitiva de uma política geral, ou seja, rural e urbana, com o para uma melhor condição de bem-estar da população onde o patrimônio está fixado no espaço local, inclusive pela aceitação da memória e identidade local.

É possível afirmar, segundo Trigueiro et al. (2014) a partir de algumas obras escritas e publicadas de estudiosos brasileiros que o conjunto de experiências coloniais levadas a cabo no Brasil não ficou restrito ao eixo hegemônico fluminense e paulista. As obras e trabalhos de diversos arquitetos como Luís Nunes e sua equipe, em Recife e em alguns lugares de Pernambuco, também de Clodoaldo Gouveia, em João Pessoa na capital Paraibana, e mesmo da influência de Saturnino de Brito para Natal, entre na década de 30 (trinta), 1936 e 1939, mostra com clareza e riqueza as ideias fluentes da época e novos modelos arquitetônicas emerge na época como alternativa para incrementar as concepções e visões do lugar, mostrando nova tipologia arquitetônica para a capital potiguar/RN/BR, com também de novas inserções de materiais inéditos até então (uso do conbogó ou moldes vazados, dos brise-soleils, do concreto armado, entre outros).

Partindo do entendimento que o espaço urbano é um valor cultural, compreendemos que se mostra para a sociais formas criadas e a utiliza como apoio das interpelações ou abordagens do contexto da sociedade. Na composição das relações espaços e tempo, as novas formas que determinam as cidades propiciam a identificação do modo como a sociedade foi assumindo e modificando o lugar na sua época. Essas condições oferecem outros valores culturais como alternativa a sociedade, a partir desse procedimento de

efetivação da transformação meio onde está objeto de estudo sendo reconhecido a sua própria história.

Nas povoações urbanas acontece, contínuos fenômenos em espaços especificados, podendo ser afastados e independentes, próximo e dependentes onde se fundem aspectos culturais, históricos em que a época se encarrega de modificar em atitudes e formas de vidas próprias de uma localidade. É uma criação histórica, determinados por um conjunto de ímpetos e interesses sociais e econômicos, correspondendo a uma distribuição peculiar de indivíduos em um espaço definido (Moraes, 2005).

Observando Martins (1992), o desenvolvimento das cidades ocidental moderna deu-se a partir do incremento de urbanização ocasionado pelo grande progresso da industrialização nos últimos cinquenta anos do século XIX na Europa e no primeiro terço do século XX na América do Norte que resultaram em mudanças radicais nos estilos de vida de sua população, arquitetônicos e históricos.

Tais fatos, que tiveram como parâmetro as novas relações econômicas de produção, estilos de vida, e ainda as implementações diante de novas possibilidades impostas pelas exigências dos serviços devido ao crescimento populacional, deram início a novas áreas urbanas e serviços como energia, saneamento básico.

Os espaços urbanos criam comunicações de acordo com o estilo de vida da sociedade, primordialmente através da forma concreta do local – e são elas (sociedade) que cria os vários olhares desse novo relacionamento. Desde dos tempos passado, a História registra essa percepção, como se pode ler no diálogo entre o Reis Grego Faístos e o intelectual Sócrates: “Não reparaste, ao caminhar por essa cidade que, entre os edifícios que a constituem, alguns são mudos e outros falam? Também vistos por outros sábios, finalmente – sendo os mais raros – até cantam? (Platão, Século III a.C; Trigueiro *et al.*, 2014).

Na capital Natal/RN/BR, no bairro da cidade alta encontra se o exemplar arquitetônico sacro, a Igreja de Santo Antônio (Igreja do Galo, devido ter como referência o galo como símbolo em uma das torres) de domínios da congregação capuchinhos, hoje essa Igreja é referência turística devido seu estilo arquitetônico barroco rococó, sendo instalado no seu interior o Museu de Arte Sacra, com peças dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX.



Figura 1- Igreja Santo Antônio ou Igreja do Galo – Natal/RN

Fonte: Autoria própria, 2018.

No mesmo bairro, na cidade alta encontramos vários acervos arquitetônicos como a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, sendo hoje a Igreja Matriz da Cidade de Natal/RN/BR de construção barroca do início do século XVII, é um dos acervos arquitetônicos do estado sendo mais visitados por turistas, Escolas e pesquisadores.



Figura 2- Igreja Matriz da cidade de Natal/RN – Nossa Senhora da Apresentação

Fonte: Autoria Própria, 2018.

Nessa matriz estão os restos mortais de André de Albuquerque, senhor de engenho, de Família tradicional do Estado do Rio Grande do Norte/BR. Herói da resistência da revolução de 1817 no século XIX. Sendo morto pelo comandante do Império Brasileiro Antônio Germano. Aprisionando no forte dos reis magos e no dia seguinte foi

levado de forma Humilhante pelas ruas de Natal/RN/BR. Para tratar como exemplo para os demais Norte-rio-grandense.

Ao lado sul da Matriz nossa senhora da apresentação está o Memorial Câmara Cascudo, no memorial Câmara Cascudo está grande parte do acervo patrimonial do escritor Luiz da Câmara Cascudo. O maior vulto intelectual do nosso Estado, escritor, professor, pesquisador, Folclorista.

Na década de sessenta, fez uma execução a África, esse dessa viagem pelo continente Africano de influência linguística portuguesa. Com essa viagem ele coletou diversas informações e relatos dos costumes, como também pode ver de perto a rica cultura desse continente, que serviu de fermenta para escrever diversos livros, dentre eles, as comidas e sabores da África e sua influência no Brasil em 1964 e História dos Alimentos no nosso País, publicados em dois volumes nos anos de 1967 e 1968.

Pesquisador das manifestações populares das culturas Brasileiras, deixou uma extensa obra Bibliográfica, inclusive o Dicionário do Folclore Brasileiro (1952). Entre seus muitos títulos destacam-se: Alma patricia (1921), obra de estreia, e Contos tradicionais do Brasil (1946). Estudioso do período das invasões holandesas, publicou Geografia do Brasil holandês (1956). Suas memórias, O tempo e eu (1971), foram editadas postumamente



Figura 3- Memorial Câmara Cascudo/Natal/RN

Fonte: Portal Turismo, 2015.

Hoje pinacoteca, antes era a antiga sede administrativa do governo do estado. (Antigo Palácio do Governo ou palácio Potengi). Uma homenagem ao rio que corta a

cidade no sentido oeste - leste), de estilo arquitetônico neoclássico, foi sede do governo desde da segunda metade do século XIX (1868) até os anos oitenta do século XX.

Um belíssimo exemplar de arquitetura de estrutura neoclássica encravado no bairro comercial e administrativo da cidade alta na cidade de Natal/RN/BR, chamado de Palácio Potengi, em homenagem ao rio que corta a cidade. Hoje foi transformado em acervo arquitetônico. Recebe exposições de artes de artistas da terra e renome internacional, com ótima aceitação do público visitante.



Figura 4- Palácio do Governo (Palácio Potengi) – Natal/RN (em reforma)

Fonte: Autoria Própria, 2018.

Na frente do palácio Potengi no sentido norte, este outro imponente acervo arquitetônico da cidade de Natal. O Palacete da Prefeitura Municipal. Chamado de palácio Felipe Camarão, esse palácio que abriga a prefeitura de natal/RN/BR, tem estilo arquitetônico neoclássico, com grande forma diversificada domina o Ecletismo, nessa obra de arte arquitetônica reuni estilos do passado, principalmente os da fachada externa, que vislumbra a parte decorativa do acervo arquitetônico que recebeu influência da escola parisiense beaux-arts.

O chamado estilo "Beaux-arts", belas artes, de imponência ímpar, esse exemplar é um misto de várias influências Arquitetura renascentista, do barroco rococó e do estilo neoclássico, tornou se o principal elo de peso irradiador na discriminação da Arquitetura na banda ocidental da Terra sedo uma construção de 1922, de incumbência para a realização da obra o arquiteto Miguel Micussi. Sua inauguração ficou para o dia 07 de setembro de 1922,

ano de muitas comemorações no País devido ser os 100 (cem) anos da emancipação do País. Esse acervo Arquitetônico foi construído no governo de Antônio José de Melo e Sousa (1920-1924) e do prefeito da cidade Teodósio Paiva que na época foi nomeado a intendente municipal, o país passava o estado de sítio

Outro acervo Arquitetônico de imponente beleza é a prefeitura da cidade de Natal/RN/BR de estilo neoclássico, chamado de Palácio Felipe Camarão em homenagem ao nativo, herói de guerra da nossa capitania. Antes nesse espaço existia um casarão colonial onde funcionava a Presidência da Intendência Municipal. (No período Imperialista) com a Lei 359/A, de 1955. Sendo inaugurado no mesmo ano corrente.

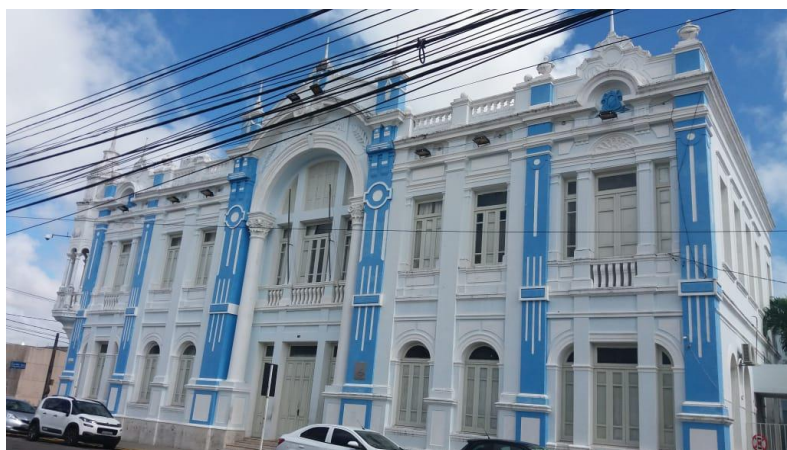


Figura 5- Palácio Felipe Camarão – Prefeitura de Natal/RN

Fonte: Autoria Própria, 2018.

Outro espaço arquitetônico de imenso valor cultural e importante para o rico exemplar arquitetura é a casa de morada de João Café Filho, único Presidente do nosso estado no ano de 1953, hoje a casa de Café filho tornou se Museu com os pertences do mesmo ver figura 06;



Figura 6 – Museu Café Filho – Natal/RN

Fonte: Autoria Própria, 2018

Dentro dos domínios do espaço do Instituto Histórico do estado fica também a coluna Catipólia uma homenagem do governo Italiano na época, como simbolo de amizade e cooperação ver figura 07;

No mesmo seguimento na Rua da Conceição, fica outro acervo arquitetônico o instituto Histórico do RN. Sendo uma obra de 1906, num período em que se presenciava o glamour euforia da modernidade e a busca do embelezamento da cidade de Natal/RN/BR, um desígnio das classes sociais da época na tentativa de impor a modernização ao corpo social e as corporações do País. Esse acervo imprime uma arquitetura neoclássica, de influência da Europa; é uma construção da época do século das luzes, estruturada por seu formato geométrico, pelas belas colunas, pela fachada monumental pelas as escadarias com suas formas alternativas nas laterais facilitando a entrada no acervo (Ver figura 08).

Na fachada, destacam-se os portões de silhuetas triangulares, os corrimões de pequenas colunas concluídas com coroas nas paredes, já as molduras em madeira e vidro, com os espaços divisórios internos de linhas retas. Esse exemplar arquitetônico foi tombado como patrimônio estadual, em 1984 (Moreira, 2005).



Figura 7- Coluna Capitólia- Natal/RN

Fonte: Autoria Própria, 201.



Figura 8- IHGRN

Fonte: Autoria Própria, 2018.

Os Institutos Históricos e Geográficos do país, são corporações responsáveis pelas preservações e zêlos pelos acervos dos documentos Históricos onde fica maior parte das fontes dos registros das fases colonial, imperial e republicana do nosso País. Sua relevância em ajudar no resgate de uma pesquisa Histórica, torna se referência vital importância.

O IHGB, que se inspirou em instituições semelhantes de outros continentes, como especialmente o Instituto Histórico da França, incentivou a formação de institutos em diversas províncias do Brasil, onde maior parte foram fundados no século XIX, outros construídos no início do século XX, tendo como exemplo o IHGRN - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte em março de 1902. No governo de o primeiro Governo de Alberto Maranhão, acontece uma grande consciência em construir, preservar e preservar os patrimônios histórico-documental, cujas finalidades são:

[...] coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos e as tradições, que lhe forem possível obter, pertencentes à história, geografia, arqueologia e etnografia, principalmente do Estado, e à língua de seus indígenas, desde a época do descobrimento do Brasil (Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1903, p. 09).

Ao mostrar os acervos arquitetônicos da capital potiguar é essencial o reconhecimento dessa memória do local. Registros e suportes dos documentos de história (s), e memória (s). Este reconhecimento passa necessariamente pela valorização e busca da conservação de suas características únicas, entendendo a “forma da cidade” como entidade que transpassa, em muito, a condição de imagem em si, na medida em que vem à tona os fatos, histórias, memórias, sendo, portanto, indivisíveis.

O atual sempre surge no lastro de um processo de modificações, porém sem necessariamente implicar na destruição do passado, especialmente quando dele dependemos para organizar nossa identidade de um determinado espaço e visualizarmos em relação ao “outro”. Preservar e desconstruir a memória registrada no ambiente – seu *genius loci* – depende, no entanto, de fatores políticos, socioeconômicos e culturais, desta forma se pode observar ao longo dos séculos. Para Kholsdorf (1999), a medida de manutenção da identidade das cidades e seus lugares nem sempre pode ser limitada apenas a uma que de administração urbana. A permanência dessa identidade resulta, quase sempre, da consciência do valor cultural desenvolvida, de forma hegemônica, pelos fluidores do espaço/referência.

A conservação da estrutura dos espaços – como forma de repensar as novas arquitetônica exige que os procedimentos de análise se concentre para a nova visão das identificações como continuação de certos sentidos no tempo, particularidades essas importantes descrições da história dos seres e dos grupos sociais.

4.2 Acervo arquitetônico do município de Assú/RN/BR

O patrimônio material arquitetônico de Assú/RN/BR, se constitui como sendo o maior acervo do interior do Estado do Rio Grande do Norte/BR, apresentando uma grande quantidade de casarões dos séculos XVIII, XIX, XX, com acervos arquitetônicos em bom estado de conservação em alguns aspectos e outros acervos em situação de ruínas e em estágio avançado de demolição.

Praças centenárias, monumentos arquitetônicos como Bustos, e obeliscos do século XIX, mesmo com a lei de tombamento municipal nº lei Complementar nº 063, de 30 de Junho de 2011; em anexo 8, chamar atenção para as autoridades políticas, jurídicas, e a sociedades em geral pelo alto grau de depredação de alguns acervos (Anexo 08).

A concentração arquitetônica de Assú/RN /BR está encravada em sua maior parte na região central da cidade, chamada pela população de Assú/RN/BR de cidade velha. Tratam-se de sobrados, igrejas, casarões e casas comerciais da época que, ainda resistem até o momento presente, ou seja, nos dias atuais. No interior do município, encontramos vários casarões de fazendas, sendo em sua grande maioria construídos ao final do século XVIII e início do XIX, monumentos de moradias, de fazendas e de criatório de gado. É nesse mapa que desenvolve a cidade de Assú/RN/BR (Anexo 09).

Nesse município (figura 9) encontramos vestígios de duas casas forte. Uma no centro atual da cidade e outra na comunidade de Lagoa do Ferreiro do município de Assú/RN/BR. A primeira deu espaço a atual prefeitura, Sede do governo desde 1958, e a outra casa ainda existem resquícios das ruínas da casa forte, que tinha como função defender contra-ataques de nativos e de inimigos estrangeiros.



Figura 9- Casarão da comunidade Sítio Casa Forte no município de Assú/RN/BR.

Fonte: Wanderley, 1966.

Contudo, os acervos patrimoniais arquitetônicos do município de Assú/RN/BR estão processo rápido de falta de conservação e preservação. Os exemplares mais visíveis no centro histórico estão sendo demolidos e transformando em estabelecimentos comerciais sem nenhuma expressividade histórica ou beleza arquitetônica, desta forma os legados dos acervos estão sendo colocado ao extermínio.

A herança arquitetônica de Assú/RN/BR é uma das mais importantes do Estado segunda maior do Estado, ficando atrás apenas do bairro da Ribeira e da cidade alta em Natal/RN/BR. mesmo assim, a política de preservação, conservação, restauração e proteção é muito falha, não garante que essa riqueza permaneça viva na memória do povo. Recentemente, foram demolidos os acervos arquitetônicos que pertencera um dos homens mais importantes da região do vale do Assú/RN/BR, o e - prefeito Pedro Soares de Araújo Amorim, político atuante e da nossa cidade e do vale do Assú/RN/BR. Na Figura 2 (A) era o antigo acervo dos Soares Amorins, hoje deu espaço a força do capitalismo, tornou se um estabelecimento comercial (Ver figura 2).

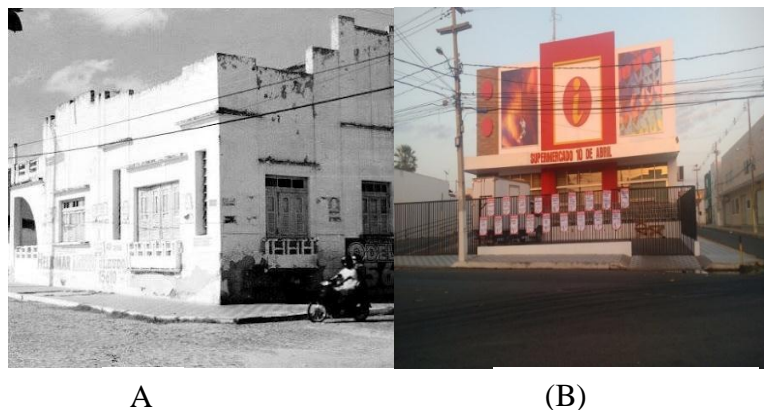


Figura 10- Antigo Casarão da família Amorim (A) e atual supermercado Rede Ideal (B) no município de Assú/RN/BR.

Fonte: Pinheiro, 2013 e Autoria Própria, 2018.

No espaço de tempo entre as décadas dos anos cinquenta os anos noventa do século XX, aconteceram as maiores destruições dos acervos arquitetônicos de Assú/RN/BR. Todos essas coleções arquitetônicas remontavam da fase colonial do País, com traços de estilo barroco e clássicos. Os prédios demolidos ou desmembrados em várias partes e modificando as fachadas, abrindo espaço para outras moradias e estabelecimentos comerciais. Um dos exemplares arquitetônicos mais imponentes da cidade está resistindo ao tempo acervo arquitetônico de Palmeiro Filho, está em estado de abandono pelos

Herdeiros da família. Sinais visíveis de demolição já são detectados, na parte que está sem ocupação, o telhado do teto do soter (espaço ou quarto dos casarões na parte superior) está em estado avançado de desabamento, o piso superior está muito comprometido, propício a cair, colocando em cheque toda a estrutura física do acervo.

O espaço arquitetônico antigo, chamado de quadrado velho de Assú/RN/BR. Está localizado a igreja central de Assú/RN/BR, chamada de São João Batista, em torno da dela fica concentrado o maior número de acervos ou casas antigas da cidade, sendo que grande parte dela estão habitadas, sem utilidades socioeconômicas. Mesmo dessa forma o Passado está muito vivo no presente nas ruas da cidade de Assú/RN/BR. Na antiga parte da cidade, o casarão divide a linha do tempo, entre o passado imponente da cidade e o presente dos contratos cinzas do momento. Mesmo com toda força da destruição os exemplares arquitetônicos não passam percebidos pelos passantes. Mesmo acontecendo forte descuidados e falta de compromisso. As péssimas conservações das paredes amarelam com o tempo sem reparos os desenhos dos traços coloniais nas fachadas dos casarões não estão ficando esquecidos no espaço local.

Alguns acervos dentre ele a igreja matriz de São João Batista, construída em 1760, estão na relação de tombamento do patrimônio do Estado e do município de Assú/RN/BR. Em anos anteriores foram feitas restaurações, e recuperações na igreja matriz, incluso no teto que estava com sérios problemas de infiltrações, essa peça arquitetônica importante foi recuperada. Outro acervo que passou por reforma foi o Sobrado da Baronesa (Figura 3), que ficou de herança da baronesa de serra Branca como era chamada, também foi preservada das suas fachadas de estilo colonial. Hoje transformado na Casa de Cultura e exposições Popular, com o apoio do poder público.



Figura 11- Antigo (A) e recente (B) Casarão da Baronesa no município de Assú/RN/BR.

Fonte: Wanderley, 1966 e Prefeitura do Assú, 2013.

Outro acervo Arquitetônico de Assú/RN/BR, em ótimo estado de conservação é o Cine teatro Pedro Amorim. Quem sua História inicial em 1924. Esse empreendimento cultural teve uma importante participação do Coronel Francisco Martins que inicio no largo da matriz São João Batista das flores, na lateral leste da parte do centro de Assú/RN/BR. Com a instalação de um conjunto de dois geradores elétricos para ter luz elétrica na usina de algodão.

Dessa forma o coronel Francisco buscando valorizar a cultura pelo poder público do estado e do município de Assú/RN/BR, atendendo as modalidades Musicais, cine mudo, e peças de Teatro, cantorias da terra, entre outros movimentos culturais.

Esse empreendimento cultural foi inaugurado um ano depois do início da construção, nos festejos do mês de junho, mês esse do padroeiro da cidade de Assú/RN/BR, em 1925 com o nome nobre de Cine teatro Assú.

A obra foi e é, extremamente importante para o desenvolvimento da cultura Assuense/RN/BR; nos anos 40, o Cine Teatro passou por inovações importantes, recebendo equipamentos importado para a parte de cinema passar a receber filmes falados. Dessa forma a população do município passou a receber melhor o entretenimento, já nos anos 60 o Cine Teatro recebeu novo nome. Passou a se chamar de Cine Teatro Pedro Amorim, uma homenagem ao médico e político de Assú/RN/BR que faleceu no ano de 1961.

O cine teatro proporcionou e vem proporcionando grande momentos de relevância cultural e Artística à sociedade Assuense/RN/BR, os acervos cinematográficos e no tablado do palco desse estabelecimento de cultura, desenvolveu grandes filmagens da terra e peças de teatrais, show de artistas a nível nacional, regional e local.

O cine teatro nos anos 90 a 2000, sofreu um declínio, a mudança de comportamento cultural da cidade mundial findou afetando a cultura local. A chagada dos filmes em VHS, e os novos aparelhos de audiovisual modernos, por um momento sucumbiu o velho teatro. As cortinas do palco e as maravilhosas maquinas importadas da Europa não resistiu a modernidade. O tetro fechou as portas no início do século XXI,

Agora, o município está empenhado para restaurar e conservar o acervo Arquitetônico do antigo cinema de Assú/RN/BR. Uma parceria entre Prefeitura, Petrobrás

e Governo do Estado está viabilizando a reforma total, transformando o espaço no Cine Teatro Pedro Amorim em centro de referências de encontros e produções culturais do município, veja figura (Figura 4) nos dois momentos, na figura 4 (A) em estado deplorável e depois na figura 4 (B), já restaurado, recuperado e conservado.

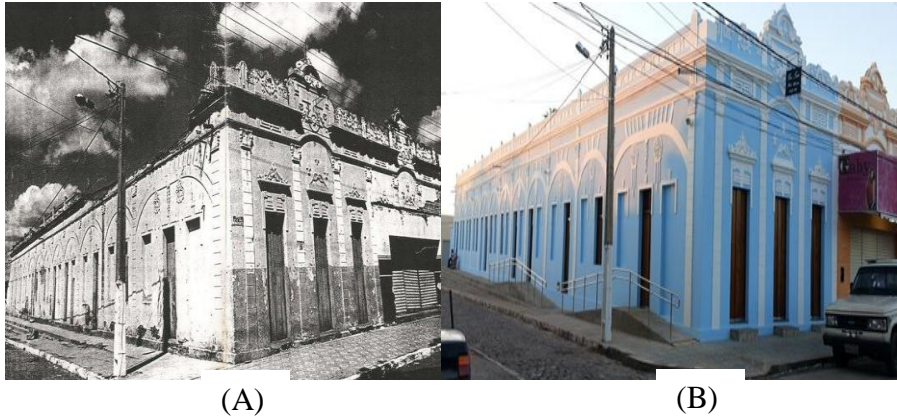


Figura 12- Antigo (A) e restaurado (B) Cine teatro Pedro Amorim no município de Assú/RN/BR.

Fonte: Página R, 2013.

A Petrobrás, financiadora do projeto, informou que os termos da parceria para a revitalização do Teatro estão sendo elaborados. De acordo com a estatal, a ação da companhia na cultura se dá de forma integrada, incentivando produção, difusão e circulação de bens culturais, formação de novos públicos e plateias, memória e reflexão sobre a cultura brasileira. “Desta forma, a Petrobrás confirma seu compromisso de estimular a realização de projetos de interesse público que contemplem a cultura brasileira em toda a sua diversidade étnica e regional”, completou a assessoria da Petrobrás.

O presidente da Fundação José Augusto, Crispiniano Neto, disse conhecer a arquitetura histórica de Assú, porém avisou que o Estado só pode cuidar deste patrimônio se ele for tombado. “Cabe ao Município solicitar o tombamento para esse patrimônio”,

De acordo com Crispiniano, se for procedente, o pedido é encaminhado para a Secretaria Estadual de Educação, que tomará as providências. “Mesmo assim, a obrigação de manter o prédio é do proprietário”, esclarece, explicando que o Estado só investe na reforma caso seja comprovado que o dono do imóvel não tem condições financeiras para isso.

O problema se agrava porque a sociedade só solicita as reformas e ou o tombamento dos acervos quando estão em estados avançados de ir ao chão ou caindo, muitas vezes a burocracia demora e os recursos não chegam a tempo, não dando para salvá-lo.

Todo o lado norte da atual praça Getúlio Vargas, lado já denominado da Rua da Família Casa Grande, depois simplificado para Rua Casa Grande.

O casarão dos Soares de Macêdo ao lado do qual foi afixado o busto do coronel Antônio Soares de Macêdo (esquina com o sobrado dos Amorim) pertenceu a Ana Jacinta de Araújo Picado, viúva do tenente João Luiz de Araújo Picado – figuras de destaque da família conhecida por Casa Grande. Com o falecimento de Ana Jacinta, herdou-o a sua filha Claudina Carolina de Araújo Picado, ainda solteira. (Anexo 13)

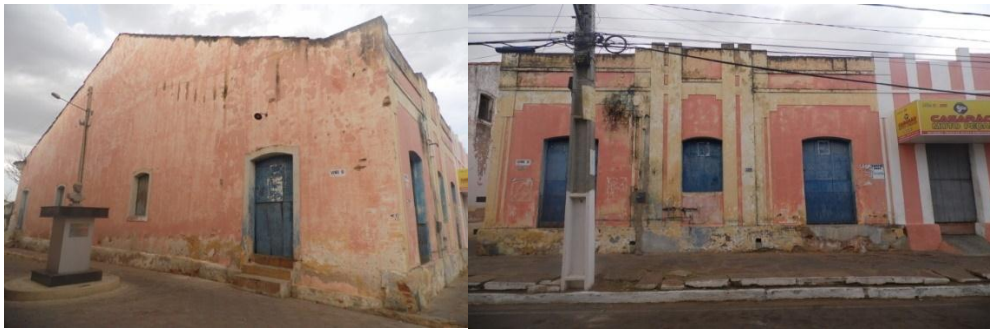


Figura 13- Casarão / Antônio Soares de Macedo. Século XVIII

Fonte; A autoria Própria; 2018

Claudina casou-se com o seu primo Antônio Soares de Macêdo, viúvo da sua irmã Francisca Francelina. Claudina, após o matrimônio, passou a chamar-se Claudina Carolina de Macêdo e Araújo. Casado com Claudina, Antônio Soares de Macêdo passou a residir no dito casarão. Antônio foi, certamente, o mais ilustre habitante daquele prédio residencial. Católico Apostólico Romano.

Capitão e, mais tarde, coronel da Guarda Nacional. Foi presidente da Câmara Municipal do Assú – cargo que implicava na direção administrativa do Município (triênio 1874-76). Após, foi deputado provincial, chegando a ser vice-presidente da Assembleia. É considerado um dos patronos do jornalismo potiguar, por ser um dos primeiros proprietários de prelo, foi dono e principal redator dos semanários Brado Conservador e Brado Federal. Patriarca da família Casa Grande.

Líder do Partido Conservador no Assú/RN/BR, com influência em outros municípios. Grande fazendeiro e senhor de engenho. Desprendido materialmente, empobreceu com a vida pública. Abolicionista, foi um dos fundadores da Libertadora Açuense. Genealogista, publicou em 1893, na cidade do Natal, o opúsculo “breve notícia sobre a árvore genealógica da família casa grande residente na cidade do Assú estado do rio grande do Norte”, provavelmente o primeiro trabalho de genealogia do Estado. Nasceu em 1831 e faleceu em 1917. Após o falecimento de Claudina Carolina de Macêdo e Araújo (já viúva), o casarão ficou pertencendo a sua filha Clara Maria Soares de Macêdo (Clarinha). Depois, passou a ser propriedade de João Maria de Macêdo Caldas, sendo atualmente propriedade dos seus herdeiros. No Século XX, funcionou por muitos anos a cooperativa elétrica do vale do Assú/RN/BR –CERVAL

O outro casarão da família Soares de Macêdo, vizinho ao acima citado, também pertenceu a Ana Jacinta de Araújo Picado, viúva do mencionado tenente João Luiz de Araújo Picado. Ana Jacinta deixou-o para a sua filha Delfina Cândida de Araújo Picado, ainda solteira. Após, passou a pertencer aos seus sobrinhos de Delfina, o capitão Mariano Soares de Macêdo e sua esposa Maria Anunciada de Macêdo e Araújo. Mariano foi um abastado fazendeiro (proprietário em Entre-Rios, Tanques, Martins e Bela Vivenda – os primeiros na zona rural do Assú, o último imóvel no então município de Santana do Matos, em área que atualmente pertence a Ipanguaçu). Em Assú, Mariano foi intendente (vereador), na Primeira República. No velho solar as suas iniciais estão postas no portão – MM – (Mariano Macêdo). Atualmente pertence às herdeiras de Vital de Amorim Macêdo.) Anexo14.



Figura 14- Casarão Mariano Macêdo. Século XVIII

Fonte: Aatoria Própria: 2018

Atualmente está servido de comercio atacadista da família, esse acervo está em ótimo estado de preservação e conservação. Sendo aproveitado em outros momentos para ser escola e cursinho preparatório para ingresso em cursos superiores.

Outro monumental acervo arquitetônico que chama atenção pela beleza e pela imponência da sua forma arquitetônica é o sobrado onde funcionou o Seminário Menor, foi edificado pelo Tenente Pedro Soares de Araújo (Pedrinho do Sobrado), filho família lusitana, Pedro Soares de Macêdo. Pedrinho era irmão do coronel Antônio Soares de Macêdo. Pedrinho foi deputado provincial no RN. Nesse acervo Arquitetônico funcionou a redação do mencionado jornal Brado Conservador. Provavelmente, lá também foi residência do coronel Antônio Soares de Macêdo. O coronel Pedro Soares de Araújo, filho e homônimo de Pedrinho, residiu no mesmo local.

O coronel Pedro Soares era casado com a prima Ana Senhorinha Soares de Araújo – filha do coronel Antônio Soares de Macêdo. No sobrado nasceu a maioria do filho de Pedro e Ana Senhorinha, dentre eles Moysés Soares de Araújo (advogado, jornalista, poeta e deputado estadual) que hoje dá nome a rua onde nasceu; Antônio Soares de Araújo (desembargador, historiador e poeta, que faz referência a casa onde nasceu em um conhecido soneto intitulado “Assú”); o professor Luiz Correia Soares de Araújo (patrono do escotismo no RN), dentre outros rebentos da eminente prole. O coronel Pedro Soares de Araújo, além de ter sido jornalista e advogado, foi um dos herdeiros políticos do seu tio e sogro Antônio Soares de Macêdo, tendo sido deputado estadual por várias legislaturas. Pedro Soares de Araújo foi alto funcionário do Tesouro Estadual e granjeou invulgar respeito por sua inquebrantável lisura e honestidade. Depois, o sobrado passou a pertencer ao juiz de Direito Luiz de Oliveira, nascido na Fazenda Poço Verde, então município do Assú/RN/BR. Décadas depois, lá funcionou do Seminário Menor da Diocese de Santa Luzia.



Figura 15- Casarão Antônio Soares de Macedo – Século XVIII

Fonte: Autoria própria, 2018

O sobrado onde hoje funciona o bar conhecido como “de Nêgo João”, foi edificado pelo português José Gomes de Amorim, esposo de Ana Clarinda Soares de Amorim, que era irmã dos já referidos Tenente Pedro Soares de Araújo (Pedrinho do Sobrado) e coronel Antônio Soares de Macêdo. Do casal José Gomes e Ana Clarinda, nasceram o Dr. Pedro Soares de Amorim (pai do dr. Pedro Soares de Araújo Amorim), o padre dr. Manoel Gonçalves Soares de Amorim e outros mais.

Neste Acervo Arquitetônico foi o por muitos anos do século XIX, local da primeira farmácia de Assú/RN/BR, e o primeiro Jornal do interior do Estado do Rio Grande do Norte no Século XIX, chamado o Assuense/RN/BR. Jornal de circulação local; atualmente é ponto de encontro de filhos da terra e bar tradicional da boemia da cidade.



Figura 16- Casarão Soares Amorim

Fonte: Assú antigo, 2009

Por seu turno, o sobrado conhecido por “Sebastião Cabral”, pertenceu inicialmente ao casal Sargento-mor Luiz Francisco da Silva e Maria do Ó de Faria e Silva

(também conhecida por Maria do Ó do Sobrado Grande). Esse casal, proeminente par da mesma família Casa Grande, foram os pais da já referida Ana Jacinta de Araújo Picado. De Luiz Francisco e Maria do Ó, o sobrado passou a pertencer ao seu genro, o pernambucano João Maria Júlio Chave (sem o “s”), que foi tenente da Guarda Nacional e deputado provincial.

No ano de 1953, tornou se prefeitura do município de Assú/RN/BR, na década de 1960 tornou se delegacia, casino e restaurante. Nos dias de hoje ainda continua sendo um prédio comercial, como vários empreendimentos.



Figura 17- Casarão de Sebastião Cabral

Fonte: Blog Fernando Caldas, 2009

4.2.1 Conservação Patrimonial Arquitetônico e Historiográfico do Município de Assú/RN/BR.

4.2.1.1 Teoria da conservação e sua aplicação ao patrimônio na terra

Nesta seção, discute-se a teoria da conservação, como ponto forte desta pesquisa. Pois, ela contém todos os aspectos do estudo abordado, que é importante considerar como a teoria que sustenta este estudo.

Segundo Correia (2007), a teoria da conservação fala da importância do trabalho que se está fazendo ao nível mundial sobre o patrimônio e o acervo cultural de cada país e lugar. Ela explica que essa teoria vem aparelhada com a ideia da recuperação da história humana e valorização do que os nossos predecessores viveram e expressaram através de a expressão arquitetônica, artística e criativa. Correia (2007) faz uma lista dos componentes e definição de cada um deles. A seguir apresentam-se esses conceitos.

Definições e ações de conservação

Correia (2007) sugere que é importante assumir certas definições conceituais para poder compartilhar um vocabulário específico, a área comum. Melhor compreensão do significado de certos elementos, termos e conceitos permite consistência na comunicação, apesar das variáveis de contexto possível. Além disso, permite uma compreensão mais rigorosa da reflexão realizada.

Conservação

De acordo com Feilden (2004, p. 3, *apud* Correia, 2007), a conservação é a ação tomada para prevenir a deterioração e a gestão dinâmica da variação, compreendendo todos os atos que prolongam a vida do património cultural e natural. Código de ética do canadense define conservação (Earl, 2003, p. 191, *apud* Correia, 2007) como todas as ações realizadas com o objetivo de garantir o futuro da propriedade cultural, incluindo os seguintes estágios: apuração (exame), documentação, conservação, conservação preventiva, tratamento, restauração e reconstrução. Deve-se esclarecer que a preservação dos materiais velhos é importante na conservação, como a preservação da integridade e autenticidade do projeto.

Ação de conservação

Correia (2007) explica que a conservação abrange vários tipos de intervenção que, de acordo com a carta de Cracoviana, pode envolver decisões, escolhas e responsabilidades relacionadas a herança. Abaixo está um show concisa de ações de conservação diferentes, no sentido lato do termo: projeto de restauração através do design das políticas de conservação, é o projeto através do qual se desenvolve a conservação da herança.

Numa perspectiva mais estreito, pode significar os elementos de reintegração de assegurar o respeito para o rial original do companheiro. Isto é possibilitado através da recolha de informação para o conhecimento do edifício, particularmente através de evidências arqueológicas, documentário ou desenho original. A restauração da casa dos Romeiros em Alcácer do Sal, no sul de Portugal (Correia e Merten, 2000, *apud* Correia, 2007), foi baseada na integração de arquitetura e elementos de construção da arquitetura tradicional local, tais como o tipo específico de tapia na região.

Preservação:

De acordo com González (2005), é usado em uma maneira similar à conservação, apesar da maioria afetam preventiva sua aparição, logo que a defesa, a salvaguarda e a articulação das anteriores medidas de prevenção contra possíveis danos ou perigos. Ela envolve a gestão do ambiente e do ambiente para o objeto, então para manter suas condições físicas estáveis tanto quanto possível (Correia, 2007).

Consolidação:

Também considerada "conservação direta," consolidação é a aplicação de suporte de materiais, incorporado à estrutura original, para garantir a durabilidade continuada do edifício. Entretanto, é fundamental na consolidação do respeito pela integridade estrutural e formal do objeto.

Reabilitação:

Uma das melhores maneiras de preservar um prédio é mantê-lo em uso, o que é conhecido como *la mise em valeur* em francês. Em geral, procuram manter a função original; é a ação mais adequada para a conservação de uma estrutura, pois envolve menos projeto de alterações. Experiência também indica que a intervenção mínima em um objeto de herança é sempre a opção mais adequada de conservação (Correia, 2007).

Reconstrução:

Devido a incidentes, como incêndios, terremotos ou guerras, às vezes é necessária reconstrução usando novos materiais. Nota que a reconstrução não pode ser uma falsa pátina do tempo, porque você deve ser percebido não é o original, apesar de compilação material documental com rigor (Correia, 2007).

Recuperação:

Entende-se por recuperação, a revalidação de um bem cultural que é temporariamente privado de sua funcionalidade devido a degradação ou abandono, aceitando que é "utilizada" (González, 2005). Em um sentido amplo, é considerado sinônimo de reabilitação (Correia, 2007).

Renovação:

É considerada que este conceito se refere à aquisição de uma nova condição, com o sentido de melhoria. De acordo com González (2005), ele foi usado em particular no

campo do planejamento urbano, associado a renovação urbana, aludindo ao planejamento urbano "atualizado" as características urbanas.

Recomposição ou Anastylosis:

De acordo com Ignácio González (2005), o sentido etimológico original deste termo significa levantar cataratas de colunas de um edifício clássico. Todavia no decorrer do tempo, o ponto anastylosis tornou-se a ser utilizado para operações de recomposição dos edifícios cujos materiais originais são caídos e espalhados ao redor do prédio. No caso da recomposição de estruturas de terra, isso é possível com o solo não alterado ou com elementos como adobes históricos ainda existentes no contexto da intervenção, permitindo sua substituição na estrutura original. No entanto, este tipo de intervenção por anastylosis é raro na conservação do patrimônio em terra (Correia, 2007).

O conjunto de bens arquitetônicos criam conexões entre o tempo anterior e o tempo recente contrapondo com os moldes atuais é o que cria o meio físico urbanístico várias formas atrativas e charmosas. A potencialidade da memória e competências eruditos deve ser transparecido por meio de execuções correlatadas à educação de patrimônio, que é um dispositivo de formação cultural e encaminha as pessoas à leitura e gosto ao mundo que o cerca, levando-o ao entendimento do meio sociocultural e de caminhos do conhecimento erudito em que está vivenciando. A recuperação e conservação patrimônio arquitetônico e a História do município de Assú/RN/BR. erguer um plano que sugira a conferência de execuções consistentes.

Envolvendo os diversos setores públicos e iniciativa provada do município, estados e união federativa do país. O poder científico Acadêmico dos Curso de Arquitetura e Urbanismo, História, geografia, sociologia, do Município de Assú/RN/BR – junto a SEPLAN. Buscando um melhor enfoque histórico e de preservação arquitetônico.

A demolição de diversos acervos Arquitetônico de cuidados da coletividade e da jurisdição comunitária da cidade deixaram lacunas profundas de forma negativa ; são esses vazios de memória do patrimônio material que vem gerando choques de forma negativas e irremediáveis e para não vir à tona novas ocorrências de destruições dos exemplares arquitetônicos e desastres dos acervos, é importante sensibilização e a mobilização da comunidade de uma forma total, para a conscientização da população para

com os seus acervos patrimoniais e de sua real valorização e preservação do patrimônio Histórico locais.

O momento em que haja as oportunidades de conservação e preservação do patrimônio arquitetônico dos logradouros do País, com total reconhecimento das identificações arquitetônicas, será incumbência dos profissionais das áreas das ciências sociais e pedagógica desenvolverem propostas para a melhorias nas áreas de preservação dos patrimônios e acervos, para concretizar uma melhor expansão para todos os setores da coletividade local.

É fato no nosso município um grupo de apoiadores da cultura local, despertando um melhor cuidado de conservação dos patrimônios Históricos do nosso Município, colhendo alguns frutos, graças as ações até aqui desenvolvidas. A partir das leis complementares de conservação e preservação nº 063/2011 que complementa a lei 059/2001 (anexo 01) que amplia as ações e as sistematizações do patrimônio arquitetônico e preservações de Assú/RN/BR legitimando como um bem comum a toda a sociedade e a toda a comunidade educacional

Para isso o trabalho se apoia na Revisão Literária. O projeto aproxima as indagações indispensáveis para manifestar se com ímpetos da compreensão da magnitude dos acervos e monumentos históricos na sociedade contemporânea. Dessa forma Parte da gênese de que a cultura erudita material, imaterial e a reminiscência de uma população, onde são fatores indispensáveis de sua coerência e de sua afinidade, abalizados responsáveis pelos ligames que unifica as sociedades em volta de uma consciência comum de distribuir e identidade, consciência comum para o consenso de cidadania.

Outrossim dos aspectos de formação da identificação do patrimônio, se faz necessário uma concordância de que a consciência de patrimônio cultural e arquitetônico diz respeito ao legado coletivo que deve ser perpassado às futuras progênes, com fisionomia relacionável com o passado e o presente, outorgando de maneira direta e indireta, para preservar e conservar e engrandecer o acervo histórico- arquitetônico e artístico e ainda para torná-lo evidente.

As ações do IPHAN estão voltadas à identificação, documentação, fiscalização e difusão e estão calcadas em legislações específicas sobre cada um dos temas pertinentes ao seu universo de atuação. O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 organiza a

“proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” como o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico através de comissões organizadas pelo poder público e educacionais.

Essas comissões de natureza interinstitucional, consultivo, deliberativa e executiva, sem personalidade jurídica própria, deve ser composta por representantes da prefeitura, que preside, do governo estadual, do IPHAN, da sociedade civil organizada e demais entidades envolvidas no processo (IPHAN, 2003. p. 13).

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, estabeleceu novas regras jurídicas para a questão do Patrimônio Cultural material e imaterial. Pelo artigo 215, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Pelo artigo 216, “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Ainda no artigo 216, em seu parágrafo 1º diz que “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Nesse aspecto, relata Horta (1999):

A Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural, como instrumento de afirmação da cidadania. Objetiva envolver a comunidade na gestão do Patrimônio, pelo qual ela também é responsável, levando-a a apropriar-se e usufruir dos bens e valores que o constituem. Mais à frente da legislação nacional, da legislação ambiental, da lei da arqueologia e de turismo cultural, a preservação de propriedades culturais é dirigida por Cartas, Declarações e Tratados, no âmbito nacional e internacional (Hortal,1999, p. 47).

Hortal aponta algumas características arquitetônicas que valoriza os, detalhes, estilos, história e peculiaridades dos principais acervos arquitetônicos do município, que os tornam relevantes patrimonialmente, buscando atividades relevantes para preservação dos acervos como bazares, museus, ateliês, lojas de artesanatos, arquivos, memoriais da história da cidade, entre outras tarefa que ligue as visitas aos meios a os demais setores de relevâncias históricas do município de Assú/RN/BR. Dessa forma podendo ser importante para educação, turismo da região.

Organizando essas especificidades em caráter de urgência formalizando meios e instrumentos que informem, esclareçam e insira a população no processo de preservação e recuperação do patrimônio arquitetônico do município.

(...) é necessário exercer um esforço permanente no sentido de identificar, organizar, viabilizar, catalogar e manter organizado um arquivo com as informações e os documentos essenciais à correta orientação e interpretação dos assuntos técnicos, financeiros, políticos, administrativos que sirvam de base para as atividades de um empreendimento que possa conhecer a fundo o centro histórico (André, 1999, p. 32).

Embasado em André 1999, assim, os meios educacionais como Universidades públicas e privadas, ONG'S, poder público e iniciativa privada venha cumprir as promoções de possíveis eventos, com o propósito de melhorar a qualidade de vida e preservação do patrimônio histórico dos espaços locais como também regionalizados manifestando o desenvolvimento pelos caminhos do ensinamento, da educação, na base para servir de inspiração para futuras gamas da sociedade como também para pesquisa.

4.2.2 Cartório

A Fundação do 1º Ofício de Assú/RN, considerando a data de abertura do livro mais antigo da Serventia se deu em 15.01.1888, cujo o primeiro tabelião e juiz da Comarca foi João Lins Caldas, seguido de João Celso da Silveira Borges que foi o primeiro tabelião e escrivão de paz em 1922, ao qual oferecia os seguintes serviços: notas, registros imobiliários e hipotecários. Atualmente, tendo como tabelião Antônio Rivanildo de Carvalho não funciona como prestadora de registros de notas e hipotecárias, contudo proporciona os serviços descritos:

Registros imobiliários, escrituras de compra e venda, inventários patrimoniais, partilhas, atas notariais de usucapião, abertura de matrículas de imóveis, desmembramentos de patrimônios, registros de loteamentos, hipotecas, penhoras, alienação fiduciária sobre imóveis, emissão de certidões referente a esses efeitos.

Atua também em conjunto com outras serventias da cidade, como ofício notarial, lavratura de escrituras públicas de compra e venda de imóveis, de inventários e partilhas de bens materiais, atas notariais de usucapião, procurações, reconhecimentos de firma, autenticações e demais atos inerentes. Encontramos documentos de imóveis e inventários dos acervos arquitetônicos, dentre eles está o casarão da família Rodrigues, que deu origem a município de Alto do Rodrigues/RN/BR. a escritura se encontra no livro 02 – C, registrado na folha 187, no ano de 1985, em anexo 02.

4.2.3 Igreja

A fundação do Arraia da Vila Nova de Princesa, onde se localiza a igreja matriz de Assú/RN, se deu no início do século XVIII, aproximadamente no ano de 1712, a partir da tomada de medidas primordiais, com vistas à instalação da Freguesia de São João Batista do Assú/RN (Figura 5).

Sebastião de Souza Jorge, proprietário do sítio do Icu, doou o terreno necessário para começar a construção da matriz e, também, a casa paroquial que até hoje está erguida e em pleno funcionamento, de tal maneira, que as referidas construções ficaram encravadas no citado sítio, a exemplo da povoação que surgiu e a igreja que ia sendo construída de argila e madeira. Ao longo do tempo essas construções foram sofrendo reformas, mas preservando sua arquitetura original. Então, em 22 de fevereiro de 1726, ocorreu o funcionamento da freguesia de São João Batista da Ribeira do Assú/RN, cujo primeiro vigário foi o padre Manuel Mesquita e Silva, o mesmo vindo da capital da província.



Figura 18 - Matriz de São João Batista – Assú/RN

Fonte: Assú Antigo, 2013.

Até o ano de 1902, pelo menos, ainda existiam na Matriz de Assú, os livros de assentamentos paroquiais (batizados, casamentos e óbitos), hoje desaparecidos. A respeito do desaparecimento dos referidos livros, informa o escritor Walter Wanderley (1966):

Diz que antigo e cuidados vigário do Assú, resolveu pôr em ordem os arquivos da igreja e queimou velhos cartapácios deteriorados, mas de grande valia para os pesquisadores. Talvez, sem o querer o velho cura prestou assim um enorme desserviço aos estudiosos em genealogia (p. 34).

O bispo de Olinda, Dom Frei Luís de Santa Teresa, em relatório dirigido à Santa Sé, datado de 1746, fazia referência à paróquia da freguesia de Assú/RN, na qual teve a intensa ajuda de escravos e índios vindos da região do Seridó. Porque aqui na região da Ribeira do Assú/RN, os nativos não dominavam bem a arte ou técnica de construir grandes construções de alvenaria. Sobre esse caso o bispo de Olinda, citado por Medeiros Filho (1984) que administrava todas as capitanias do Norte, escreve referindo-se a freguesia de Assú/RN. (Documento do bispo de Olinda)

A Paróquia de São João Batista localizada em Assú, de tamanho suficiente, construída de madeira e barro, tendo apenas um parâmetro encarnado em um branco, não possui objeto algum de prata; não tem nenhum oratório filial e carece de muitas causas, como bem se compreende pela sua extensão, que é de 40 léguas de longitude e 20 de latitude (Medeiros Filho, 1984, p. 76).

No ano de 1760, o então sargento-mor do Regimento de Cavalaria de Ordenanças da Ribeira do Assú/RN, Jerônimo Cabral de Macêdo, registrou um livro de sua propriedade, as atividades ocorridas, relativas à matriz do Glorioso São João Batista do

Assú/RN. Transcreveremos, a seguir, as informações deixadas pelo fundador da chamada Família Casa Grande: para memória da Matriz do Glorioso São João Batista ora orago da freguesia de Assú/RN/BR em 1760.

Neste ano, a 15 de julho, começaram os carros de Barbosa a carregar pedras para a Matriz de São João Batista, e a 19 do dito mês chegou a esta matriz a cura João Saraiva, em um sábado, e em 20 do dito mês, tomou posse. Em 6 de setembro de 1761 chegaram os índios de Apodi/RN, que foi em domingo, e na segunda-feira, começaram a trabalhar. Chegaram os outros 4 índios do Apodi/RN e desses, se tirou um para a obra da Matriz, 1 foi para o Rosário, junto com o mais que vieram para a dita obra do Rosário. Começaram a trabalhar todos em 14 de setembro do dito mês e ano. Ver Figura 6 do rosário da igreja matriz da Ribeira do Assú/RN.



Figura 19 - Atual Matriz de São João Batista – Assú/RN

Fonte: Autoria própria, 2014.

Em 23 de agosto de 1771, tomou posse o sobrinho do Padre cura, em um sábado, e em 14 de setembro do dito ano chegou o referido Padre Cura, em um sábado, e em 15 tomou posse, fez prática, que foi o primeiro domingo que na Igreja houve missa, e em 16, que foi segunda-feira, começaram os carpinas a fazerem as portas da igreja, cujas portas foram 3, e justas por \$46.000. ” (Lima, 1990). No que diz respeito a igreja do Rosário de Assú/RN, informa o historiador Nestor Lima:

Existe também, em reconstrução, na Cidade, a Igreja de Rosário, que fora construída no começo do século 17º, pelo português João Barbosa da Costa, negociante e morador no Assú, auxiliado por seu genro tenente Antônio Lopes Viegas, fundador de Angicos e da grande família desse nome (1990, p. 222).

Aconteceu, certamente, um lapso na informação acima, quando o bispo Dom Frei Luís de Santa Teresa elaborou o seu relatório (1746), não mencionou outro templo religioso em Assú/RN, além da igreja matriz. É possível que a Igreja do Rosário tenha tido o seu início de construção em 1761, conforme menciona a descrição escrita por Jerônimo Cabral de Macêdo, mas não foi só erguida nas margens da Ribeira do Assú/RN. Possivelmente, seriam a igreja encravada na cidade de Alto do Rodrigues/RN na qual seria a fazenda Alto Alegre ou Bamburral (Figura 7), setores situados nas imediações das terras dos Rodrigues, veja foto abaixo da casa grande da fazenda alto alegre/ bamburral onde as escrituras demarcam essa fazenda do século XVIII, ver anexo 02.



Figura 20 - Casarão de Joaquim Rodrigues

Fonte: A autoria própria, 2019.

4.3 Generalidades do município de Assú/RN/BR

O Município de Assú/RN/BR, tem sua formação de organização econômica e ocupação populacional no século XVII, devido as terras férteis e de bom teor de umidade no solo a base econômica se desenvolve através da pecuária e da extração de vegetal como criação de gado para o abate e posteriormente fazer a carne seca (tratar desse tema nesse item) mais tarde a agricultura e extração de sal. Essa força produtiva e de ótima ocupação se deve a um dos fatores supre importante a água. O rio Açu ou rio grande do sertão de Açu. Foi e é vital para esse desenvolvimento secular. Como mostra a figura de Joan Blaeu de 1625, retirada da discertação de mestrado de Tyego em Ribeira da Discórdia. 2015



Figura 21: Rio Açu, Capitania do Rio Grande – 1624- 1680

Fonte: Tyego; Ribeira da discórdia, 2015

Nos tempos atuais, nas últimas décadas do século XX, foi incrementado na economia do município a indústria ceramista de telhas e tijolos, o beneficiamento de extração de cera de carnaúba, a fruticultura irrigada, a partir da fundação do reservatório hídrico, barragem Armando Ribeiro Gonçalves, projeto canicultura, extração de minério de petróleo, dentre outras produções.

A ocupação foi de forma dolorosa. A conquista dos nativos, com intensos conflitos (guerra dos Bárbaros 1650 – 1720); como também forças de poder entre os homens Brancos portugueses.

4.3.1 Aspectos históricos, geográficos, demográficos e sociais

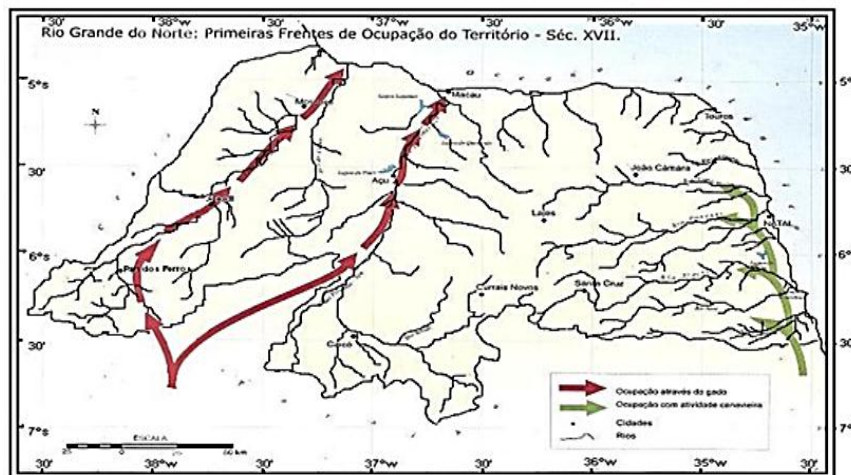
Em meados do século XVII segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) era o território habitado pelos índios chamados Janduís – nome do chefe, que se estendeu à tribo.

Em 06/02/1696, o capitão mor de Pernambuco, Bernardo Vieira de Melo, e também Governador da Capitania do Rio Grande do Norte, enverendando no fronte de uma incursão chegando ao interior do vale denominando o lugar de ribeira do Assú/RN/BR, criando, ao que no dia 24 de abril dos mesmo e ano, a arraia de N. s. ^a dos Prazeres, ponto primordial para o domínio do interior da capitania. Provocando a inquietude dos nativos da região. Desencadeando várias revoltas nativista. Como solução o projeto o aldeamento dos índios, com ação dos conquistadores assegurou a ordem e a estabilidade da capitânia.

4.3.2 A formação da Ribeira do Assú/RN/BR

Para compreendermos o processo de formação e de ocupação do Vale do Assú/RN/BR é necessário fazermos uma breve exposição da ocupação do País e do estado Rio Grande do Norte. Isso nos permite compreender melhor o processo de ocupação da Ribeira de São João Batista/RN e suas principais atividades socioeconômicas (ciclos e subciclos), tanto na sua fase colonial, quanto no momento atual.

Ao observarmos os ciclos econômicos da cana-de-açúcar e da pecuária nordestina compreenderemos todo o processo de povoamento e de desenvolvimento econômico do interior do nosso estado.



Mapa 1 – Caminhos do Gado; Formação e Ocupação do Espaço.

Fonte: Andrade, 1986 apud Monteiro, 2007, p. 63.

A descrição histórica desses acontecimentos é visível nos trabalhos de Felipe e Monteiro (2007), quando os mesmos descrevem que: A formação do território desse lugar, hoje chamado Rio Grande do Norte, dá-se de forma mais concreta com o desenvolvimento de atividades econômicas, principalmente o cultivo e a industrialização da cana-de-açúcar nos engenhos próximos ao litoral sul onde as chuvas são mais abundantes, e também com a criação de animais ou pecuária, principalmente a criação de gado nas fazendas do interior do estado, também chamado de sertão (Monteiro, 2007, p. 8).

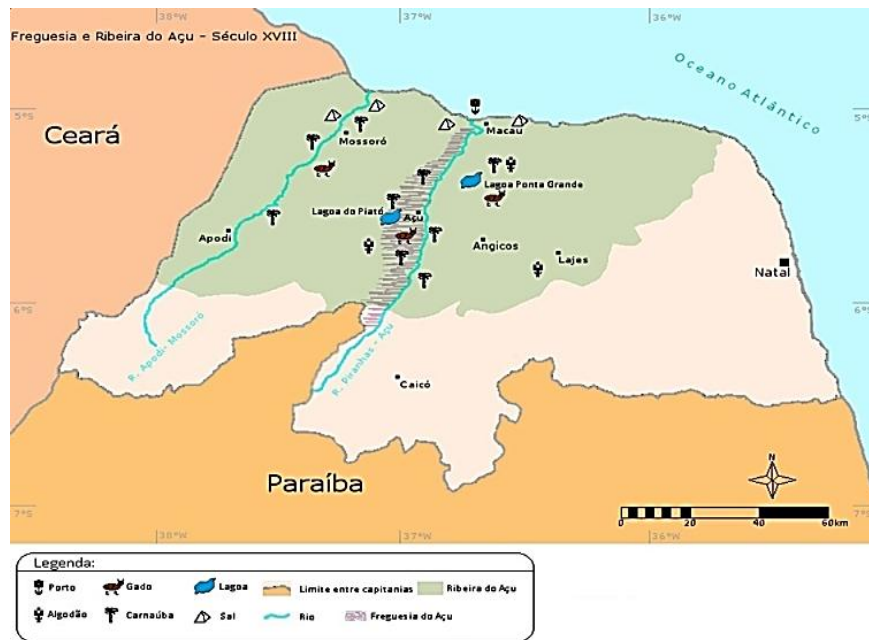
É sobre essas atividades que faremos uma breve exposição nos itens seguintes deste capítulo. Com a desenvoltura das lutas entre portugueses e nativos, as guerras que duraram entre 1687 a 1697, denominaram de "Guerra dos Bárbaros" e ou "Confederação dos

Cariris” como também “Guerra do Açú”. Sendo uma das mais extensas e duradouras guerras nativas da América Latina. (Monteiro, 2007, p. 78). No final de 1696, Bernardo Vieira de Melo, governador e Capitão-mor da capitania do Rio Grande do Norte e de Pernambuco comandou diretamente as expedições devido às graves situações de resistência dos nativos dos nativos no vale da Ribeira do Assú/RN/BR.

A partir da formação da arraia de nossa senhora dos Prazeres. É elevada a povoamento de São João Batista da Ribeira do Açú/RN/BR, que mais tarde, no século XVIII, foi elevada a nível de cidade com o nome de Açú/RN/BR. Nome esse advindo dos nativos cujo significado é “Aldeia Grande”, por esse local ser o centro dos nativos. Com o término dos conflitos, a atividade pecuarista retomou seu desenvolvimento normal, crescendo rapidamente e tornando-se principal ponto da atividade econômica da região.

A indústria de carne seca e extração de sal passariam mais tarde com as plantações de algodão e o beneficiamento de extração da cera de carnaúba a representar a base da economia do vale. A cidade de Assú/RN/BR no seu passado histórico tinha uma geografia bem mais abrangente do que a atual. Segundo o IBGE (1959), os seus limites territoriais estavam alinhados com as fronteiras ao norte com o oceano atlântico, ao sul com a Vila do Príncipe/RN; atual cidade de Caicó/RN; ao oeste ficava limitando com a província do Ceará; atual Aracati/CE e ao leste com a freguesia de nossa senhora de Santana dos Matos/RN, Cerro Corá/RN, no setor leste touros/RN, João câmara/RN, Ceará Mirim/RN, Praia de Parazinho/RN, Macaíba/RN; ao norte o Oceano atlântico.

A Ribeira do Assú/RN/BR, espaço geográfico de forte influência sócio econômica em toda província como também na região sertaneja do nordeste colonial brasileiro. Com seus produtos produzidos como carne seca, charque, cera de carnaúba, alimentos de cereais, couro, sal, algodão, dentre outros; mas, ao longo do tempo esses produtos tiveram momentos de altas e baixas produções, levando em alguns momentos apogeu e ruínas econômicas



Mapa 2 - A Ribeira do Açú/RN: no século XVIII

Fonte: Autoria própria, 2017.

O mapa 02, mostra a vasta Ribeira da freguesia do Assú/RN/BR, cortada por duas bacias hidrográficas importantes para a economia da época como também para a economia atual da mesorregião do oeste potiguar. O espaço físico (território) de Assú/RN/BR ocupava grande parte Da capitania do Rio Grande do Norte/BR. Aproximadamente 40% das terras. Dividida em 96 fazendas e oito sesmarias. Dentre elas estão algumas que se destacaram por sua importância produtiva e de ocupação populacional do sertão potiguar ou da capitania do Rio Grande do Norte/BR. Como a de João Fernandes Vieira, data de 1680 (anexo 03); essa sesmaria estendia seus limites da seguinte forma. Ao norte estava confinada ao oceano Atlântico; ao sul com a vila do Príncipe atual cidade de Caicó/RN/BR; ao oeste rio Jaguaribi/CE//BR e ao leste vila de Macaíba/RN/BR estada exposta na margem direita do rio grande ou rio Assu.

A partir das distribuições das sesmarias, o gado passou a fazer parte do povoamento e do interior da Ribeira do Assú/RN/BR, determinando a fixação de curraleiras, fazendas, vilas e mais tarde cidades. Onde o crescimento da pecuária e as oficinas de carnes secas foram os fatores fundamentais.

4.3.3 A Economia Pecuária de Carne Seca na Ribeira do Assú/RN/BR

Uma importante atividade econômica dentre várias que se desenvolveu na Ribeira do Assú/RN/BR durante a segunda metade do século XVIII foi a fabricação de carne seca. Derivada do crescimento da pecuária e da abundância das ricas salinas encontradas pelos holandeses na primeira metade do século XVII na foz dos rios Açu/RN e Mossoró/RN ; as “oficinas”, como eram chamados os pequenos estabelecimentos de produção da carne de gado salgada, representavam uma alternativa econômica para os criadores de gado bem como uma importante atividade da Freguesia e da própria região da capitania já que a carne-seca e o peixe seco eram exportados para outras capitanias da colônia de Portugal.

Tal atividade foi na época favorecida pela descoberta do ouro na região das Gerais, visto que a exploração aurífera representou o aumento da população da Colônia, devido à imigração, com conseqüente necessidade de maior abastecimento.

As “oficinas” chegaram a ter seu funcionamento proibido pelo governador de Pernambuco, na verdade estava em jogo o reflexo da mudança no volume de tributos recolhido pela província de Pernambuco na venda do boi em pé, que rendia oito vezes mais no recolhimento de tributos em relação a carne seca; na qual as autoridades pernambucanas argumentavam a ausência de gado nos engenhos e carne verde nos mercados; mas, a atividade só entrou em declínio após a grande seca de 1790-1792 bem como devido à concorrência com a indústria do charque das Capitanias do sul do País.

Quanto à transferência do ciclo econômico da carne seca para a região sul, também se deve ao clima ameno [temperado] da região favorecendo a uma melhor pastagem com melhor aproveitamento da engorda do rebanho. Como, também, a aproximação do mercado consumidor do centro sul da colônia no setor das Minas Gerais, no ciclo do ouro de onde todo o abastecimento viria de outras regiões ou da metrópole [Portugal]. Essa aproximação do mercado consumidor foi decisiva no fracasso das oficinas de carne seca e o início das charqueadas no Sul devido a influência das colônias vizinhas espanholas da Argentina e Sacramento.

[...] do Paraíba do norte, do Piranhas-Açu, do Apodi, do Jaguaribe, do Acaraú, do Piauí e até do Parnaíba. Era um mundo que se no início do século XVIII, os currais baianos estendiam-se pela margem direita do Rio São Francisco e pela ribeira do rio das velhas (hoje território mineiro), das

rãs. Verde, Paramirim, Jacuípe, Itapicuru, real, vaza-barris e Sergipe possuindo perto de 500 mil cabeças de rezes (gado). Os currais pernambucanos, que deviam abrigar perto de 800.000 reses, ocupavam a margem esquerda do Rio São Francisco e os vales dos rios preto, guaraíra, corrente, Pajeú, moxotó, além do São Miguel, em Alagoas estendia desde Olinda, a leste, até a fronteira do maranhão, a oeste (Andrade, 1998, p.170).

Observando a abordagem feita pelo citado autor, percebemos com clareza e evidência que “os caminhos do gado ” também passavam pela Ribeira do Assú/RN/BR, tornando rota obrigatória na economia da colônia. Isso mostra que as terras férteis e ricas em pastagem era lugar propício para desenvolver essa atividade; sendo rota de intensos negócios da carne seca e da pecuária extensiva no sertão nordestino.

Essas rotas eram determinadas pelo alto consumo de carne seca e seus acessórios para abastecer o litoral canavieiro pernambucano e das demais capitânicas. Essa observação mostra que a Ribeira do Açú/RN, também, fazia parte do contexto interligado do gado.



Figura 22: Oficina de carne seca na Ribeira do Assú/RN/BR – século XVIII

Fonte: Construída a partir de relatos de Mello (1979) – Autoria própria, 2017

Entre os últimos cinquenta anos finais do século XVIII e os primeiros quarenta anos do século XIX importantes mudanças vão se processar na economia mundial e também na América Portuguesa. Essas mudanças serão sentidas na Capitania do Rio Grande

e na Vila nova da Princesa, nome dado ao município criado na antiga Freguesia de São João Batista da Ribeira do Açú/RN em 1776 por ordem Régia.

A pecuária perde espaço devido à nova realidade externa do mercado mundial. Essa realidade volta se para os anseios das necessidades da Revolução Industrial á entre essas mudanças e fará do sertão nordestino exportador de matéria-prima. Não mais de Gado e de Carne Seca, mas de outras culturas como ao do algodão e da cera de carnaúba.

No Rio Grande do Norte, desde a sua colonização até a década mais recente, o abate de bovinos para consumo e a comercialização de carne, passou por diferentes fases: primeiro, foi à fase do abate feito na fazenda para produzir carne seca e alimentos à população do interior ou da Ribeira para seus moradores, principalmente no verão onde a escassez alimentícia era cada vez mais intensa.

Seus estoques reduziam a quase nada para isso onde dependia muito das invernas dos anos anteriores para renovar seus estoques de suprimentos de cereais e de leguminosa; a segunda foi o aparecimento das oficinas de carne seca da Ribeira do Assú/RN/BR e de Mossoró/RN/BR.

No auge do abate comercial no período colonial de nossa história, dando como suporte para a zona litorânea no apogeu do ciclo canavieiro na zona da mata atlântica; e a terceira, está ligado ao abate do gado sendo uma evolução lenta nas fazendas para os centros urbanos mais evoluídos como Natal/RN, João Pessoa/PB, Recife/PE, surgindo

Assim os abatedouros públicos dando suporte técnico a esta atividade, considerada como atividade comercial de intensa importância para a economia do interior do Nordeste e do Rio Grande do Norte, facilitando assim, a coleta dos impostos nacional como também coletas municipais.

O aparecimento da oficina de carne seca da Ribeira do Assú//RN/BR ocorreu, segundo Árbocz István (1986), por volta de 1740. Para tanto, uma das condições favoráveis, foi o desenvolvimento comercial atingido pela pecuária do Rio Grande do Norte e a de todo Nordeste.

A pecuária, como ponto de formação e acumulação de capital provincial e nacional, desenvolveu-se com o estabelecimento do complexo açucareiro nordestino, constituindo-se, uma espécie de “suporte I” dos engenhos de açúcar no fornecimento de carne e

derivados como leite, queijo, manteiga, couro, como também, por fornecer a força animal no auxílio da produção açucareira na tração ou no transporte da matéria-prima e na produção.

Até então, a capitania de João de Barros, integrava-se à região apenas como área de produção rural ou auxílio na produção açucareira de outras capitanias do Nordeste, sendo sua comercialização realizada – principalmente a bovina – nas praças do Recife/PE/BR e adjacências do litoral nordestino.

Não foi por acaso que o município de Açú/RN foi um dos palcos de maior fenômeno. Certamente devido às ótimas condições do solo e água, já no século XVIII naquela época a cidade deveria contar com um dos maiores rebanhos do território potiguar, pois, “em 1775, das 308 fazendas de gado existentes na capitania, cerca de quase um terço, ou seja, 90 fazendas se localizavam na ribeira do Açú” (Monteiro, 2007, p. 67).

Como foi citado anteriormente Além de o intenso desenvolvimento pecuarista norte-rio-grandense ter sido elemento preponderante para o surgimento das oficinas de carne seca na Ribeira do Assú/RN/BR, outro fator igualmente importante contribuiu de forma inegável. Dentre os vários fatos que ocorreram na capitania ou na província podemos relacionar a emergência das secas do século XVIII e apogeu da mineração no centro-sul do Brasil.

O desenvolvimento daquelas atividades impulsionou significativamente a economia não somente açucareira de todo o Nordeste e, especialmente, na capitania do Rio Grande do Norte/BR, uma vez que, foi naquele contexto que apareceram as oficinas de carne seca da Ribeira do Assú/RN/BR.

A formação das oficinas de carne seca Assú/RN/BR representou uma dupla revolução: no primeiro momento, foi o abate do bovino que era no momento era uma atividade de subsistência das fazendas do interior que logo após passou a ser atividade comercial, com sua produção abastecendo o mercado consumidor de carne de todo a província e de todo o Nordeste.

Já segundo momento, o aparecimento de novas praças de gado das primeiras praças comerciais da capitania, consolidou, no seu interior, o ciclo de acumulação mercantil local.

Até agora, o espaço rio-grandense do Norte era subordinado ao capital comercial da região na Praça no Recife/PE/BR e circunvizinha.

Os atenuantes e a dinâmica comercial das oficinas da Ribeira do Assú/RN/BR podem ser determinados por vários aspectos: primeiro, pela sua localização geográfica de excelência acessibilidade, pois ficava no litoral, hoje a cidade de Macau/RN/BR e Pendências/RN/BR; segundo, o Rio Grande do Norte dispunha, dispõe de sal marinho o que favorecia as suas oficinas para a conservação da carne e do couro e derivados, como também boas pastagens na área da várzea do Assú/RN/BR; terceiro momento as condições da época, era a área mais próxima do Recife/PE/BR, o principal mercado consumidor da região; e quarto, pelo alcance que suas vendas atingiram. Veja imagem do preparo da carne seca nas oficinas:



Figura 23: Trabalho nas oficinas no século XIX

Fonte: Pissolato, Cristiano, 2013, p. 33.

Nos últimos cinquenta anos do século XVIII, as oficinas de carne seca de Açú como também outras ribeiras próximas abasteciam não somente o mercado nordestino e a região das minas, como também, outras capitanias do Sul da Colônia.

Em carta ao secretário do Ultramar, o Governo de Pernambuco informou a dificuldade de atender à solicitação do Vice-Rei do Brasil que pedia algumas sumacras de carne para Santa Catarina. Um ano depois, em fevereiro de 1777, outra carta do então Governador de Pernambuco informava que, do Recife, saíram três barcos carregados com 94.000 arrobas de carne do sertão com destino ao Rio de Janeiro. Na mesma data, foram

enviados para a Bahia 18 barcos com 155.000 arrobas, e ficou, para consumo da população de Pernambuco, 24.000 arrobas de “dita carne” (Guerra, 1969, p. 181).

As produções de carne seca nas oficinas potiguares em especial na Ribeira do Açu/RN eram tão significativas que absorvia todo o rebanho disponível para o abate, tanto na capitania local quanto como nas circunvizinhas. Outra carta do Governador de Pernambuco, Dom Tomas José de Melo, testemunhava o fato.

Segundo o documento, em 1788 o Governador tomaria providencias para proibir a “navegação de barcos levando gado com destino a Açu/RN e Mossoró/RN onde se fabricam muitas carnes secas” (Guerra, 1969, p. 205).

Entretanto as autoridades de Pernambuco não esmoreceram. Um ofício de 23/05/1788 e o outro de 11/05/1789 divulgaram a decisão do então governador no sentido de proibir o funcionamento das oficinas de carne de carne seca do Assú/RN/BR.

Todos os estudiosos que escreveram sobre este assunto acreditam que aquelas proibições foram um dos fatos responsáveis pelo fechamento das oficinas de carne seca da Ribeira do Assú/RN/BR. A tese aqui exposta de forma bastante objetiva [...] – é a que de as oficinas de Assú/RN/BR, foram fechadas pela concorrência do charque produzida no Sul, como também para não atrapalhar a concorrência das oficinas de carne seca no vale do Jaguaribe no Ceará/BR.

Acredita-se que tais proibições legais foram insuficientes para proibir ou interromper aquelas atividades econômicas de porte econômico vantajoso. Tanto isso é verdade que tal medida foi anunciada em dois ofícios, sendo o segundo publicado em anos após a publicação do primeiro. Isso demonstra a insistência na divulgação da medida e a prova incontestada da sua ineficiência.

Logo após mais ou menos um ano de publicação do último ofício, anunciaram-se a segunda maior seca século XVIII nos anos 1790-3. Ela durou quatro anos e, em 1794, segundo Braga (1982, p. 74), não havia, na região, gado para o abate e o fabrico de carne seca que no século XVIII chegaram a constituir importante fator comercial. No início do primeiro quartel do século XVIII constituía já a extração da cera de carnaúba importante fator econômico naquela região da Capitania.

Vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) (IBGE,2010), incluindo hospitais e Unidades Básicas de Saúde na zona rural e urbana.

4.4 A fundação de Assú/RN/BR

A 22 de Julho de 1766, com a lei 09/69 de 1783 por Ordem Régia foi criada a vila, instalado no dia 11 de agosto de 1788. Recebeu então o nome de Vila Nova da Princesa. A princesa homenageada era Dona Carlota Joaquina de Bourbon, que se casara, em abril de 1785 com o futuro D. João VI.

A Lei provincial nº 124, de 16 de outubro de 1845, (anexo 04) concedeu a Vila Nova da Princesa foros de cidade, com o nome de Assuo nome Assú tem origem na “Taba-Assú” (Aldeia Grande), então ponto de reunião dos selvagens da região, guerreiros, valentes, sem lei nem crença religiosa.

A comarca de Assú/RN/BR foi criada por Deliberação do Conselho da Província, de 11 de abril de 1833, e aprovada pela Lei provincial nº 13, de 11 de março de 1835.

As especificidades históricas e geográficas, do município de Assú servem para identificar e nortear o meio no qual o município está inserido.

4.4.1 Aspectos Geografia de Assú/RN/BR

Esse município situa-se na região Nordeste do Brasil, no estado federativo do Rio Grande do Norte, situada na microrregião do Vale do Assú, que se situa na mesorregião do Oeste Potiguar, a aproximadamente 207 km da capital do estado. Assú foi a 3ª (Terceira) maior cidade do estado e uma das mais ricas da federação brasileira. Por alguns meses ficou sendo a capital do estado no tempo de Brasil colonial. A cidade tem um Campus de Nível superior administrado pela Universidade do Estado do Potiguar, oferecendo cursos como Letras, Ciências Econômicas, História, Pedagogia, Geografia. Com aproximadamente 53.227 pessoas (IBGE/2010), sendo 39.369 na Zona Urbana e 13.876 na Zona Rural.

O município tem uma área de 1269,235 km², sendo o segundo município com maior população da Mesorregião Oeste Potiguar, sendo uma do grande logradouro do estado, está a 70 km de distância de Mossoró/RN/BR. É uma das cidades de grande desenvolvimento do Nordeste do país, tem boas ligações de rodovias federais e

interestaduais, sua principal artéria de ligação com diversas regiões é a BR-304, (Sebrae, 2011).

Limita-se com os municípios de: Jucurutu/RN/BR, São Rafael/RN/BR, Itajá/RN/BR, Ipanguaçu/RN/BR, Afonso Bezerra/RN/BR, Alto do Rodrigues/RN/BR, Carnaubais/RN/BR, Serra do Mel/RN/BR, Mossoró/BR, Upanema/RN/BR e Parau/RN/BR e com os Estados do Ceará/RN/BR e da Paraíba/RN/BR, além de ser banhado pelo oceano Atlântico.

4.4.2 Aspectos sociais de Assú/RN/BR

Apresenta uma densidade demográfica de 40,84, participa com 1,66 % dos habitantes do estado potiguar. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Assú em 2010, indicava um índice de 0,661 (Diário Oficial do Município do Assú, 2017).

4.4.3 Aspectos econômicos de Assú/RN/BR

Em conformidade com o meio acadêmico e o poder público local, apresentar como uma das localidades do Rio Grande do Norte de maior potencial de atrativo econômico no setor agropecuário e de fruticultura tanto em empresas quanto de base familiar; Esse município guarda grandes reservas hidráulicas do Nordeste brasileiro como exemplar da coleção de reservatórios do país a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves; tendo ótima qualidade de terras férteis com condições para diversificadas culturas agrícolas, como também é praticado o extrativismo vegetal da carnaubeira. Decorrente da sua localização privilegiada leva vantagens econômicas de investimentos em relação a outros estados da região (Aquino; Silva Filho, 2015).

Em 1997 o governo estadual desenvolveu o Plano de Desenvolvimento Sustentável com objetivo de sistematizar o estado em condição de competitividade com as demais regiões do país. A ideia norteadora foi a importância dos processos econômico-sociais para garantir a sustentabilidade de recursos no meio em que vive. Portanto, o foco era diminuir a miséria da população da região; sendo assim, o estado foi dividido em oito Regiões de Desenvolvimento (mapa- 3) (SEPLAN, 2012).



Mapa 3–Delimitação das oito regiões de desenvolvimento no Estado do RN.

Fonte: SEPLAN, 2012

REGIÃO DO VALE DO ASSÚ Potencialidades:

- Abundância de água superficial e subterrânea;
- Condições climáticas e geográficas favoráveis;
- Indústria salineira;
- Eventos socioculturais e religiosos;
- Agricultura familiar em expansão;
- Ambientes com potencial turístico e econômico;
- Existência de organizações sociais;
- Indústria petrolífera;
- Entidade educativa, com formação técnica, e superior;
- Agroindústria.

Segmentos dinâmicos da economia regional:

- Turismo (sol e mar, ecoturismo);
- Agropecuária (piscicultura, fruticultura irrigada; carcinicultura, criação de bovino, ovinos, caprinos e equinos);
- Indústria (agroindústria, indústria de marmore, cerâmica vermelha, beneficiamento de frutas e laticínios; mármore, termoeletrica, salineira, petrolífera);
- Mineral (calcário, petróleo, sal, gás, argila);
- Comercial (varejista).

O Mapa de Pobreza e Desigualdade de 2003 aponta no município de Assú/RN/BR uma Incidência da pobreza na ordem de 56,84%, com o Índice superior a miséria de 0,44%, conforme referenciado nos dados do IBGE, referentes ao Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF2002/2003 (IBGE, 2008).

Considerando a estrutura de serviços públicos destaca-se na área da educação a existência de 86 escolas públicas, sendo 33 do ensino básico, 47 do ensino fundamental e 06 do ensino médio. Registra-se, ainda, um total de 10.460 um total de discentes matriculados no ensino fundamental e 2.915 matrículas no ensino médio. Em termos do ensino superior, o município conta com uma universidade pública mantenedora pelo Estado. Com relação à saúde, o município de Assú, de acordo com dados preliminares do Censo 2010, possui 28 estabelecimentos e saúde.

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

5.1 Problema e objetivos

Esse estudo parte da problemática formulada assim: Quais as estratégias de ensino desenvolvidas na educação Patrimonial e Histórica no Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues do município de Assú/RN/BR a partir das concepções e experiências do corpo docente da instituição?

O estudo objetivou analisar as estratégias de ensino desenvolvidas na educação Patrimonial e Histórica no Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues do município de Assú-RN a partir das concepções e experiências dos professores da instituição. Especificamente, buscou-se verificar as concepções, conhecimento, valorização e ações de preservação sobre o patrimônio histórico de herdeiros de casarões do município; constatar as concepções, conhecimento e valorização dos professores e alunos da escola em estudo sobre o acervo patrimonial do município; identificar os elementos do patrimônio incluídos no currículo escolar do ensino fundamental da escola; e constatar as atividades realizadas na educação patrimonial e histórica nas salas de aula das instituições educacionais nos anos finais.

5.2 Unidade de análise, população, amostra e participantes da pesquisa

A unidade de análise está conformada por professores que dão aulas sobre o patrimônio histórico de Assú/RN/BR e como existe no currículo do Ensino Fundamental nessa região.

Os participantes (informantes) do estudo serão herdeiros de casarões, professores e alunos do ensino fundamental dessa escola, Nair Fernandes Rodrigues. Conforme os instrumentos validados.

A população de professores esteve conformada por 34 **professores**, todos incluídos no estudo. Ver instrumentos de pesquisa em apêndice 04. Desse total 30 (trinta) professores responderam o instrumento e 4 (quatro) professores optaram em não participar da pesquisa, sem informar o motivo da não participação. Assim 88% participaram da pesquisa. Ver quadro nº 2

Quadro 2: Quantidades e percentuais de professores que participaram da pesquisa

Escola Municipal	Frequência		Total
	Número:	%	
Professores			34
	30	88	34

Fonte: A autoria própria, 2018.

Quanto a pesquisa feita com os **alunos** foi assim Distribuídos em um número médio de 20 alunos em turmas de 6º ao 9º. Já com relação ao universo dos alunos, de um total de 12 (doze) Turmas, sendo 03 turmas por série/anos foram selecionadas 1 turma de cada série/ano, cujo perfil era o de maior rendimento e participação escolar; sendo, 03 três turmas de 6º anos; 03 três turmas de 7º ano; 03 turmas de 8º anos e 03 turmas de 9º anos. No total geral de 288 (duzentos e oitenta e oito alunos) alunos na escola professora Nair Fernandes Rodrigues.

Para participar da presente pesquisa adotou-se os seguintes critérios, Quanto a aplicação do questionário (Apendice 05) com os alunos da Escola municipal Maria Nair Fernandes Rodrigues foram aplicados em 01 (uma) turma de cada série/ano, contemplando um total envolvidos na aplicação do questionário 101 (cento e um alunos).

Sendo que na **turma 1**, (sexto ano) tinha um total de 24 alunos efetivos matriculados, 04 alunos não participaram por ter se ausentado durante a aplicação do questionário. Participaram 20 (vinte) alunos, atingindo um percentual de **83%**;

Na **turma 2**, (sétimo ano) tinha um número total de 23 (vinte e três), 20 alunos (vinte) participaram da aplicação do questionário; 03 alunos não participaram por motivos de transferências para outros estabelecimentos de ensino participando um percentual de **87%** da turma;

Na **turma 3** (oitavo ano) tinha um total de 26 (vinte e seis) e só 20 deles participaram da pesquisa, 06 (seis) alunos não participaram da aplicação do questionário (03 (três) alunos estavam em atividade extra - classe na escola em outro espaço físico; sendo que 01 (um) aluno foi transferido para outra

escola; e 02 (dois) alunos faltaram no dia da aplicação do questionário alcançando um percentual de **77%** da turma).

Na **4ª turma** (nono ano) tinha um total de 28 (vinte e oito) alunos, 20 (vinte) participaram da pesquisa; 04 (quatro) discentes foram transferidos para outras escolas; 04 (quatro) estavam ausentes da escola no dia da aplicação do questionário. A turma 04 (quatro) atingiu um percentual de **71%** do efetivo.

Quadro 3: Quantidade e percentuais de alunos que participaram da pesquisa

Escola municipal (Alunos)	População		Quem respondeu	
	Nº	Nº	Nº	%
Turma: 1	24	20	20	83
Turma: 2	23	20	20	87
Turma: 3	26	20	20	77
Turma: 4	28	20	20	71

Fonte: Aatoria própria, 2018.

Assim sendo, a população toda foi incluída no estudo, só que no momento da aplicação do instrumento de coleta de dados, nem todos estavam presentes por motivos explicitados acima. Então, teve-se em consideração alguns critérios para participar: estar em regência de classe do 6º ao 9º na escola; estar com frequência regular nas aulas disponíveis do 6º aos 9º anos do ensino fundamental anos finais; aceitabilidade em participar da pesquisa aqui proposta; disponibilidade para com o tempo na aplicação do questionário da pesquisa.

Quanto aos **herdeiros**, foram realizadas entrevistas com cinco herdeiros de casarões (acervos) residentes no município de Assú/RN/BR, escolhidos de acordo com a disponibilidade dos herdeiros, (apêndice 06), mediante a confecção de um roteiro pré-estabelecido. Foram entrevistados com 05 herdeiros, sendo que o 1º herdeiro tem 04 acervos como herança; o 2º herdeiro tem com sobre seus domínios de herança 04 acervos arquitetônicos; o 3º herdeiro é proprietário de 05 acervos arquitetônicos; o 4º herdeiro e detentor de 05 acervo; o 5º herdeiro é dono de 3 casarões tombados. Vale salientar que todos os acervos catalogados são tombados pelo patrimônio Histórico Municipal. As entrevistas se deram nas residências de cada entrevistado (herdeiros), existindo critério de seleção. Os que tinha melhores condições de propriedade de responder as entrevistas

gravadas e posteriormente transcritas. As perguntas ou questionários foram contextualizados ao nível compreensão.

5.3 Modelo, tipo e enfoque

O presente estudo está baseado no modelo não experimental, pois não manipula variáveis. Não se faz experimento, mas se trabalha sobre fatos da realidade e do contexto. Sendo assim, nesse tipo de pesquisa, o pesquisado desempenha uma incumbência ativa nas soluções das adversidades identificadas. O investigador não continua somente alçando problemas, mas buscando manifestar – se com ímpeto, a práticas e julga-las em grupo com os cidadãos envolvidos.

As tipologias de pesquisa, que são as configurações de conhecimentos do objeto investigado, e que, segundo Deslandes (2008, p. 47) “encontra-se inúmeras tipologias concebíveis e a deliberada seria empregar aquela que melhor encaixada as características e peculiaridades do estudo”, possuem um importante papel na pesquisa científica, ao tentar articular sua estrutura a fim de se obter respostas para o problema elencado e as perguntas formuladas. Portanto, “É fundamental recapitularmos que a pesquisa científica pressupõe incessantemente uma urgência coletiva de reflexão” (Deslandes, 2008, p. 34).

A metodologia centra-se inicialmente em uma pesquisa bibliográfica, reflexiva, baseada no contexto escolar, possibilitando um aprofundamento sobre o tema proposto. É do tipo descritivo, com base na coleta de registros para examinar as recorrências da escola e seu laborar com sua proposição em discussão. Para Barros e Lehfeld (2007, p. 84) “Nesse tipo de pesquisa, não há a intervenção do pesquisador, isto é, ele reproduzir o objeto de pesquisa. Indagar e constatar a constância com que um episódio desenvolver, sua essência e peculiaridade de seus pretextos, vinculações e junções com outros fatos”.

Torna-se necessário salientar que uma investigação bibliográfica é aquela na qual, os dados apresentados são fornecidos apenas por artigos e livros examinados. Sendo importante ressaltar que, para fazer a coleta dos dados, o investigador pode optar por outro caminho, ou seja, por intermédio de uma averiguação de campo. Consequentemente, essa

outra intercorrência está clara em Doxsey & De Riz, *apud* Gerhardt e Silveira (2009), com o seguinte:

[...] é tratamento de um conhecimento empírico, no qual o investigador partir para a área estudada para compreender alguma existência, no núcleo do qual, utilizamos as técnicas e ferramentas já direcionada, para os dados coletados na pesquisa. A seleção de uma metodologia específica submete se primordialmente a objeto de estudo direcionado, mas o executor do tempo e a urgência para usar um ou outras metodologias em agregar na atuação da escolha ou seleção. Investigadores principiantes não precisam ter total controle ou compreensão de todos as metodologias apresentada na configuração, mas é imprescindível conhecer de dimensões de viabilidades a disposição poucos modelos de conhecimentos usando mais de uma metodologia. O magnânimo conhecimento dos ocorridos requer o aproveitamento de documentos, de comentários e da colher de referências diretas com os essenciais figurantes imbuídos no problema. Todavia, o pesquisador pode escolher o único método, por exemplo, a ponderação do componente, para examinar um problema menos pesquisado (Doxsey & De Riz, *apud* Gerhardt e Silveira, 2009, p 80).

Na visão de Köche (2006, p. 122), esse formato de pesquisa deve ser trabalhado para diferentes finalidades, por exemplo:

[...] (a) para aumentar o grau de compreensão em uma decisão no âmbito, habilitando o pesquisador a delimitar ou compreender melhor um problema de pesquisa; (b) para reger o conhecimento acessível e emprega-lo como fundamentação ou sustentação na elaboração de um paradigma teórico explicativo de uma adversidade, isto é, como ferramenta de apoio as criações e amparos das hipóteses; (c) para relatar ou metodizar a condição do instrumento, daquele instante, adequado a um intrépido tema ou contratempo. Dessa forma, a presente pesquisa trata de um estudo de caso, profundo e detalhado de uma escola pública (Severino, 2016, p. 128).

O cenário selecionado para a pesquisa deve ter significados positivos ótima representatividade, de modo a ser adequado a organizar uma abrangência para uma

conjuntura semelhante, permitindo conclusões. As coletas dos dados devem ser inventariadas com a total exatidão, orientando toda a metodologia da exploração de campo. Esse procedimento é imprescindível a ser ornado, por intermédio de uma análise exigente ou austera, e mostrada em descrição reputada.

É importante ressaltar que a pesquisa descritiva facilita a delimitação do tema estudado, além de exigir do pesquisador um encadeamento de referências sobre o que anseia pesquisar. Este estudo de caso faz parte da investigação descritiva que tem intenção de expor os fenômenos e acontecimentos da escola pesquisada, ancorada nos objetivos norteadores que possa nos levar a um dimensionamento avaliativo dos progressos evidenciados ao longo da história da instituição quanto às práticas sustentáveis e o cuidado com o meio ambiente.

Enfim, a averiguação científica é o fruto de uma análise cuidadosa, realizada com a finalidade de solucionar um problema, utilizando procedimentos científicos. Neste caso, pesquisa-se uma instituição (sujeito da investigação), examinando uma feição da existência (objeto da investigação), objetivando a comprovação da verificação de hipóteses (investigação experimental), ou para expô-la (investigação descritiva). Ao se desenvolver uma pesquisa, é necessário escolher a metodologia de investigação a ser utilizado. Desse modo, o estudo se desenvolveu partindo do pressuposto de que o investigador também é uma ferramenta de coleta de dados, definido como observador participante, que, para Minayo (2008), é como

...um procedimento cujo o processo se posiciona como o pesquisador de uma conjuntura social, com fins de efetivar uma pesquisa científica. O pesquisador, efetiva, uma conexão concreta com seus mediadores no ambiente de convivência entre as pessoas da pesquisa, no desenvolvimento da execução, integrando na vivência social dessas pessoas, no seu contexto cultural, mas com o objetivo de extrair dados e conter na redação da pesquisa. Por isso, o pesquisador faz parte da conjuntura sob suas recomendações e certamente, altera essa conjuntura, pois intercede na pesquisa, dessa forma modifica se pessoalmente (p. 70).

Sendo, portanto, analisado e interpretado de forma qualitativa e quantitativa, o que assumiu uma importância vital para o desfecho do trabalho. Com relação à pesquisa

qualitativa, segundo Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira (2009, pp. 31-32), ela ...não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. [...] Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores [...] na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas [...] A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

A característica da pesquisa qualitativa embora certamente exista uma revisão inicial da literatura está pode complementada em qualquer etapa do estudo e apoiar desde a formulação do problema até a elaboração do relatório dos seus resultados (o vínculo teoria – etapas do processo é representado por setas e curvas). Na pesquisa qualitativa geralmente é necessário retornar as etapas anteriores, por isso as setas das fases que vão da imersão inicial do campo até o relatório de resultados podem ser vistas em dois sentidos, por exemplo: o primeiro desenho do estudo pode ser modificado quando definimos a amostra inicial e pretendemos ter acesso a ela. [...] O segundo momento é quando analisamos os dados também podemos notar que precisamos de um número maior de participantes ou de outras pessoas que não foram incluídos inicialmente. O que modifica a amostra concebida originalmente (Sampieri; Collado; Lucio, 2013, p. 33).

Quando a pesquisa tem opções e também ser quantitativa passa a desenvolver critérios que abordam de forma simultânea as variáveis do estudo. A formulação deve implicar a possibilidade de realizar um teste empírico, alguns fatos devem ser observados de acordo com a realidade do objetivo de estudo. Como observa Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 61):

Os critérios para formular um problema de pesquisa quantitativa são: o problema deve apresentar uma relação entre dois ou mais conceitos ou variáveis; o problema deve estar formulado com pergunta, claramente e sem

ambiguidade; como por exemplo: que efeito? Em quais condições...?; A formulação deve implicar a possibilidade de realizar um teste empírico de ser observado na realidade única do objetivo.

Quanto a pesquisa quantitativa, para Fonseca, (apud Gerhardt e Silveira 2009, p 33), diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa.

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Nessa concepção, procura-se um entendimento da visão de todos os participantes, quer ativos ou inativos, com relação ao nível de consciência e envolvimento escolar no cuidado ambiental, buscando sugestões no que concerne as propostas de melhorias aos desafios enfrentados, isto é, mudanças comportamentais dos envolvidos.

5.4 Variáveis (conceitos) do estudo

A seguir citam-se as variáveis ou conceitos estudados na pesquisa, e a operacionalização correspondente a cada um deles.

Estratégias: Refere-se aos métodos realizados para incentivar o debate e a realização efetiva do debate e o ensino do patrimônio e a história na escola em estudo;

Experiências e concepções do patrimônio: O contato, conhecimento e relação que os atores tem com elementos específicos do patrimônio e da história no município;

Patrimônio e história: Refere-se aos elementos físicos como prédios, casarões, edifícios e objetos existentes no município herdado do passado e que permanecem como testemunha dos anos anteriores e suas populações;

Valorização do patrimônio: Aqui se entende como a importância e mérito outorgado aos objetos e prédios considerados de valor histórico no lugar, de modo que se procede a procedimentos de resgate, restauração e manutenção desses prédios.

Educação patrimonial: Os métodos de apresentação e transmissão dos valores patrimoniais do município na sala de aula de escola em estudo.

Debate sobre o patrimônio histórico: Se refere as discussões e elucidações que se gera e realiza no ambiente municipal e escolar.

5.5 Local do estudo.

O objeto de pesquisa aqui proposto foi realizado em fevereiro de 2018, no município de AssuRN/BR ao qual teve como Locus de Investigação, a Escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues.

A pessoa de dona Maria Nair Fernandes Rodrigues, Nasceu em Assú/RN/BR, a 28 de agosto de 1922, filha de José Fernandes Vieira e Maria Fernandes Vieira. Faleceu na capital do estado no ano de 1993, com problemas circulatório, havendo o seu sepultamento na sua cidade em que a mesma nasceu. Nos últimos meses de vida passou a viver com sua filha na capital do estado.

Casada com o Sr. Patrício Rodrigues da Silva, constituindo uma família de 10 (dez) filhos, sendo 07 (sete) do sexo feminino e 03 (três) do masculino. Já com a família organizada e de idade avançada passou a sustentar toda a família devido ter ficado viúva. Com cuidados e olhar educadora educou todos os filhos possibilitando alto grau de escolaridade e propiciando independência financeira a todos os filhos.

Foi escolhida para a pesquisa por se tratar da maior escola do município tanto em número de aluno como também atende aos requisitos pesquisado no trabalho científico proposto. A escola recebe alunos das comunidades rurais como também da zona urbana. Alunos da periferia e dos bairros carentes como também dos bairros centrais de melhor poder aquisitivo.

Escola do município de Assú/RN/BR, tornando se assim a escola piloto para a pesquisa, dessa forma objetivando analisar quais estratégias didático-metodológicas a

partir do Currículo Escolar estão sendo viabilizadas para a implementação do debate sobre Educação Patrimonial e Histórica no Ensino Fundamental anos finais.



Mapa 4 - Mapa do Município de Assú/RN/BR

Fonte: IBGE, 2010

A escola pesquisada conta com um espaço físico de 574 m², ver planta baixa e planta alta da escola Maria Nair Fernandes Rodrigues, em anexos 05 e 06.

A Escola Municipal Nair Fernandes Rodrigues dispõe da seguinte estrutura física:



Figura 24 - Antiga casa de caridade, Instituto Padre Ibiapina –
Hoje: escola municipal professora Nair Fernandes Rodrigues.
Fonte: Assú antigo (2009).

O acervo arquitetônico que se instala a Escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues é um dos 39 acervos tombado pela lei municipal de Assú/RN/BR. Lei Complementar N° 063, de 30 de junho de 2011. Encontra se em bom estado conservação.

Quadro 4 - Tombamento de Patrimônio da Escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues

Sala de aulas	12
Sala específica para direção	01
Sala para supervisão e Professores	01
Cozinha	01
Depósito para merenda	01
Banheiros	04
Sala para Laboratório de informática	01
Biblioteca	01
Quadra poliesportiva	01
Cantina	01
Sala para orientação pedagógica	01

Fonte: Autoria Própria, 2018.

Orientação Pedagógica os projetos pedagógicos da escola pesquisa, estão voltados para pesquisa e desenvolvimentos de área de linguagem, Humanas e ciências da natureza. Não contemplando as áreas de educação patrimonial e conservação como também valorização do patrimônio nessa Linha de atuação teórica.

A escola dispõem dos seguintes recursos didáticos para desenvolver as atividades Pedagógicas:

Quadro 5 – Materiais Didáticos

01	Televisores
02	Datashow
02	DVDs
01	Aparelho de som
31	Quadro Brancos

03	Computadores para serviços de secretária
	Impressoras para serviços Pedagógicos e secretárias

Fonte: Autoria própria, 2018.

Diversos jogos lúdicos, dentre outros recursos didáticos como mapas Históricos, Geográficos, temáticos entre outros, afim de melhor a metodologia e aprendizagem da comunidade escolar.

A Escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues tem em seu quadro de educandos (discente), alunos, distribuídos em 12 (doze salas nos turnos matutino e vespertino, sendo que esses alunos estão entre a faixa etária de 2,8 a 08 na educação infantil e ensino fundamental anos iniciais e de 09 a 14 anos ensino fundamental anos finais. Os mesmos são residentes na zona urbana e rural advindos predominantemente de famílias sócio econômica de baixa e média rendas advindas de várias profissões oriundas da região pesqueiras, ceramista, agrícola, pecuarista, comerciantes, autônomos, profissionais liberais, extrativistas, profissionais que trabalham em microempresa, no comércio local.

Quadro 6 – Recursos Humanos e Pedagógico

Gestor escolar	01
Supervisores Pedagógicos	04
Coordenador Pedagógico	01
Professores	34
Assistente Administrativo de Serviços Educacionais	07
Inspetor Educacional	02
Assistente Administrativo	02
Assistente de secretaria	01
Assistente Administrativo Educacional	01
Bibliotecária	02
Inspetor Educacional	01
Auxiliar de sala de aula	01
Coordenador de disciplina	01
Auxiliar de serviços gerais	06
Auxiliar de serviços gerais-Porteiro	01
Merendeiras	04

Fonte: Autoria própria, 2018.

De acordo com o quadro apresentado pela gestão escolar na fase de campo, descrevemos O quadro de docentes e técnico da escola Maria Nair Fernandes Rodrigues.esta formado dessa forma. 01 (um) Gestor escolar; 01 (um) orientador Pedagógico; 01 (um) coordenador Pedagógico; 04 (quatro) supervisores Pedagógicos; 34 (trinta e quatro) professores; 07 (sete) Assistentes Administrativos de Serviços Educacional; 01 (um) Inspetor Educacional; 02 (dois) Assistentes Administrativos; 01(um) Assistente de secretaria; 01 (um) Assistente Administrativo Educacional; 02 (duas) Bibliotecária; 01 (um);Inspetor Educacional; 01 (um) Auxiliar de sala de aula; 01 (um) Coordenador de disciplina; 06 (seis) Auxiliares de serviços gerais; 01 (um) Auxiliar de serviços gerais- Porteiro; 04 (quatro) Merendeiras.

Quanto ao grau de escolaridade e qualificação de titulação dos docentes da Escola Municipal Professora Maria Nair Fernandes Rodrigues, apresenta um quadro docente formado por 02 (dois), graduados em Pedagogia, 01 (um), pós-graduada em Educação Especial, 03 (três), pós-graduandos em psicopedagogia Clínica e Institucional, 03 (três), Pós-graduadas em Psicopedagogia Clínica e Institucional, 01 (uma), pós-graduanda em Leitura e Neurociências, 01 (um) graduando em informática, 01 (um) mestre, com esse quadro de profissionais a escola onde foi realizada a demonstrando ser esta instituição comprometida em propagar um ensino de qualidade. Vale resaltar que os professores são profissionais que contribuem com o desenvolvimento da instituição, por meio de diálogos, ideias e participações em eventos e ações que contribuem com o desenvolvimento da mesma e do educando. Além de participarem de formações sempre que possível para serem aplicados os conhecimentos adquiridos em sua ação docente.

O corpo docente é consciente da sua ação educacional, estando disposto a resolver problemas de origem educacional ou/e social de modo flexível partindo de diálogos com o educando, como também com a equipe escolar, embasados pelo regimento escolar em consonância com as leis estadual e federal que rege e norteia a Educação Brasileira.

Não obstante, a equipe gestora, administrativa e Assistentes de Serviços Administrativos Educacionais (ASAE) contribuem sempre com a gestão de modo a facilitar e ajudar do trabalho dos docentes que contribuirão com o processo educacional dos educandos, pois são cientes de seu papel, além de o executarem. Sendo assim, a escola conta com o apoio de 07 (sete) ASAE, 02 (dois) Assistentes Administrativos, 01 (um) assistente de secretaria, 01 (uma) inspetora educacional.

No quadro administrativo pedagógico a escola Municipal Professora Nair Fernandes Rodrigues dispõe das seguintes quantidades e funções; 04 (quatro) supervisores pedagógicos; 01 (um) assistente administrativo educacional; 01 (uma) bibliotecária; 02 (dois) coordenadores de disciplina; 01 (um) auxiliar de sala de aula.

Quanto ao quadro de apoio administrativo as escolas dispõem de; 02 (duas) merendeiras; 06 (seis) ASG'S - auxiliares de serviços gerais; 01 (uma) auxiliar de serviços gerais – Porteira.

A referida escola apresenta um calendário com um mínimo de 1000 (mil) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar os quais são divididos em quatro bimestres, intercalando com férias no início, meio e final de ano. Vale ainda salientar que, para o alcance desse propósito a escola preocupada com a eficácia do ensino aprendizagem de seu alunado, determinando um número médio de 24 (vinte e quatro) alunos por turma, a partir do 6º ao 9º ano do ensino fundamental anos finais.

Por fim, para subsidiar os projetos dos quais a escola participa conta com recursos provenientes do Fundo do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE de forma anual.5.5

5.6 Técnicas e instrumentos de coletas de dados

Para que se pudessem alcançar os objetivos propostos e assim, portanto responder à questão problema lançada para esta investigação, a técnica de coleta de dados foi organizada por objetivo de pesquisa.

Quadro 7- Estruturação da coleta de dados definida na pesquisa.

Objetivo de Pesquisa	Instrumento de Coleta de Dados	Fontes
1) Verificar as concepções, conhecimentos, valorização e ações para resgate do patrimônio histórico de herdeiros de casarões do município e de professores e alunos do ensino fundamental da escola em estudo.	Entrevista Questionário	Herdeiros Professores Alunos
2) Verificar as concepções, conhecimentos e valorização do patrimônio histórico de professores e alunos do ensino fundamental da escola em estudo.	Entrevista Questionário	Professores Alunos

3) Identificar os elementos do patrimônio incluídos na educação patrimonial e histórica no currículo escolar do ensino fundamental da escola;	Entrevista Questionário Análise documental	Professores Alunos Grade curricular/PPP
4) Constatar a valorização da educação patrimonial e histórica pela escola evidenciadas nos conteúdos ensinados e as atividades desenvolvidas dentro e fora das salas de aula do ensino fundamental.	Entrevista – plano de curso da escola lôcus de pesquisa	Professores Alunos

Fonte: Autoria própria, 2018.

*Observação direta intensiva é a técnica de coleta de dados elegida para esta investigação científica e não assume aqui conceitualmente e metodologicamente um perfil de observação. Para isso foram selecionados 04 (quatro) professores doutores que validaram os instrumentos técnicos. As cartas de validações dos instrumentos e os instrumentos assinados pelos professores, Estão em arquivo separados e prontos para serem entregues como documentos. Já os apêndices 01, carta direcionada ao gestor da escola selecionada; apêndice 02A, formulário de entrevista dos Herdeiros dos acervos arquitetônicos; apêndice 02B, questionário com os professores; apêndice 02C, questionário com os alunos. Estão dos inseridos na tese.

Nos debruçamos em Marconi e Lakatos (2010) para explicar a técnica de coleta de dados.

A coleta de dados é a procura por informações para a explicação do fenômeno ou fato que o investigador quer descobrir. O meio técnico elaborado pelo pesquisador para a transcrição e a medição dos dados deverá completar as seguintes exigências: validade, confiabilidade e precisão.

Inicialmente, foi realizada uma coleta de registros no âmbito escolar, mediante a aplicação de questionários que utilizou como critério de escolha gestores, professores e alunos ativos do Ensino Fundamental anos finais, da instituição pesquisada escola municipal professora Nair Fernandes Rodrigues. Salientando que, segundo Lakatos e Marconi (2003, p.201) Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. [...] Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas...

Na técnica e coleta de dados no enfoque qualitativo deve acontecer nos ambientes naturais e cotidianos dos participantes ou unidades de análise dos participantes. Segundo, Sampieri, Collado e Lucio (2013, p, 417) “no caso dos seres humanos no seu dia a dia: como falam, em que acreditam, o que sentem, como pesam, como interagem, entre outros.”

Na coleta de dados na condição qualitativa deve ser bem elaborado e detalhado um plano para os procedimentos que vão ser levantados na pesquisa como fala Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 216).

Quais são as fontes das quais os dados serão obtidos? Ou seja, os dados serão proporcionados por pessoas, serão produzidos de observações ou encontrados em documentos, arquivos bases de dados entre outros; onde estão essas fontes? Normalmente na amostra selecionada, mas é indispensável; qual o meio ou método vamos coletar os dados? Essa fase implica em escolher um ou vários meios e definir os procedimentos que vamos utilizar na coleta de dados. Os métodos devem ser confiáveis, válidos e objetivos; uma vez coletados, de que forma vamos prepará-los para que possam ser analisados e tenhamos condições de satisfazer a formulação do problema.

Devido a necessidade de se obter uma visão aprofundada do entrevistado, foram aplicados questionários do modelo semiestruturado, que permite ao pesquisador a liberdade de utilização e de inclusão de novas questões, caso seja identificada esta necessidade. Para Triviños (1987, p. 152) “... favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade...”

A validação se deu por amostragem não probabilística, onde há uma escolha deliberada da amostra, ou seja, “Amostragem não probabilística é aquela em que a escolha criteriosa dos elementos da população para constar na amostra está vinculada, ao menos em parte do parecer do pesquisador ou do entrevistador no campo”. (Mattar, 1996, p. 132). Neste contexto, o tipo de amostragem utilizado foi intencional ou por julgamento, que é realizada de acordo com o julgamento do pesquisador.

Quanto aos procedimentos adotados, inicialmente, a fim de que pudesse se manter o sigilo da identidade do entrevistado, foram atribuídas as siglas H para os Herdeiros dos acervos patrimoniais arquitetônicos, seguido do número de participantes e, de forma análoga, P para os professores e A para os alunos.

Salientando que o processo de elaboração do questionário, exige a observância de normas precisas, com o objetivo de aumentar sua eficiência e validade. A entrevista semiestruturada foi elaborada a partir de um roteiro de questões do tipo mistas, ou seja, questões fechadas e abertas, e que, dentro de uma lista já existente, há sempre a possibilidade de inclusão de novas perguntas, diante do surgimento de novos pensamentos, ou seja, a compreensão constatada na sobreposição das entrevistas semiestruturadas possibilita ao pesquisador começar com perguntas centrais ao tema adicionar novas questões a serem revelada com a conformidade, a conveniência e a viabilidade de incorporar valores aos resultados da pesquisa.

5.7 Técnicas de análise de dados

A análise dos dados coletados pelas respostas das perguntas de múltiplas escolhas e livres serviram de base para a elaboração de gráficos. Com as respostas dos entrevistados, foi realizada a tabulação dos dados confrontados em tabelas. Para tal, utilizamos recursos computacionais adequados, ou seja, programas Microsoft Excel e Word, com intuito de organização de dados e construção automática dos gráficos, para análise acadêmica.

Antes da aplicação dos questionários os entrevistados foram devidamente esclarecidos e informados do que se tratava a presente pesquisa e que estariam aptos a qualquer momento solicitarem informações a respeito, ou até mesmo desistir de participar.

Para realizar reflexões acerca da entrevista, e dos questionários direcionados aos participantes que atuam na escola municipal professora Maria Nair Fernandes Rodrigues, envolveram perguntas de múltiplas escolhas e livres, que pretendeu realizar em um primeiro momento, uma identificação e traçar o perfil profissional, como também, estabelecer a relação de cada entrevistado com ensino de educação patrimonial e histórica, dando-se a conhecer os fatos mais relevantes de outrora ou atuais, bem como os desafios, instrumentos e acervos metodológicos utilizados com maior frequência no ensino dos discentes, da época e da atualidade, sobre o tema proposto

Como para cada técnica existe um instrumento de coleta de dados específico e nesta pesquisa não se quer aqui afirmar que observação direta intensiva é a ação de observar, não é este o significado. É intensiva pela possibilidade de ir além de meras palavras, é ir às entrelinhas, na subjetividade das vozes dos sujeitos de investigação. Assim utilizou-se da entrevista e de questionários como instrumentos de coleta de dados.

Neste sentido a Entrevista é

Um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (Marconi e Lakatos 2010, p. 178).

Ainda de acordo com as autoras supracitadas (2010, p. 179) trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica. E tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado sobre determinado assunto.

Sobre pesquisa documental

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados esta restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primarias. Estas podem ser feitas no momento em que dado fato ou fenomeno ocorre, ou depois (Marconi e Lakatos 2010, p. 157).

*Apresentar uma proposta de intervenção é de fato o momento do autor, não somente de refletir a cerca do objeto de estudo e seu problema formulado, mas também de consolidar os dados coletados na pesquisa numa discussão abrangente no que diz respeito a conceitos (teoria), documentos analisados, a “fala” dos professores, e a implantação a nivel curricular sobre educação patrimonial e histórica.

É o momento de apresentar elementos e ações para minimizar o problema formulado e também de contribuição a escola, aos docentes participantes da pesquisa e certamente a comunidade científica.

Quanto a opção pelos questionários semi-estruturados, se deram em virtude de poder avaliar-se o nível de esclarecimento e interesse de professores e alunado acerca da temática Educação Patrimonial e histórica de nem virtude da forte presença de acervos arquitetônicos que o município de Assú/RN/BR possui, para assim poder dar início a um processo de maior valorização e consequente preservação desses acervos. Pautado nas falas de Diniz, Vasconcelos, Maia-Vasconcelos e Rocha (2011) a utilização de técnica de entrevistas com questionários semiestruturados é uma prática usual entre as ciências humanas por atender boa parte das necessidades de análises de dados.

Todo trabalho de coleta de informação, deve estar atento a partir do que enfatiza Minayo (2008. p. 204) que a fala dos sujeitos de pesquisa é reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e por isso mesmo é tão rica e significativa.

Neste sentido como técnica de análise de dados para uma investigação adotou-se enfoque quali-quantitativo de pesquisa para que os questionários contendo entre 01 e 11 questões pudessem analisar melhor as informações fornecidas pelos herdeiros, professores e alunos participantes, a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin.

Para Bardin (2011), a análise de conteúdo deve ter como ponto de partida uma sistematização e organização, as quais ela coloca como diferentes fases:

1. A pré-análise;
2. A exploração do material; e, por fim,
3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

Assim, a análise de conteúdo é conceituada como:

“Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (Bardin, 2011, p . 42).

A autora supracitada (2011, p.15) corrobora ainda dizendo que a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

Para a análise quantitativa, os dados obtidos foram tratados utilizando-se o programa Excel, enquanto que a qualitativa compreendeu triangulação dos dados (revisão bibliográfica, resultados da pesquisa atual e pesquisas anteriores publicadas pertinentes ao tema em questão), afim de se valorizar a Educação patrimonial e Histórica no âmbito escolar e entre os herdeiros estudados

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Entrevistas com os herdeiros dos acervos arquitetônicos de Assú/RN/BR

Foram realizadas entrevistas na sequência com os herdeiros Sander Germano Martins, José pinheiro, Mariano Tavares, Jair Pereira e Fernando Calda em suas residências. A entrevista teve como sustentação um questionário introdutório que adequaram se de direcionamentos e de roteiros para o foco dos assuntos primordiais fossem abordados com direcionamentos. Alicerçado em um questionário de entrevista conseguimos dados importantes sobre a maneira de como os herdeiros se vivenciam com diversos conceitos relacionados ao conjunto patrimonial e histórico do local.

A seguir a apresentação dos dados coletados das entrevistas através de categorias (conceitos chave estudados) extraídos dessas entrevistas. As citações são das falas dos Herdeiros, que aqui representa-se como H. Para Herdeiro 1, H1. As citações se organizam em forma sequencial dos dados coletados, recuados para a sua maior compreensão.

Categoria 1: Conhecimento e conceito da Educação Patrimonial

- “Sim. É o lembrar e educar da memória, do patrimônio em um determinado espaço” (H1).
- “Sim. É a preservação dos acervos arquitetônicos e qualquer patrimônio material e imaterial de uma decidida demarcação territorial ” (H2).
- “Sim. É guardar e repassar a história da minha cidade, um pouco dela” (H3).
- “Sim. É forma de organizar e preservar a história material e imaterial de um lugar ou cidade” (H4).
- “Sim. É formar cidadãos conscientes sobre a preservação e conservação do patrimônio de uma cidade” (H5).

Sobre a definição do que é Educação Patrimonial foi legítima a opinião dos herdeiros em afirmar que “*sim*”. Diante das falas verificou-se que a Educação Patrimonial

assume percepções diversas que vão desde um contexto romântico ao qual se utilizou o termo “*lembrar*”, inferindo uma ideia abstrata acerca da temática estudada, até depoimentos que situam o assunto em um plano concreto, calculado por comportamentos e tomadas de decisões consciente acerca de que a perpetuação material e imaterial desses acervos depende também da atual administração desses herdeiros.

Categoria 2: Se conhece a história do município de Assú/RN/BR? Seu relato

- “Sim” (H1) (H5).
- “Sim. Ribeira do Assú, guerra dos bárbaros, riquezas do gado, agricultura, algodão, comércio forte, homens importantes do estado, filhos ilustres” (H2).
- “Sim. Muito rica e interessante, cheia de belas recordações. Pena que não é ensinada nas escolas públicas e privadas do nosso município” (H3).
- “Sim. É uma História que se inicia no período colonial Brasileiro e da Província potiguar. Nossa cidade já nasceu importante devido ao grande potencial econômico do Vale do Assú/RN e também de grandes conflitos com a guerra dos Bárbaros ou Guerra do Assú. O município nasce a partir de pontos fortes (Figura 9) como a pecuária, extrativismo vegetal, o charque, a fruticultura irrigada e o comércio” (H4).



Figura 25. Taba-Assú (casa forte, cadeia, câmara de vereadores e prefeitura da cidade de Assú até o ano de 1948).

Fonte: Wanderley, 1966.

No dia 20/07/1687, plaga do Assú/RN/BR, é criada o Arraial de Santa Margarida. Em pleno e auge do furor da Guerra da confederação dos cariris, ou efervescência dos

Gentios, os Tapuia, o Capitão-Mor da capitania Manoel de A. Soares criou o Arraial no setor que hoje é Assú//RN/BR (Silveira, 1995, p. 50).

Alojou, nesse dia, “no lastro de um morro arenoso, na beirada esquerda de um braço do rio Assú, espaço onde se dizia o principal acampamento dos nativos da região, denominada de Taba-Assú, mais ou menos uns 2 (dois) km da Casa-Forte pelo enquadramento sul da região” (Medeiros Filho, 1984, p. 119).

De forma unânime obteve-se que por parte dos herdeiros dos casarões entrevistados uma concepção de entendimento única e positiva diante do conhecimento dos fatos históricos que permeiam o município de Assú/RN. Tal interesse em manter viva a particularidade histórica desses ilustres homens que se tornaram um marco local, ajuda a valorizar entre as gerações vindouras os pontos fortes que com eles nasceram, como a pecuária, extrativismo vegetal etc., além de promover um constante resgate no entorno dos ideais daqueles que concretamente construíram a história do município.

Categoria 3 – Conhecimento da Preservação Patrimonial Arquitetônico

- “Sim. É zelar os acervos arquitetônicos do espaço em que vivemos para perpetuar na memória da sociedade vindoura a história do lugar” (H1).
- “Sim. É guardar o máximo possível em nossa memória a história de prédios que ainda estão em pé” (H2).
- “Sim. É cuidar e zelar os acervos materiais de prédios públicos e privados da nossa cidade” (H3).
- “Sim. É a maneira de não deixar que o patrimônio material desapareça e tenha uma valorização dos acervos da cidade” (H4).
- “É uma constituição ou um conjunto de edifícios antigos de imenso valor histórico e cultural de uma época que reúne estilos e formas singulares que teve em sua vida útil e foi muito utilizado para algum serviço ou uso pessoal familiar” (H5).

De acordo com os pensamentos retratados acima, a preservação patrimonial assume baseado no instante em que deixa de fazer parte do interesse de uma classe minoritária, isto é dono, trabalhadores ou disciplina específica que trazem abordagens diretas, por exemplo,

uma expansão do saber que leva a população agora mais conscientizada a defender melhor esse patrimônio mediante o ganho de seu novo significado.

Esse raciocínio vai de encontro ao pensamento exposto por Rezende (2014) ao falar que o entendimento de conservar e preservar deve ter uma ação cautelar, é importante que se elevar a maneiras que viabilize com a conscientização que se viabilize com o grupo, umas habitantes de um espaço ou instituição. Ótimas atribuições de conservações inclui o povo de um espaço local e dando um significado de domínio e boa utilidade do espaço. O propósito do salvaguardar está longe de transformar-se em uma dificuldade é, previamente, garantir às sucessões futuras um longínquo, que é concebido de muitas facetas, por feições que tomam toda a sua erudição de modo que seja um Patrimônio.

Categoria 4 – Importância da Preservação do Acervo Arquitetônico em Assú

- “Sim. Assú tem um dos maiores acervos arquitetônicos do nordeste, isso graças a força da economia em um passado próximo, e próspero da nossa região” (H1).
- “Sim. Sou batalhador dessa causa, por isso preservo meu patrimônio onde vivo” (H2).
- “Sim. É levar a história do nosso município ao futuro e resgatar nossa história do passado, atrás da memória dos prédios e monumentos da nossa cidade” (H3).
- “Sim. Para preservar e conservar a memorial material do município” (H4).
- “Sim. Para levar e imortalizar a história de uma cidade” (H5).

Quer seja no âmbito público ou particular o termo preservação se mostrou bem difundido entre os entrevistados, demonstrando-se ter um visível interesse em manter essa herança cultural, corroborando com o pensamento de Rodrigues (2002) ao dizer que as recordações sociais do lugar serão bem mais significativas, concerne mais representar o que foi vivenciado pelos múltiplos segmentos comunitários e quanto mais movimentar o espaço afetivo das pessoas.

Pesquisador: Faça um relato sobre a História do acervo patrimonial da qual você é herdeiro ou dono, incluindo a fundação, primeiros donos, modificações, arquitetônicas, preservações e curiosidades sobre o acervo.

-“Casarão de 1884 na rua das flores. Nessa casa funcionou o Teatro São José, um marco da cultura Assuense/RN/BR. Uma década após, o Luís Gomes e coronel Antônio Germano da Silveira (1884-1968) presenteou seu genro, Sandoval Martins de Paiva (1917 – 1998), que aqui residiu por mais de 51 anos. Considerado uma das reservas marais de Assú/RN, também morou o senhor renomado Eloi da Singe e doutor Tulio Bezerra de Melo. De estilo barroco clássico urbano, se encontra em ótimo estado de conservação a família preserva em total integridade a história do Casarão Róseo (Figura 10)” (H1).



Figura 26. Casarão Róseo da família Germano Martins/Teatro São José em Assú/RN.

Fonte: Autoria Própria, 2017

- “Casarão (Figura 11) também pertencente à família Carvalho e Freire, de 1848, século XIX, foi vendido a Fernando Tavares (vem - vem). Já no século XX em 1926, também morou nesse casarão Dr. Malta funcionário do Ministério da Agricultura, Homem de muito prestígio. Morou ainda o Dr. Promotor de Justiça Joaquim das Virgens nos anos quarenta que tornou se tutor dos filhos de Fernando Tavares que que este veio a falecer em um acidente de aero. Com a comitiva do governador do Estado na época DixSept Rosado Maia. Nos anos 60, foi vendido a João Pacaré, comerciante e agropecuarista de Assú/RN” (H2).



Figura 27. Casarão do século XIX da família Freire – Carvalho; Tavares – Wanderley.

Fonte: Aatoria Própria, 2017.

- “Esse acervo histórico arquitetônico é um dos mais antigos do município de Assú/RN ele data do final do século XVIII, 1796, sendo do patriarca da família Carvalho e Freire da fazenda Piató-Banguê, que até os dias atuais é de domínio da família citada a cima. É de estilo barroco português clássico urbano, com altura bem extravagante devido ao calor da cidade com portas e janelas bem largas. Papai (vem) comprou aos herdeiros dos Carvalhos nos anos 30 do século XX, no qual meu pai passou a viver até os dias de sua morte (acidente de avião) em 1953, com a comitiva do governador DixSept Rosado Maia que ia para o rio de janeiro, caindo no estado de Alagoas, não escapando ninguém. Nesse casarão meus pais recebiam pessoas ilustres e importante como também seus trabalhadores e pessoas simples do dia-a-dia. Temos boas lembranças desse acervo arquitetônico (Figura 12) na qual a família preserva com muito carinho, devido ser a cara dos meus pais. Ele preservado também preserva a memória da minha família e a história de Assú/RN” (H3).



Figura 28. Casarão marrom do século XX da família Freire – Carvalho; Tavares Wanderley.

Fonte: Autoria Própria, 2017.

- “Casarão de seu Manoelzinho como é mais conhecido, por ter morado Manoel Pessoa Montenegro e sua esposa Marieta Lacerda Montenegro, na qual era político renomado da região, tornando-se prefeito da cidade de Assú. Logo depois seu filho chamado de João Batista Lacerda Montenegro, também morou na casa, que é de formação colonial barroca urbana, sendo construída no século XIX, em 1838 e pertencia a família dos Carvalhos Freire. Já na metade do século XX, foi comprada por Fernando Tavares mais conhecido por vem, que já tinha comprado os casarões do sentido meridional e dois do sentido setentrional. Esse casarão ficou para Ronaldo Tavares um dos filhos Herdeiros de Fernando Tavares, e depois vendido já nos anos 70 a família de Francisco Dessis Pereira (Figura 13), tabelião do 1º cartório de notas da comarca de Assú/RN. Hoje mora seu filho Jair Pereira que é odontólogo na cidade” (H4).



Figura 29. Casarão Francisco Pereira do século XIX.

Fonte: Autoria própria, 2017.

- “Em 1862, existia uma casa para pessoas pobres chamada de Casa de Caridade – também servia de Abrigo para idosos e doentes a casa de caridade foi fundada por Padre Ibiapina com o objetivo de amparar as crianças, jovens e adultos carentes e pobres da região, era uma casa de internato que vivia de doações de donativos e ajudas financeiras da sociedade, que sobreviveu até aproximadamente o início dos últimos 60 anos do século XX. Em 1948 por intermédio do senhor Minervino Wanderley é criada uma escola com o nome de Instituto Padre Ibiapina, em homenagem ao fundador do recinto sob a orientação do padre D. João Batista Porto Carreiro Costa, e do Bispo de Mossoró, do empresário Sr. Minervino Wanderley que era também professor e do padre Monsenhor Júlio Alves Bezerra, até então padre da cidade de Assú/RN/BR. Tinha como objetivo, amparar as crianças e adolescentes pobres e abandonados da cidade. O recinto passou oficialmente instituto em, 26/02/1949 em assembleia de abertura presidida pelo padre Dom João Batista Porto Carreiro Costa, em seguida ocorreu a consagração da casa (H5).



Figura 30 - Casa de Caridade/ Instituto Padre Ibiapina/ E.M. Prof.^a Nair Fernandes

Fonte: Autoria própria. 2018

A direção do Instituto foi delegada às freiras da Filhas do Amor Divino. No início as pessoas da comunidade era a mesma do instituto, ou seja, dava sequenciados grau menores da escola “colégio das freiras”, tendo como editora a freira M. Cristina Vlastinik, que era também a superiora da congregação.

Registrava então a matrícula de 01 (uma) centena e meia discentes; subindo essas matrículas para mais de 02 (duas) centena de discentes, no mês 04/1949, quase 100 (cem) era menino e o restante eram meninas. Passa a ter personalidade jurídica com registro

cartorário sob nº 352, em 26 de abril de 1949. Funciona sob a inspiração de Nossa Senhora das Graças. A surgimento do IPI, deve muito ao empenho e esforços dos investidores no ramo de cera de carnaúba os senhores, Joaquim de Carvalho Costa e Minervino Wanderley, tutores dos bens de São João Batista do Assú/RN/BR (Silveira, 1995, p. 71/111).

Ao completar 69 anos a escola de nominada de Instituto padre Ibiapina é uma instituição educativa de grande prosperidade que vem contribuindo com destaque, de forma ímpar, para a educação do povo da cidade de Assú/RN/BR. A instituição de educação oferta 04 (quatro) modalidades de ensino: da Educação Infantil ao ensino médio. Que é Escola Estadual Padre Ibiapina, conveniada com o Governo do Estado. Na direção geral fica sobre a responsabilidade da Igreja católica.

Diante da riqueza dos fatos em detalhe que foram retratados na fala dos herdeiros reitera-se a importância de se manter acesa na memória do povo Assuense/RN/BR seu contexto histórico afim de que haja uma valorização dos fatos que ocorrem a nível nacional, mas também estadual e municipal, tendo em vista que o tratado que contempla o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (2010) os municípios de Assú e Mossoró, considerados como centros polarizadores, representa uma forte importância sobre a área física e demais logradouros vizinhos, devido à produção agropecuária, mineral, à pesca e aquicultura, atividades imobiliárias, educação, na área da saúde, rede de bancos e opções de lazer, entre outros.

Essas atividades se assemelham aquelas relacionadas pelo herdeiro 4 quando indagado pelo pesquisador se ele (o herdeiro) seria um conhecedor da história do município de Assú, o que sugere uma atitude de reconhecimento positiva para com esses ilustres precursores da história local.

Categoria 5 - Conhecimento de leis para preservar, conservar e proteger o acervo Arquitetônico do município de Assú RN/BR?

- “Sim, e fazemos questão de segui-la ” (H1).
- “Sim tem. A lei do país, todas as esferas, todas as três leis” (H2).
- “Sim. Tem e fazem questão de preservar a história da nossa casa, que é orgulho da nossa memória e existência. A partir dela podemos nos remeter

as futuras gerações da nossa cidade que vão buscar essas fontes histórica, nos inserindo nela devido aos acervos” (H3).

- “Sim. Obedecemos as leis do município do estado e da união” (H4).
- “Sim. A lei municipal que já está em rigor” (H5).

O entusiasmo em obedecer às leis em seus três poderes citados pelos herdeiros, se constitui na valorização ao mesmo tempo em que é uma forma de sair em defesa de bens que se integram a condição de patrimônio. Por outro lado, promove uma maior condição de conservação e revalorização dos diferentes tipos de patrimônios existentes de acordo com as especificidades de cada área.

De acordo com Araújo (2016) preservar um patrimônio arquitetônico é um compromisso social, é resgatar e valorizar a sua própria história, mediante ações que educam e preparam a sociedade para cuidar e valorizar seu patrimônio.

Categoria 6: Opinião sobre as demolições e depredações do acervo arquitetônico do município de Assú/RN/BR

- “Que a lei seja aplicada com rigor e pena máxima e o município comece a desenvolver um trabalho nas escolas de Educação Patrimonial e também com os herdeiros para que se pare de demolir o Patrimonial Arquitetônico” (H1).
- “Que o município e o estado com o governo federal junto aos órgãos competentes proibam essa demolição. O IPHAM por exemplo, tem poder para isso” (H2).
- “Triste, horrível, deprimente, ignorância pura. Que a lei seja aplicada, que os órgãos competentes nas três esferas do poder, não deixe acontecer. Que seja incluída essa disciplina no currículo escolar das escolas do município para começar uma consciência de preservação arquitetônica da nossa cidade”. (H3)
- “Que essas pessoas criem consciência e deem importância ao patrimônio arquitetônico de Assú” (H4).
- “Deve aplicar a lei com rigor que já existe” (H5).

Observou-se através das falas dos herdeiros que todos os autores declararam contra a qualquer ação que venha descaracterizar e ferir a memória de seus antepassados quer seja destruindo, inutilizando ou deteriorando conforme define o Código Penal Brasileiro de crime de dano em seu artigo 163 analisado recentemente pela Lei nº 13.531, de 07/12/2017, que definiu as novas composições textuais como aponta Pereira (2017).

De acordo com Araújo (2016), a destruição ou depredação das heranças herdadas das gerações dos ancestrais implicam em rompimentos das tendências de acordo com a sapiência, além de gerar um impacto visualmente negativo sobre o ambiente. Desse modo, conservar um patrimônio é algo de enorme relevância para o desenvolvimento da sociedade e cultura local de uma comunidade, haja vista que detém toda uma estrutura de referência, além de deixar acesa a memória individual e coletiva de uma sociedade. A sociedade pode averiguar sobre as crenças, ideias e costumes, tradições além de apreciar um determinado gosto pela beleza e padrões de estéticas ou algumas formas de conhecimento tecnológico serve como documentos ou registros para as condições sócio-políticas e econômica das sociedades atuais.

Categoria 7 - Tipo de levantamento histórico o detentor do acervo arquitetônico sobre os casarões

- “Nenhum” (H1).
- “Só a história em si dos meus ancestrais, que já é de motivo e orgulho para que eu e meus filhos continuem sendo guardiões dessa memória viva” (H2).
- “Escritura e fotos de alguns momentos da casa” (H3).
- “Escritura atual e levantamento da história da casa” (H4).
- “No caso do IPI, ele está em bom estado de preservação e conservação” (H5).

Categoria 8 - Tipo de documentos que tem sobre acervos arquitetônicos do município de Assú/RN/BR.

- “Só as escrituras do cassarão” (H1).
- “As escrituras e algumas fotos da família que aqui passaram” (H2).
- “Escritura pública” (H3).

- “Só a escritura e fotos da família na casa” (H4).
- “Nenhum” (H5).

Constata-se que a existência dos casarões é tida como motivo de orgulho para seus herdeiros, apesar de sinalizarem a pouca existência de acervos que retratem suas histórias. Foi visto ainda que, os casarões se apresentam devidamente escriturados, salvo o herdeiro 5 que ao ser questionado quanto a possuir algum tipo de documento relacionado aos acervos informou “Nenhum”.

Quadro 08: Resultados das dissursões sobre a pesquisa com os alunos

Herdeiros que opinaram à entrevista		
QUESTÕES	Sim	Não
1	5	-
2	5	-
3	5	-
4	5	-
5	5	-
6	5	-
7	5	-
8	4	1

Fonte: Autoria Própria, 2019

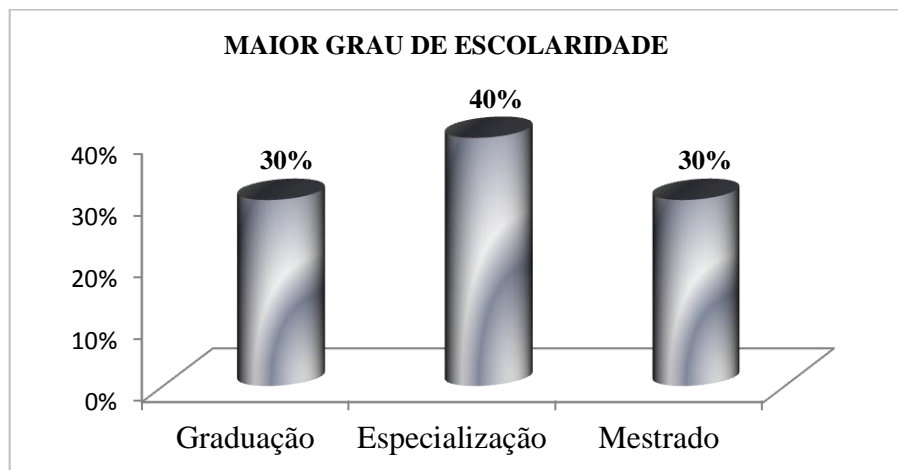
1. Conhecimento e conceito da Educação Patrimonial
2. Se conhece a história do município de Assú/RN/BR?
3. Conhecimento da Preservação Patrimonial Arquitetônico
4. Importância da Preservação do Acervo Arquitetônico em Assú
5. Conhecimento de leis para preservar, conservar e proteger o acervo Arquitetônico do município de Assú RN/BR?
6. Opinião sobre as demolições e depredações do acervo arquitetônico do município de Assú/RN/BR
7. Tipo de levantamento histórico o detentor do acervo arquitetônico sobre os casarões
8. Tipo de documentos que tem sobre acervos arquitetônicos do município de Assú/RN/BR.

6.2 Questionário aplicado aos professores

No questionário destinado aos professores procurou-se compreender a concepção de Educação patrimonial e histórica na visão docente, e em especial os conteúdos desenvolvidos em sala de aula, projetos que são implementados pela escola no ensino Fundamental, bem como as metodologias utilizadas pelos professores para o ensino aprendizagem da Educação Patrimonial e Histórica com vistas a resgatar e apresentar suas contribuições no âmbito pedagógico e curricular, mas também como um importante passo na construção e reconstrução da identidade da população Assuense.

No gráfico 1 estão explicitados o maior grau de escolaridade observado entre os professores que se dispuseram a participar da pesquisa.

Gráfico 1 - Percentual de maior grau de escolaridade docente.



Fonte: Autoria própria (2018).

Pode-se observar na Figura 14 que houve uma predominância no grau de especialistas com 40%, com cursos nas áreas de Gestão de Pessoas, Psicopedagogia, Gestão escolar e Coordenação Pedagógica, dentre outros. 30% dos professores tem como o maior nível de instrução a graduação se dando está em sua maioria, principalmente em licenciaturas. Esse mesmo percentual, isto é, de 30% obtido para o número de mestres existente, demonstrando interesse em dar seguimento a vida acadêmica.

De acordo com Cruz e Martiniak (2016), no começo a maioria dos professores se importava apenas com a constituição introdutória acadêmica, mas com o percorrer do tempo, o ponto central passa a ser o docente e suas experiências, seus conhecimentos e suas convicções e sentidos no prolongamento do caminho profissional, exigindo desse profissional uma capacitação contínua.

A formação das docentes desenvolve no espaço acadêmico e na prática da educação na sala de aula. O primeiro proporciona aos docente um vasto número de conteúdos e olhares de vários ângulos e correntes de teorias em suas grandezas filosóficas, pedagógicas, psicológicas, políticas, nesses meios e outras proposições. No segundo momento fornece ao docente condições de recursos pedagógicos, e não apenas partes fragmentadas onde esses avanços de conhecimentos serão aplicados continuamente, testados e desenvolvidos, mas também validando e legitimando o título que lhes fora atribuído, ou seja, é na educação que o docente se constitui como profissional, se reorganiza ao longo de sua vida profissional (Osti, 2015).

Para tanto, torna-se necessário o esforço coletivo e articulado pelas e entre as IES, especificamente, junto ao Fórum Estadual Permanente de Apoio o preparo do Docente e desses com a educação e com os sistemas, para responder aos desafios e a premência de construção dos docentes da educação elementar. Esta intensificação solicita o suporte das entidades públicas, em inteiramente a parcela do estado (Rio Grande do Norte. CONAE 2014. Documento – Referenciado RN, 2013).

Oliveira *et al.* (2011) afirma que o conhecimento do docente é um processo fundamental nesse espaço, pois ela é incessante. Estamos sempre buscando novas instruções mais e mais vitalidades academicista, especialista e individual, com a finalidade de direcionar a melhor forma para ministrar a educação do discente.

No Quadro 4 tem-se descrito as respectivas redes de ensino mencionadas pelos professores indagados e as séries/anos de atuação apontadas por esses profissionais.

Quadro 09 - Redes de ensino e respectivas séries/anos de atuação docente.

Redes de ensino	N° de docentes por séries/ Ano			1 ^a , 2 ^a e 3 ^a séries – EJA
	Ens. Fund. I*	Ens. Fund. II*	Ens. Médio*	
Municipal	1	20	-	-
Estadual	1	7	6	1
Particular	1	6	3	-

*Ensino Fundamental, Anos iniciais = 1º ao 5º ano; *Ensino Fundamental, Anos finais = 6º ao 9º ano; *Ensino Médio = 1º, 2º e 3º ano.

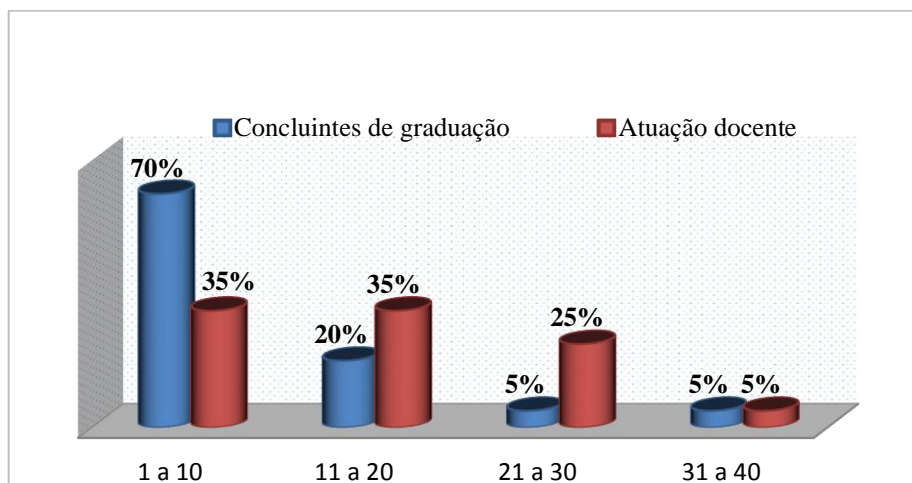
Com base no Quadro 3, verifica-se que os maiores números de professores pesquisados lecionam na rede de ensino municipal, mais precisamente no Fundamental II/anos finais. Contudo, percebe-se ainda pela distribuição numérica que muitos deles também atuam no ensino médio ou mesmo em outras redes de ensino estaduais e privadas. Esses resultados poderiam ser reflexos da desvalorização salarial em que os professores precisam extrapolar suas cargas horárias para garantir um melhor sustento ou ainda em decorrência de uma significativa diminuição na entrada de professores em cursos de licenciatura. Está ligado a alguns fatores, dentre eles estão baixa remuneração salarial; condições inadequadas de trabalho; falta de valorização profissional da categoria.

Sobre a garantia de salários informa Souza (2013) em consonância com o emprego e o destino (itinerário) semanal o número de escolas em relação dos docentes um certo compromisso profissional de acordo com as possibilidades de cada professor. Haja a vista que o poder municipal não custeia despesas de deslocamentos dos professores, nem disponibiliza recursos financeiros para cursos de aperfeiçoamentos e pós-graduação para os profissionais

Em notícia publicada no Jornal Folha de São Paulo, em 30 de junho de 2015, Foreque e Cancian (2015) registram que 04 em 10 docentes, tem trabalho extra para completar a renda, acontece que no Brasil, 41% dos docentes da rede básica de ensino têm trabalhos suplementares inserido e fora da competência de ensino. A esse respeito Souza, Gouveia e Damaso (2009, p. 64) mostram que a respeito da jornada de trabalho que é superior na semana, menor é a retribuição financeira por hora esmerada. Ou seja, os profissionais da educação que empreende em mais instituições educativas, laboram mais tempo e ganham bem menos pelo trabalho.

No gráfico 2 estão dispostos uma correlação entre tempos de conclusão de graduação e de atuação docente.

Gráfico 2. Correlação entre tempos de conclusão de graduação e de atuação docente.

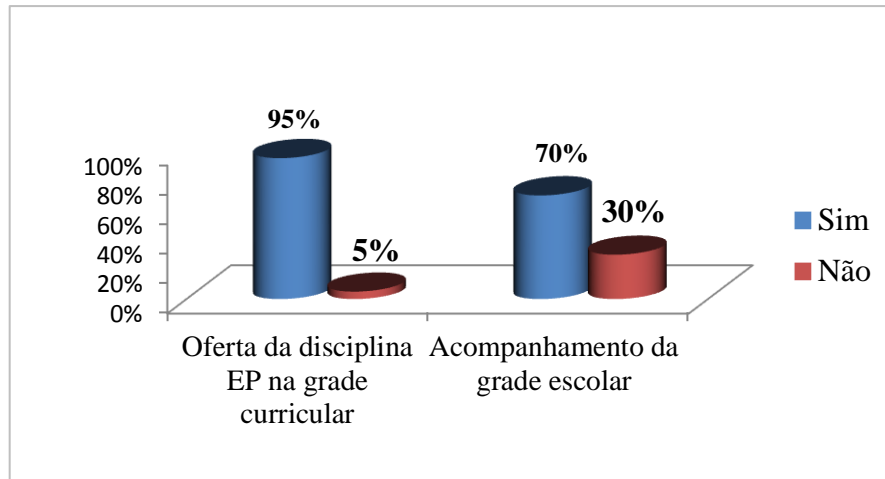


Fonte: Autoria própria, 2018.

Diante dos valores em percentuais obtidos na Figura 15, verifica-se que o maior número de concluintes graduados situa-se entre aqueles professores que estão na ativa a cerca de 1 e 10 anos, concentrando 35% dos profissionais que compõe o plantel de docentes da escola pesquisada. Em contrapartida, o menor número de concluintes graduados se insere entre educadores que atuam entre 31 a 40 anos, somando apenas 5% dos professores que atuam na escola. A partir dos resultados, avalia-se que a escola possui um número relevante de professores que concluíram a menos tempo, contudo salienta-se que não se caracterizam como sendo professores inexperientes já que o período de tempo trabalhado chega aos 10 anos de tempo de serviço prestado a área educacional.

Adentrando na pesquisa propriamente dita, tem-se demonstrado no gráfico 3 as opiniões relacionadas a oferta da disciplina Educação Patrimonial na grade curricular da escola mediante o julgamento docente.

Gráfico 3- Correlação entre o percentual de oferta da disciplina Educação Patrimonial (EP) e o acompanhamento docente da oferta de disciplinas na grade curricular da escola pesquisada.



Fonte: Autoria própria, 2018.

De forma bastante simplificada os professores questionados opinaram sobre dois aspectos previstos na Figura 16, aos quais 95% deles disseram primeiramente que existe a oferta da disciplina de Educação patrimonial na escola, enquanto apenas uma pessoa, o equivalente a 5% negou essa oferta. Em um segundo momento 70% dos professores pesquisados informou acompanhar a grade curricular da escola, enquanto que 30% assumiram que “Não” fazem esse acompanhamento. De um modo geral, os resultados se mostraram satisfatórios tendo em vista que existe segundo informaram os professores um crescente interesse em se apropriar dos conhecimentos inerentes a Educação Patrimonial, como também estar cada vez mais atento as possíveis mudanças que corriqueiramente tem sido vivenciada na atual *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)* e *consequentemente exigida ao corpo docente*.

A 3ª pergunta do questionário aplicado aos professores abordou quanto ao **tipo de conhecimento** seria necessário para que o educador trabalhasse a Educação patrimonial Histórica do município de Assú/RN. Algumas respostas se destacaram:

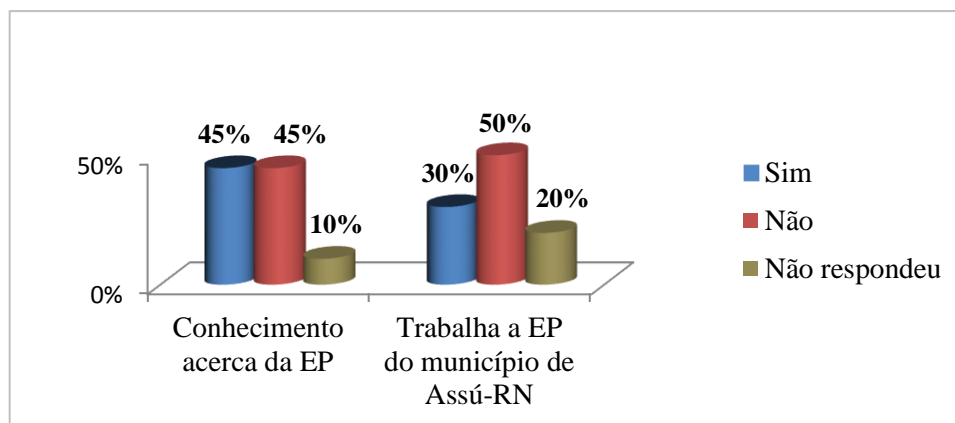
-: “Conhecer a cultura e a história de sua cidade, estado ou país, bem como deve receber apoio da escola para poder realizar tal trabalho” (P20).

- “Conhecer a história do município de Assú. Ter atividade de pesquisa como prática fundamental para a descoberta de novos conhecimentos” (P19).
- “Temas como respeito, saúde, higiene, a história do município, a importância dos patrimônios históricos” (P13).
- “Ter um conhecimento da cidade, conhecer o costume do povo, culturas e tradições” (P16).
- “Não é minha área” (P18).

As respostas coletadas apresentam opiniões já esperadas (exceto a percepção de P18 que se mostrou inesperada) por serem atitudes que caracterizam um profissional comprometido a exercer o ofício da docência de qualidade.

No Gráfico 4 estão retratados percentuais referentes a correlação existente entre a percepção do que venha a ser Educação Patrimonial e sua abordagem em sala.

Gráfico 4 - Correlação entre o conhecimento acerca da Educação patrimonial e sua abordagem voltada ao município de Assú-RN/BR em sala de aula.



Fonte: Autoria própria, 2018.

Diante dos resultados observados verificam-se percentuais análogos, isto é, de 45% entre os professores que afirmaram ter conhecimento acerca da Educação Patrimonial contra os que negaram ter algum tipo de conhecimento, ressaltando ainda um percentual inferior, mas existentes de participantes que se abstiveram de responder. No que tange a trabalhar a educação Patrimonial no município de Assú/RN/BR metade do público alvo afirmou categoricamente não trabalhar essa temática, 30% atestou trabalha-la, restando ainda 20% que se abnegaram em responder.

De acordo com Maltêz *et al.* (2010) comenta que a Educação Patrimonial, mesmo tendo seus conceitos metodológicos precisos, abrange inúmeros aspectos que define pela facilidade ou mesmo não ponderar sua importância na metodologia de erudição educacional efetiva. Dentre esses aspectos as autoras apontam o caráter interdisciplinar da Educação Patrimonial como não sendo ainda trabalhado de forma restrita e não interdisciplinar, ou seja, não se apresenta pleno na relevância dos docentes. Nesse sentido, a atividade nesse terreno finda por ter suas concepções serem minimizadas, reduzindo o trabalho com o arcabouço apenas às iniciativas de museus e demais centros neste âmbito.

Já a historiadora Michele Arroyo (2005) aponta como primordial fazedor de impasse no ofício na arte de Educação de patrimônio a existência de práticas isoladas, em desalinhos com os projetos de estado ou públicos de proteção. Nesse caminho, a historiadora indica igualdade em que a correlação entre erudição e patrimônio cultural, embora muito valorizada, pouco tem sido debatida entre os docentes que trabalham dentro ou em cooperação com as políticas públicas de proteção, uma vez que, poucas equipes possuem profissionais de setores de educação e os programas se voltam para as escolas, no sentido de ensinar a pensar conceitos profissionais para o alcance dos discentes e docentes do que é patrimônio cultural e promover a liberdade da história que esse herança material seja protegida pretende contar. Temos, de uma ala, uma estrutura de proteção e, de outro, proteções isoladas para que as instituições educativas que forme nas discentes estruturas formativas e educativas nas crianças e jovens aceitasse e protegesse o patrimônio de seu local.

Ao questionar sobre o perfil adequado para o educador no trabalho (Questão 8) com a Educação Patrimonial e História local, alguns desses profissionais mencionaram:

“Primeiro gostar do que faz, ter um bom conhecimento dos patrimônios locais, ser conhecedor da verdadeira história e nunca cansar de pesquisar” (P16).

“Para se trabalhar a educação patrimonial é necessário ser um profissional que se preocupa com a história e a cultura” (P20).

“Ter conhecimento e consciência social e holística para abordar temas relevantes do nosso dia a dia” (P15).

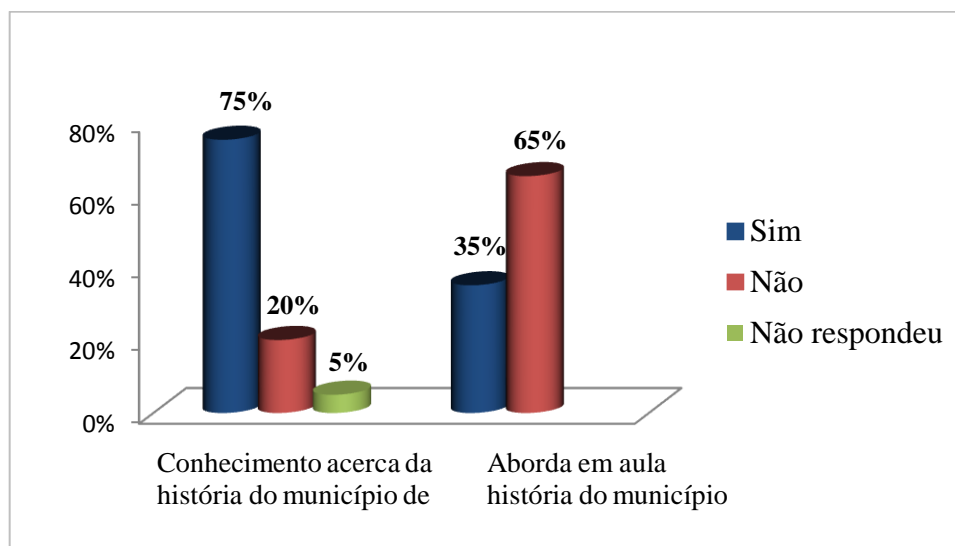
“Ser formado em história, ser atuante na cidade, conhecer a história desde a fundação da cidade até os dias atuais” (P10).

“Um educador crítico, responsável e comprometido com a formação do cidadão atuante, crítico e consciente” (P7).

Ser educador no trabalho com a Educação Patrimonial e a História local requer segundo os pesquisadores qualidades peculiar como gostar de pesquisa, ter conhecimento e visão holística de temas que nos cercam diariamente a fim de ser uma pessoa capaz de discutir e se posicionar corretamente perante as variadas instâncias de poder público, por exemplo, ser formado em história, se preocupar com a história e a cultura e ter um bom conhecimento dos patrimônios locais e da história que cerca a cidade, mas também ser possuidor de características que possam ser comuns a outras áreas como a capacidade de gostar do que faz primeiramente, que é fundamental para um bom desempenho profissional, ser responsável e comprometido com a formação de um cidadão atuante, crítico e consciente.

No gráfico 5 vislumbra-se a concepção de conhecimento histórico acerca do município de Assú//RN/BR e sua abordagem durante a ministração das aulas.

Gráfico 5- Correlação entre o conhecimento e a prática da abordagem sobre a história de Assú-RN/BR



Fonte: Autoria própria, 2018.

De acordo com o exposto na Figura 18, mais de 75% dos professores confirmaram ter conhecimento dos fatos históricos que permeiam o município de Assú/RN/BR, enquanto 20% deles alegaram a falta desse conhecimento e 5% preferiram não opinar a respeito. Por outro lado, decresce negativamente a frequência de diálogos que tratam da

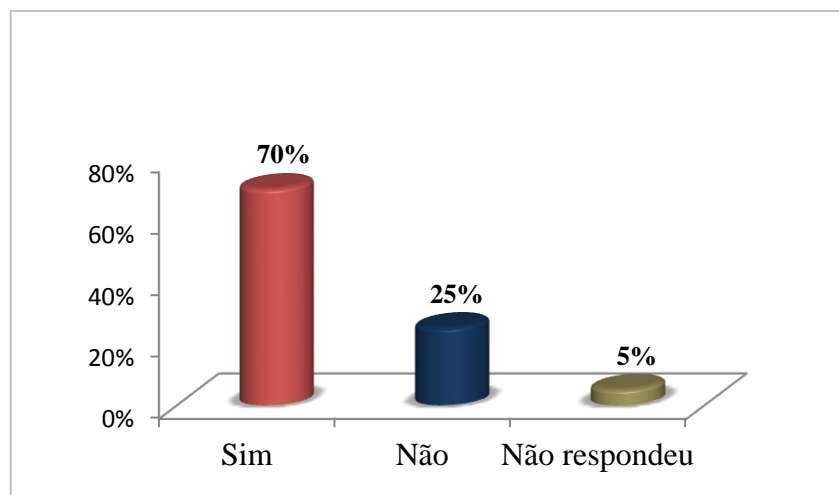
temática histórica do município, enquanto aumentam em 65% os que se negam e explorar esse assunto.

Possibilitar aos alunos o conhecimento da história regional e local contribui para que estes percebam que local e regional constituem-se como reflexo do nacional. E, que, essas aproximações com seu contexto histórico contribuem para que se sinta como agente histórico.

Ao trabalharmos dessa forma, a história local estaria sendo adotada como um “princípio metodológico capaz de aproximar o aluno de seu cotidiano, da sua família, dos conhecidos, enfim, da sua comunidade, pela possibilidade de identificação das características do processo histórico particular da comunidade” (Machado, 1999, p. 214).

No gráfico 6 estão descritos o percentual de consciência dos professores quando tratado a preservação do Patrimônio Histórico Material Arquitetônico do município de Assú/RN.

Gráfico 6 -Percentual de consciência do profissional de educação acerca da preservação do patrimônio histórico/material arquitetônico de Assú-RN.



Fonte: Autoria própria (2018).

No que se refere a elevação do nível de consciência dos professores pesquisados verifica-se que este se apresenta mediante o gráfico 6, em fase de ascensão, haja vista que o maior percentual obtido se deu de forma positiva. Contudo não se pode desconsiderar que há um trabalho de sensibilização/conscientização a ser trabalhado a fim de se alcançar

esse público que se encontra diferente ou apático a um tema que merece atenção por se tratar do resgate de uma daqueles que fizeram, mas também daqueles que farão a história das gerações futuras.

Dentre os papéis relevantes na educação para a construção de uma consciência comprometida com a preservação do patrimônio arquitetônico e histórico de Assú/RN/BR, algumas respostas mereceram destaque:

“A educação é a principal ferramenta e incentivo para o despertar da consciência crítica e de valorização dos cidadãos” (P7).

“Que a educação juntamente com os profissionais possa levar a sério essa preservação e que possa abordar constantemente essa história Assú/Brasil” (P17).

“Através do conhecimento da importância desse patrimônio é que o aluno pode tomar consciência da importância da preservação do mesmo” (P14).

“A relevância se concretiza através dos gestores educacionais, focando o assunto como prioridade, devido à importância para o município” (P11).

Mediante as várias opiniões relatadas constata-se que a educação é o passo primordial para a valorização de qualquer saber e uma vez que essa ferramenta é bem manuseada se torna um importante aliada no despertar da conscientização de outrem, e conseqüentemente na incorporação de novos agentes propagadores da preservação patrimonial. Contudo, também se faz necessário que a gestão escolar assume o papel de trabalhar junto a esses professores, não somente fomentando pesquisas, ações e atividades em geral, mas se posicionando como uma peça fundamental na divulgação e propagação concreta das várias possibilidades que circundam o tema em questão.

Quadro 10: Resultados das discussões sobre a pesquisa com os professores

Percentual (%)						
QUESTÃO	Sim	Não	Não respondeu	Sim	Não	Não respondeu
1						

2	9,5	5	-	70	30	-
3	45	45	10	30	50	20
4	75	20	35	35	65	-
5	70	25	5	-	-	-

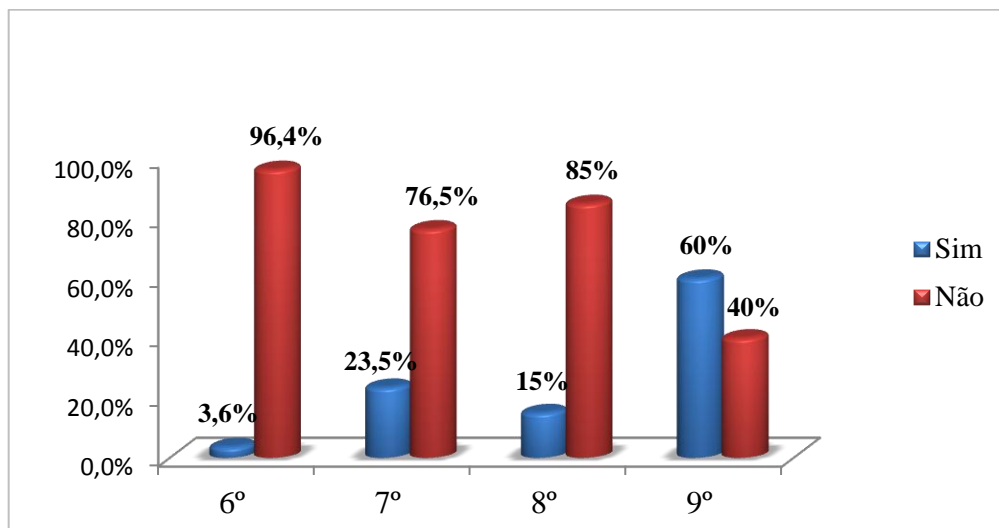
Fonte: Autoria própria, 2019

1. Tempo de conclusão de graduação e de atuação docente.
2. Oferta da disciplina Educação Patrimonial (EP) e o acompanhamento docente da oferta de disciplinas na grade curricular da escola pesquisada.
3. Conhecimento acerca da Educação patrimonial e sua abordagem voltada ao município de Assú-RN/BR em sala de aula.
4. Conhecimento e a prática da abordagem sobre a história de Assú-RN/BR
5. Consciência do profissional de educação acerca da preservação do patrimônio histórico/material arquitetônico de Assú-RN.

6.3 Questionário aplicado aos alunos

No questionário destinado aos alunos procurou-se compreender a concepção de Educação patrimonial e histórica na visão dos alunos que compuseram essa pesquisa, tendo como desfecho central sua relação com o ensino aprendizagem. Desse modo tem-se demonstrado no gráfico 7 a correlação existente entre series do 6º ao 9º ano de uma escola pública sobre acerca do conhecimento sobre o tema Educação Patrimonial.

Gráfico 7- Correlação entre as séries acerca de ter conhecimento sobre o tema Educação Patrimonial



Fonte: Autoria própria, 2018.

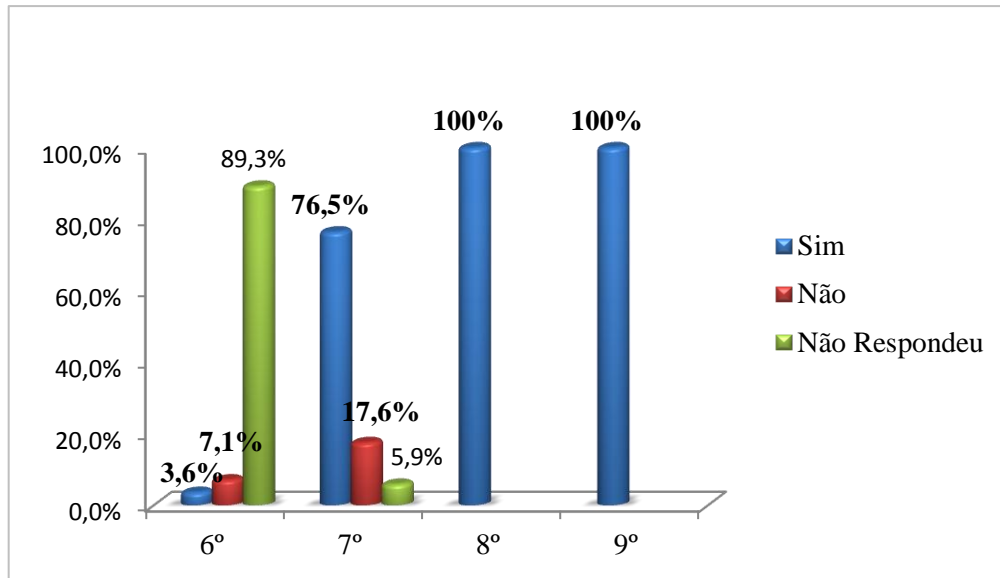
Apesar de se verificar na Figura 20 um percentual muito baixo de conhecimento, isto é 3,6% apenas, sobre o tema Educação Patrimonial, esse comportamento já era esperado ao se comparar com a percepção adquirida pelos alunos que estão finalizando o 9º ano com uma margem superior entorno de 60%. Esse comportamento pode ter explicação no fato de que no tempo de quatro anos que constroem a educação do ensino fundamental anos finais tem-se uma diversidade de recursos didáticos que provavelmente veio a colaborar com a fixação de algum saber repassado.

Liberalesso (2013) aponta que a Educação Patrimonial se configura como uma proposta pouco difundida nas instituições de ensino, porém é importante ser efetivada com a inserção desse assunto nos currículos como tema transversal, visando um trabalho interdisciplinar e integrador, mesmo sendo uma tarefa difícil, do momento do que foi examinado. Ela aponta que há ainda muito a ser feito, para que os educadores e educandos adquiram a conscientização da importância do tema abordado para a compreensão da própria identidade e cultura assim como a incorporação do discernimento de respeito e responsabilidade na valorização e preservação do patrimônio.

No gráfico 8 estão dispostos entre as séries e alunados suas opiniões relacionada a importância em se estudar sobre a Educação Patrimonial e a história do município de Assú/RN.

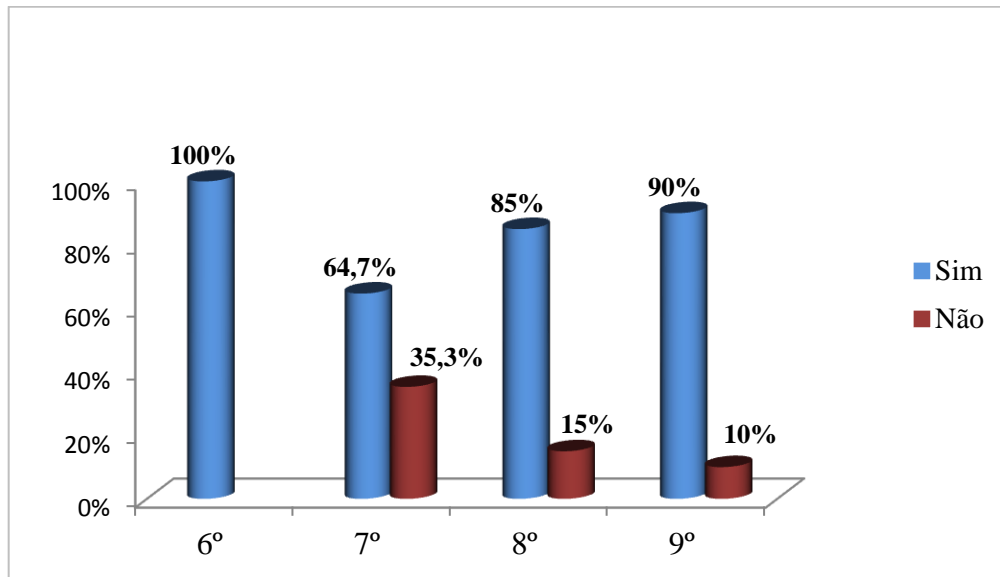
Gráfico 8- Correlação entre as séries sobre a importância em se estudar sobre a Educação Patrimonial (a) e a história do município de Assú-RN/BR (b).

a)



Fonte: Autoria própria, 2018.

Gráfico 9 – Correlação entre as series e a importância de se estudar a histórica do município de Assú/RN



Fonte: Autoria própria, 2018.

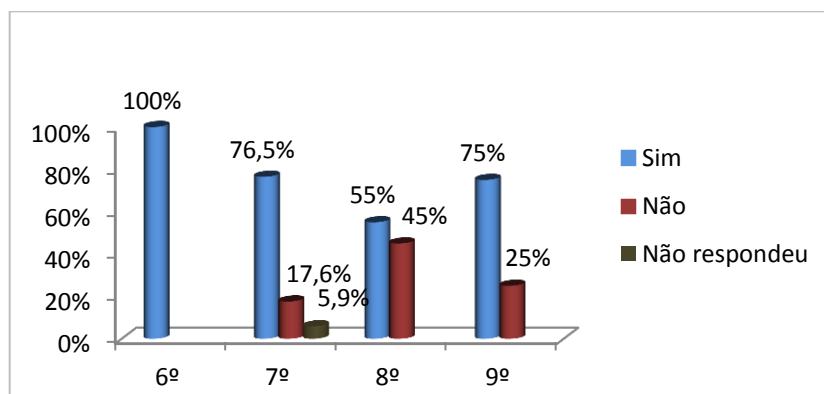
Mediante a exposição de ambas as Figuras 21a e 21b, verificam-se pelo demonstrado que o alunado do 8º e 9º anos (Figura 21a) tem total interesse em aprender sobre Educação Patrimonial, contudo superior à ânsia em aprender sobre a história do município de Assú (Figura 21b) que foi de 85 e 90%, respectivamente. Comportamento contrário foi observado para o sexto ano (Figura 21a) que deteve apenas 3,6% da

preferência dos alunos que consideram importante estudar sobre a Educação Patrimonial, contra um percentual unânime de alunos também do sexto ano (Figura 21b) que apontaram predileção por aprender sobre a história do município onde está inserido.

A Educação Patrimonial de que se trabalha de forma inovadora de diálogo entre a instituição de ensino e o espaço onde está inserido ao patrimônio, possibilitando a sapiência sobre diversos aspectos em que consistem o espólio herdado. Incentivando criação do conhecimento da sociedade, interagindo e valorizando com a riqueza patrimonial da sociedade e da cultura (Iphan, 2011). Sua apropriação é imprescindível no setor da conservação e preservação da história da localidade urbana, tendo em vista que a junção de ambas oportuniza uma sabedoria grande da erudição do lugar, convertendo esse discernimento desobristuindo a todos e concitando a aplicação desses valores, gerando uma ação de cultura.

No gráfico 9 estão dispostas as opiniões dos alunos com relação a existência de abordagens durante as aulas direcionadas a história do município de Assú.

Gráfico 10- Relação entre as séries acerca da existência de abordagens sobre a história do município de Assú-RN nas aulas.



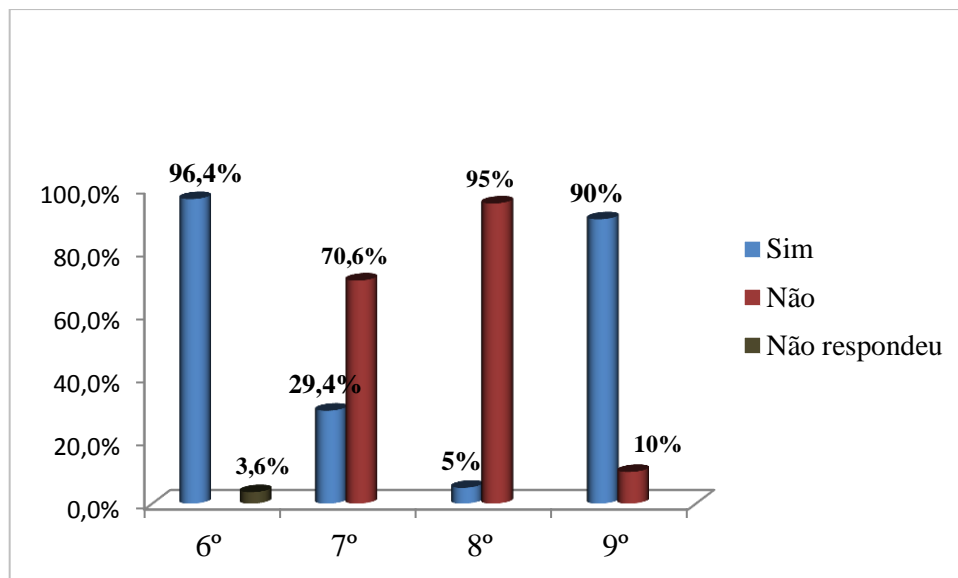
Fonte: Autoria própria, 2018.

Nota-se de um modo geral mediante a exposição do gráfico 9, um resultado satisfatório no tocante a abordagem da história do município de Assú de acordo com a opinião dos alunos, aos quais estes percentuais ultrapassaram 55% dos votos. Concordando com o sexto ano do Gráfico 9 observa-se também para o sexto da Gráfico 9 unanimidades

dos percentuais vislumbrados, em que se tem de forma concreta a história do município sendo contada nas aulas.

De acordo com a concepção dos alunos pesquisados estão dispostos no gráfico 11 percentuais referentes a existência de atividades educativas sobre Educação Patrimonial e História do município de Assú.

Gráfico 11- Correlação entre as séries e a existência de atividades educativas sobre Educação Patrimonial e História do município de Assú.



Fonte: Autoria própria, 2018.

De acordo com o comportamento previsto no gráfico 12 verifica-se que as opiniões ficaram divididas, isto é, o 6º e 9º ano convergiram em suas opiniões, afirmando a existência de atividades educativas sobre Educação Patrimonial e História com valores de 96,4 e 90%, respectivamente, enquanto o 7º e 8º anos apresentaram percentuais de 70,6 e 95% negando haver essas supostas atividades voltada a temática em questão.

Silva e Marques (2014) ao realizarem um estudo intitulado: “Educação patrimonial e história local: o caso da criação de um museu na escola”, com uma turma composta por 26 alunos do 6º ano de uma escola estadual no município de Verê – Estado do Paraná, foram propostas durante 34 horas aulas na disciplina de história, atividades que estimulásemos discentes a observar, registrar, explorar e apropriar-se, por intermédio da educação de patrimônio, dos utensílios obrigatórios para conhecer e proceder no seu espaço de vivência. Tais distribuições com isso colaborando para que os discentes refletam sobre a importância da identidade social para a construção do conhecimento histórico. Para esse processo estabeleceu-se como objetivo geral, entender a vida no município em outras inter - cidades alertando no discente o entusiasmo de presença e satisfação pela a história lugar. Como resultados, as atividades desenvolvidas demonstram a importância das ações que considerem o patrimônio Material e imaterial produzido pelas comunidades. Desta forma, há reconhecimento de que se pode produzir a valorização da cultura de um povo.

Seguindo essa conjuntura pediu-se que os alunos pesquisados relacionassem (Questão 5) nomes de alguns monumentos históricos arquitetônicos do município de Assú.

“O esqueleto com o violão” (A20).

“Casa da cultura, Cine teatro e Igreja São João Batista” (A31).

“IPI, Casa da cultura, Igreja, Casarão de Betes Butique, rádio” (A74).

O esqueleto com o violão trata-se de um monumento do artista plástico Gilvan Lopes localizada na praça São João Batista, no centro da cidade de Assú e a sigla IPI refere-se ao Instituto Padre Ibiapina e o Casarão de Betys Boutique, uma casa que foi de propriedade dos amigos Elizabeth e Astênio Tinoco. Pelas respostas transcritas acima, analisa-se a existência de certo conhecimento desses alunos, embora estejam inseridos numa faixa etária de idade muito baixa provavelmente, sendo possível uma noção repassada por parentes.

Na questão 6, foi pedido que os alunos descrevessem relatos da história do município de Assú que eles tivessem ouvido falar ou trabalhado durante as aulas.

“O São João mais velho do Nordeste e a Casa da Baronesa” (A16).

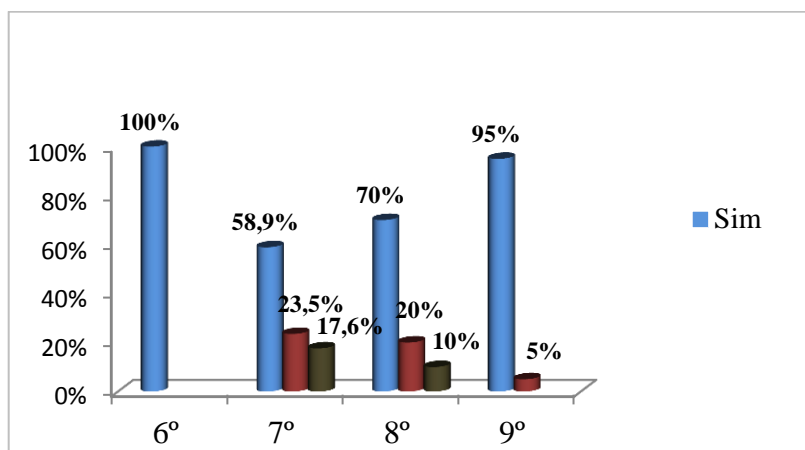
“Que foi fundada a 172 anos atrás” (A42).

“A história indígena, a Fundação da igreja, a guerra dos Bárbaros, a chegada da Baronesa e do Barão” (A67).

Diante das respostas constata-se que mesmo sendo um número resumido de participantes tanto na questão anterior, quanto nessas que entenderam a importância da pesquisa, existe guardado na memória desses alunos pontos importantes da história do município, comprovando que de fato o bom conhecimento adquirido nunca é em vão.

O gráfico 12 retrata o nível de importância em preservar o patrimônio material e arquitetônico de Assú-RN mediante a concepção desses alunos.

Gráfico 12- Relação entre as séries e a consciência da importância em preservar o patrimônio material e arquitetônico de Assú-RN.



Fonte: Autoria própria, 2018.

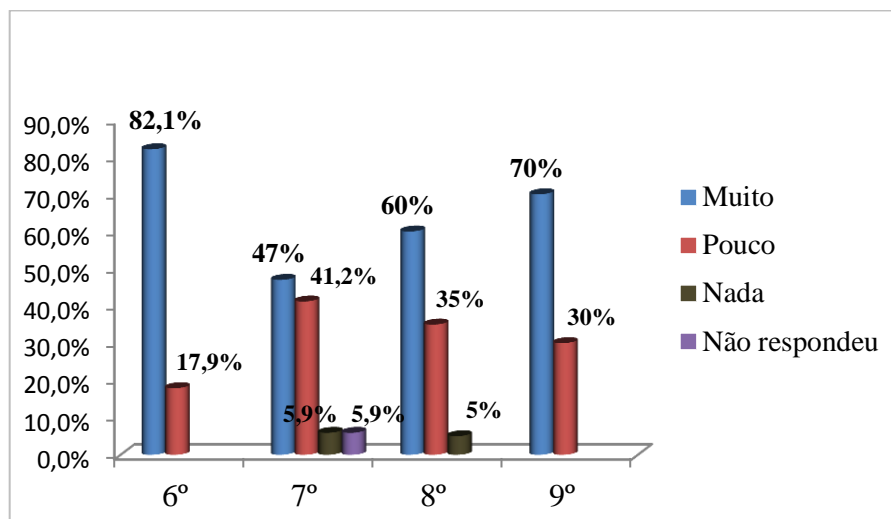
Observa-se na Figura 24 que o 6º e 9º anos vem se destacando quanto ao interesse demonstrado pela temática abordada na pesquisa como um todo, alcançando quase que uma total aprovação em termos de simpatia em ambas as turmas indagadas. Resultados também satisfatórios foram obtidos para o 7º (58,9%) e 8º (70%) anos, ao qual implicaram em um bom nível de conscientização no que diz respeito a preservação do patrimônio material e arquitetônico da cidade de Assú.

Segundo Ghirardello e Spisso (2008) qualquer pessoa faz parte de uma totalidade de um espaço social do ambiente onde convive – sendo responsável pela construção da história e de mais ligações da sociedade futura, deixando para gerações vindouras, por

meio de realizações concretas, de materiais, dos acervos destinados a esses fins, das interposições no espaço ou no ambiente onde estão inseridos nas averbações qualificadas de realizar o entendimento nas narrativas humanas pelas futuras gerações. O extermínio dos patrimônios deixados como herança das pessoas do passado origina a ruptura da sequência da sapiência, transportando e reenterando constantemente as experiências já vivências. A relevância da preservação e restauração vem ganhando novos espaços, não somente por condicionar a sobrevivência da similitude de uma população, mas mesmo recorrente da urgência compreensão de reduzir o choque sobre o meio natural, fomentado pela produtividade de recursos. A compreensão e maneiras de prédios e instrumentos que venha a contribuir para a diminuição de recursos energéticos e materiais primários tão necessário para a produção de outros patrimônios.

O grau de importância que o patrimônio material e arquitetônico tem na visão do alunado está demonstrado no gráfico 13.

Gráfico 13- Relação entre as séries e o grau de importância que o patrimônio material e arquitetônico tem para o alunado.



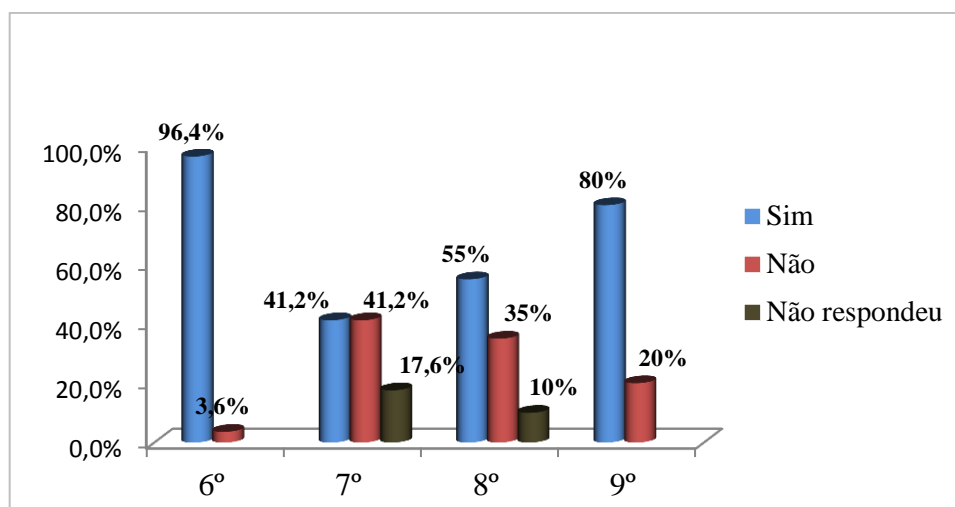
Fonte: Autoria própria, 2018.

É notório mais uma vez a sobreposição dos percentuais do 6º com 82,1% e 9º ano com 70% quando comparado aos demais anos, isto é 7º com 47% e 8º ano com 60% das opiniões válidas. Ressalta-se ainda que em todas as series foi verificado a presença de um público menos entusiasmado com a temática, aos quais os percentuais se mostraram inferiores a 42% em todas elas. A pesquisa constatou ainda pequenas taxas de desinteresse

representadas pelos valores de 5,9 e 5% para o 7º e 8º ano, respectivamente, com um índice de abstenção de 5,9%.

No gráfico 14 estão demonstrados em percentuais o nível de interesse dos alunos em seus respectivos anos pela trajetória histórica do município onde residem.

Gráfico 14- Relação entre as séries e o interesse do alunado em conhecer a história do município onde vive.

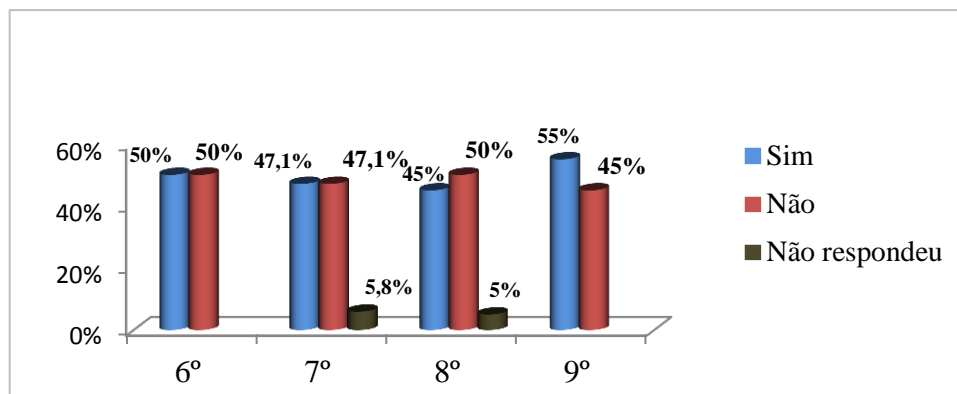


Fonte: Autoria própria, 2018.

Além do bom nível de cooperação dos alunos referentes ao 6º e 9º anos já previstos na Figura 26 e já comentados em estudos representados pelas figuras anteriores, constata-se um empate das taxas observadas em que no 7º ano 41,2% dos alunos afirmaram que “sim”, ou seja, tem interesse pelo assunto e de igual modo que “não” tem simpatia pelo tema.

No gráfico 15 estão apresentados os eventuais conhecimentos dos alunos das séries pesquisadas com relação a história dos casarões coloniais existentes em Assú.

Gráfico 15- Relação entre as séries e o conhecimento do alunado acerca da história dos casarões coloniais de Assú-RN.



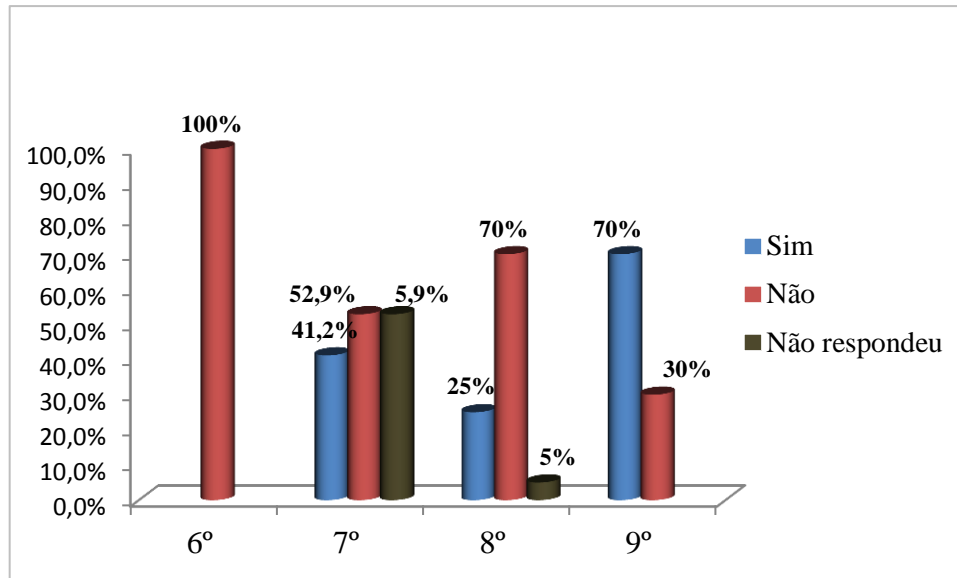
Fonte: Autoria própria, 2018.

De um modo geral observa-se com relação a Figura 27 um comportamento dividido no que diz respeito a obtenção do conhecimento existente entre os alunos das séries estudadas sobre a história que permeia os casarões coloniais. Contudo, para o 7º e 8º anos estudados foram detectados baixos, mas existentes índices de abstenção de 5,9 e 5%, respectivamente.

Höfling (2003) ao realizar um estudo intitulado: “As páginas de história”, objetivando elaborar um trabalho sobre a história do município de Rio Claro/SP tem prerrogativas como primordial regresso favorável conservação e preservação da lembrança histórica e as reedificações do progresso que remete a sociedade a compreenderem uma nova visão diante do antigo, das marcas do passado, do velho. O novo e o passado juntos. Passamos a vislumbrar a cidade com outros olhares.

Partindo de um olhar próprio a cada serie avaliada, no gráfico 16, eles (os alunos) confirmaram e negaram seus contatos sobre terem visto algum documento histórico sobre a história local e o acervo arquitetônico do município de Assú-RN.

Gráfico 16- Relação entre as series e a visualização de documento histórico sobre a história local e o acervo arquitetônico do município de Assú-RN.



Fonte: Autoria própria, 2018.

São percebidos na Figura 28 que enquanto 100% do 6º ano disseram “não” para a visualização de documentos históricos do município de Assú, enquanto houve uma convergência de valores para a turma do 7º ano ao qual 52,9% afirmaram nunca terem visto qualquer tipo de documento referente ao patrimônio histórico de onde vivem, contra um mesmo percentual que preferiu abster-se de responder sobre o questionamento. Ainda com relação a Figura 28 nota-se que enquanto 70% dos alunos provenientes da turma do 8º ano disseram que “não” visualizaram nenhum documento, um mesmo percentual de 70% referente ao 9º ano informaram que “sim”.

Quadro 11: Resultados das discussões sobre a pesquisa com os alunos

QUESTÕES	6º ano (%)			7º ano (%)				8º ano (%)			9º ANO (%)		
	Sim	Não	Não respondeu	Sim	Não	Não respondeu	Nada	Sim	Não	Não respondeu	Sim	Não	Não respondeu
1	3,6	96,4	-	23,5	76,5	-		15	85	-	60	40	-
2	3,6	7,1	89,3	76,5	7,6	5,9		100	-	-	100	-	-
3	100	-	-	64,7	35,3	-		85	15	-	90	10	-
4	100	-	-	76,5	17,6	5,9		55	45	-	75	25	-
5	96,4	3,6	-	29,4	70,6	-		5	95	-	90	10	-
6	100	-	-	58,9	23,5	17,6		70	20	10	95	5	-
7	82,1	17,9	-	47	41,2	5,9	5,9	60	35	5	70	30	-
8	96,4	3,6	-	41,2	41,2	17,6		55	35	10	80	20	-
9	50	50	-	47,1	47,1	5,8		45	50	5	55	45	-

10	100	-	-	52,9	41,2	5,9		25	70	5	70	30	-
----	-----	---	---	------	------	-----	--	----	----	---	----	----	---

Fonte: autoria Própria, 2019

1. Conhecimento sobre o tema Educação Patrimonial
2. Importância em se estudar sobre a Educação Patrimonial e a história do município de Assú-RN/BR
3. Importância de se estudar a histórica do município de Assú/RN
4. Existência de abordagens sobre a história do município de Assú-RN nas aulas.
5. Existência de atividades educativas sobre Educação Patrimonial e História do município de Assú.
6. Consciência da importância em preservar o patrimônio material e arquitetônico de Assú-RN.
7. O grau de importância que o patrimônio material e arquitetônico tem para o alunado.
8. Interesse do alunado em conhecer a história do município onde vive.
9. Conhecimento do alunado acerca da história dos casarões coloniais de Assú-RN.
10. Visualização de documento histórico sobre a história local e o acervo arquitetônico do município de Assú-RN

7. CONCLUSÕES

Partindo da premissa de que o estudo proposto alcançou os objetivos formulados. No primeiro objetivo específico avaliou-se como herdeiros, professores e alunos entendem, expressam e efetivam o conceito de educação patrimonial e histórica, constatando-se uma boa percepção a priori, contudo ainda bastante empírica de uma conduta global, ou seja, não mantém bem evidente sobre o que é educação patrimonial para os autores que participaram da pesquisa.

Com relação a proposta do segundo e terceiro objetivos específicos obteve-se por parte dos professores um crescente interesse em se apropriar dos conhecimentos inerentes a educação patrimonial e as possíveis mudanças referentes a Base Nacional Comum (BNCC). Contudo, em se tratando do conhecimento/importância e existência de sua abordagem em sala, as opiniões se dividem tanto no que se refere a professor, quanto a alunos de um modo geral, tendo em vista que esse assunto ainda não alcançou o patamar de valorização desejado, por ser trabalhada de forma restrita e não interdisciplinar e por haver um descompasso em sua discussão com profissionais que atuam dentro ou em parceria com as políticas públicas de proteção como afirmaram Maltêz *et al.* (2010) e Arroyo (2005).

Nesse ínterim as atividades educativas entorno da temática se constituem como ações pouco expressivas, diante da representatividade e riqueza histórica contida nos patrimônios arquitetônicos de Assú/RN/BR que poderiam inclusive se tornar parte de um roteiro educacional enaltecendo a história e seus aspectos locais, mas também como fonte geradora de conhecimento e valorização e interesse pelos vestígios históricos do lugar. Isso evidencia a partir do cuidado que faz o município.

Constatou-se todos os elementos da teoria da conservação formando parte do estudo, quanto ao resgate, valorização e preservação do acervo cultural, especialmente do patrimônio em terra. O estudo encontrou que a valorização não é suficiente se não houver ações direcionadas a conservação desses hiatos históricos no tempo.

Para tanto, observou-se a importância de se envolver em ações de conservação. Ele inclui a preservação dos acervos originais como prédios, edifícios, na totalidade do que

está em pé hoje. Para isso precisa-se de políticas que consolidem a ideia e possa ser parte da ação da preservação do patrimônio.

Quanto a reabilitação, encontrou-se que alguns acervos estão em fase de recuperação, sendo grande parte com recursos próprios das famílias herdeiras. Enquanto outro acervo encontra-se em estado avançado de desmoronamento.

Em relação a reabilitação, dos acervos arquitetônicos implica-se que o poder público nas três esferas (Executivo, Legislativo, Judiciário, sociedade civil, Universidades, Educação local e regional, deve criar um plano de ação para reabilitar o patrimônio histórico local.

Ao se falar de Reconstrução, o estudo não fez relação com esse tema, devido os acervos patrimoniais antigos terem sido destruídos. Foram substituídos por edifícios novos, com outras características totalmente diferentes das originais ou anteriores. Seria hoje impossível reconstruí-los devido à grande quantidade de acervos totalmente danificados.

O estudo referiu-se a inserir na educação meios de recuperar, preservar e reabilitar os acervos arquitetônicos e história do espaço estudo. Para ficar como ponto de referência na memória e história da cidade, tendo também como ponto de atividade cultural local, regional e nacional. Pode-se concluir que o município de Assú/RN/BR tem uma das coleções de patrimônio arquitetônicos do Rio Grande do Norte sendo um dos mais conservados, com estilo elegantes e diferenciados de real beleza servido como base para nos estudos e uso útil para a cultura, história, memória local.

Motivados pela curiosidade em conhecer sobre os aspectos que compõem o patrimônio cultural de Assú/RN/BR afirma o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2011) que essa maneira criativa de interação promove a construção do saber da sociedade, comunicação e valorização dos bens sociais e culturais, enquanto que sua ausência propicia um conhecimento limitado da cultura, tornando essa percepção fadada a ser vista e estudada apenas sobre específicas disciplinas e não de forma interdisciplinar como ficou implícito ao longo desse estudo.

Os resultados obtidos permitem afirmar mediante a concepção de educação patrimonial e histórica na visão dos professores com conhecimentos básicos e específicos sobre cultura patrimonial com atuação em ambas esferas exige um perfil profissional com

qualidades peculiares como a formação na área de atuação, possuir uma visão holística, gostar de pesquisa, ter bom conhecimento dos patrimônios locais e da história que cerca a cidade, dentre outros aspectos.

Ademais, se faz necessário ressaltar que a mudança paradigmática não é apenas mudar um enfoque por outro, a construção do saber patrimonial se baseia em bons fundamentos históricos, bem ensinados, superando através de uma boa equipe pedagógica ações de sentido mais amplo, com um maior compromisso docente ao lidar com o alunado e este com a comunidade, construindo perspectivas promissoras de transformação das instituições e das práticas educacionais e, conseqüentemente, das próprias pessoas.

A tese se sustentou em mostrar um aparato minucioso para o acervo arquitetônico da história do município de Assú/RN/BR e que só terá significado se for feito dentro das escolas um trabalho de conscientização e orientação com toda a comunidade educativa, planejado com objetivos claros, enfocando valores históricos, geográficos e culturais para a posteridade, direito e dever de todos os cidadãos. E, através de projetos, desenvolver e resgatar a memória do município, discutindo indagações inerentes com a eventualidade de se laborar com os recursos patrimoniais eruditos, os estabelecimentos educativos privados e públicas nos anos finais do ensino fundamental. Com o objetivo de motivar os discentes, despertar o senso de restauração e preservação e a alforria do espaço onde está inserido e da História local, como circunstância imprescindível à criação de uma cidadania contemporânea e a identificação com cultura.

A contribuição desse trabalho para a ciência é oferecer possibilidades de novas pesquisas a partir desta investigação; até o presente momento existem poucas fontes de pesquisa nessa área específica a nível local buscando sempre a sapiência crítica e a ponderação compreensível das biocenoses, interagindo com os seus valores patrimoniais que são fatores indispensáveis nos futuros de novas pesquisas.

Dessa forma destacam-se alguns pontos importantes para a ciência e a sociedade, sendo contribuições relevantes; um dos pontos é, dispor esse trabalho para a região e para o país para futuras pesquisas, em todos os níveis da educação (educação básica e também com as Universidade); servir como forma balizar para as escolas municipais Assú/RN/BR; disponibilizar esse trabalho para a sociedade civil e a comunidade científica para auxiliar em futuras pesquisas na área e tornar se como base ou ferramenta de estudo sobre

educação patrimonial do município de Assú/RN/BR, dentre outras. Dessa forma podemos solidificar os sentimentos de identidade e soberania na busca de novas pesquisas ligada a essa temática considerando que as academias de nível superior (Universidades) e em especial as Extensões de pesquisas seja estimulada por esse trabalho inovador, que tenha o papel essencial nesse processo de construção de novos conhecimentos e pesquisas.

Conhecedor que o trabalho tem como relevâncias nas trocas de saberes e de informações em outras áreas dos conhecimentos e nas ciências afins que sirva em última instância como área de privilégios científicos, desenvolvendo ótimos desempenhos de nova pesquisas, contribuindo na formação da soberania da sociedade. Processo esse que se traduz pelo valor atribuído ao papel da memória, e também do conhecimento e valorização dos elementos que compõem nosso patrimônio cultural chamado história.

8. RECOMENDAÇÕES

Conclui-se no final da pesquisa que o patrimônio arquitetônico do município de Assú/RN/BR está em fase avançada de decadência do ponto de vista da preservação e também quanto à Memória Histórica desses acervos; as edificações coloniais estão sendo, gradativamente, substituídas por espaços comerciais ditos modernos e até mesmo por pequenos edifícios e sobrados, que em nada estão preservando a arquitetura antiga da cidade. Um pouco da arquitetura original vem se mantendo em alguns outros espaços, que apesar do sufocamento que sofrem pelo crescimento urbano, mantêm-se presentes na cidade.

Ao observar o processo de construção da legislação patrimonial do município de Assú/RN/BR, lei complementar nº 063/2011 (anexo 01) percebe-se sua vulnerabilidade, sua fraqueza em repassar um ideal de preservação histórico-arquitetônico do município enquanto política pública. A lei não fixa valores nem percentuais dentro dos orçamentos anuais de investimentos em preservação, restauração e manutenção do patrimônio municipal. Também não se vê projetos e parcerias com a iniciativa privada, estimulada por parte do poder público.

Portanto, recomenda-se a classe política municipal assuense/RN/BR e ao poder judiciário que desenvolvam um Projeto de Lei Complementar com sustentabilidade e uma legislação protetora, com ocupação ativa, criada por necessidade e interesses comuns da sociedade, que, no senso de preservação da História da cidade, envolva interesses políticos, econômicos, culturais e sociais, ligados a todos os níveis e graus de educação.

No entanto, reforçamos também que, conforme os dados levantados na pesquisa, mesmo alguns espaços recebendo certos cuidados, encontram-se abandonado em diversos aspectos, devido à precariedade da legislação. Percebe-se nesse caso a necessidade da ampliação e aprofundamento da legislação municipal, que forneça mais segurança, clareza e direcionamentos dos recursos financeiros na aplicação de verbas destinadas aos cuidados dos bens, que promova a atuação e o comprometimento intenso do poder público e da sociedade nesse projeto de preservação.

Recomenda se, a socialização da compreensão produzida neste trabalho na perspectiva de preparar a sociedade atual e gerações futuras no sentido de despertar e

buscar formas de cuidar melhor dos bens, para isso a educação, a sociedade e as autoridades políticas, jurídicas e parlamentares deve dar apoio no sentido de viabilizar a restauração, a preservação, a conservação para construção de novos conhecimentos a partir de programas acadêmicos, dessa forma a ciência estará cumprindo e trazendo relevância com seu papel social.

Recomenda se abrir fórum de discussão periodicamente sobre Educação patrimonial objetivando despertar na classe discente e da sociedade em geral o desejo de conservação patrimonial. Reforçando nas comunidades acadêmicas e sociais a ressignificação do patrimônio, situação essa exige dos educadores uma nova postura perante a esse tema. Trata-se especialmente do crescimento conceitual do que nos dias atuais se entenda por patrimônio histórico Arquitetônico dos municípios; não deixe sucumbir a força da história local e vivos documento ainda relutando contra ao tempo, que são os casarões e a história da cidade de Assú/RN/BR.

Recomenda se que as organizações responsáveis pela conservação, recuperação e tombamento, reedite vários argumentos para com os objetivos da memória local. Para isso, deve buscar parceiras com as redes pública e privada de ensinos, a fim de pôr em prática o exercício das ações que fortaleçam e exijam o empenho de todos na fomentação do inventário do patrimônio tombado e conservado, fazer-se tudo inestimável para a história do espaço local, para não ocorrer ameaça ou grave risco, de como atesta vários autores, tornarem-se as cidades grandes museus inertes e sem vida.

Recomenda se engajamentos dos agentes sociais e suas relações do o patrimônio arquitetônico e sua interrelação com a história, ou seja, Contudo, os moradores da população local com os monumentos de suas ruas, de seus bairros e de sua cidade observando as leis, principalmente onde está marcada na Constituição Federal de 1988, que garante, e preservar, ressaltando a relevância da proteção do patrimônio arquitetônico a nível nacional, que isso indica em ofício do Estado em garantir o total exercício dos direitos e deveres de restauração e preservação dos acervos Arquitetônicos, também como, garantia de acesso às fontes e estilos do país.

Recomenda se projetos para as ações políticas de preservação nos dias atuais, onde as autoridades dos mais altos níveis de elaboração do plano urbano municipal, contudo sem deixar a população de fora desse projeto, também envolvendo a comunidade discente ou educativa.

Recomenda-se abrir discussão em torno da temática Patrimônio Cultural para fortalecer a educação patrimonial e o resgate da história local, principalmente no âmbito da educação privada e pública. Onde fica evidente na pesquisa que existe uma lacuna ou ausência no cotidiano da escola ou na comunidade educativa na área de História e nas ciências afins.

Desta forma recomenda-se desenvolver estratégias como (aulas in – loco; trabalhos práticos nas áreas de preservação patrimonial; oficinas voltadas para a esses fins; inclusão da temática no currículo da rede municipal); para levar o discente a sentir prazer e consecutivamente buscar a valorização dos bens patrimoniais do município. Também com o intuito de possibilitar, através do processo educativo, o despertar da consciência dos jovens para a conservação do patrimônio.

Recomenda-se o desenvolvimento de trabalhos educacionais, mudanças no currículo, sendo introduzido no eixo central dos planejamentos de forma vertical (obrigatório) e não em temas transversais. Deixar de acordo com a necessidade e a sensibilidade do profissional de educação, introduzir ou não. Olhando por esse ângulo recomenda-se que introduza em seminários, fórum, pesquisas, mostras, congressos, a relevância e o fortalecimento das ligações entre os educandos e suas heranças do patrimônio histórico arquitetônico auxiliando-os a compreender o valor de seus bens históricos e cuidando da preservação patrimonial, fazendo com que valorizem ainda mais a preservação dessa herança, fortalecendo sua identidade e garantir no futuro a memória dos espaços históricos local.

Obervando a análise dos resultados da pesquisa quanto aos herdeiros, professores e alunos recomenda se à comunidade científica intensificar pesquisa sobre estudos na área de educação patrimonial, a nível local. Os resultados apontam que é necessário uma intensificação de estudos devido a carência de trabalho nesse campo.

Recomenda se que a partir desse trabalho que sirva como ponto de referência e despertar para novos estudos.

Com conclusão dos estudos da pesquisa, percebe se que é necessário novas pesquisas na história local e na reformação do educação patrimonial do espaço em estudo. Para posibilitar novos conceitos e direcionamentos como subsídios e suporte na sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abud, K. M. (1992/set-1993/ago.). O ensino de História como fator de coesão nacional: os programas de 1931. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25. Memória, história e historiografia – Dossiê Ensino de História, ANPUH; Marco Zero.
- Almeida, M. da C.; Pereira, W. F. (2006). *Lagoa do piató: Fragmentos de uma História*. 2ª ed. Natal, Editora da UFRN.
- Alves, E. P. M. (2010). Diversidade Cultural, Patrimônio Cultural Material e Cultura Popular: a Unesco e a Construção de um Universalismo Global. *Revista Sociedade e Estado* – v. 25, n. 3.
- Andrade, M. C. de (1981) *A produção do espaço Norte-Rio-Grandense*. Natal: Universitária.
- _____ (1986). *A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 5 ed. São Paulo: Atlas.
- _____ (1998). *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Sociologia Balaio Digital (RS), 1998.
- Amorim, P. (2008). *O Município de Assú: Notícias até 1928*, Natal, sebo Vermelho.
- Apple, M.W. (1999). *Repensando ideologia e currículo*. In: Moreira, A. F.; Silva, T. Currículo, cultura e sociedade. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 39-58.
- Aquino, J. R.; Silva Filho, R. I. S. (2015). Vale do Açu: uma região estratégica para a economia potiguar. *O Mossoroense*, Mossoró, p. 5, 2015.
- Araújo, K. M. de. (2016). Patrimônio Arquitetônico do Distrito Palma-RN (A casa do Padre Gil) Monografia (Bacharelado em História) -Universidade Federal do Rio Grande do Norte. - CAICÓ: UFRN. 51f
- A´rbocz, Istvan I. Lászlo. (1986). *Ensaio sobre a história econômica do RN*. Natal: UFRN, 1986.

- Arias Neto, J. M. (1999). Entre o nada e o anódino: parâmetros, diretrizes e a reforma da educação nacional. *História e Ensino. Revista do Laboratório de Ensino de História da Universidade Estadual de Londrina*. Londrina: UEL, v. 5, p. 103-126.
- Arroyo, M. A. (2005). Educação Patrimonial ou a cidade como espaço educativo? In: *Revista Outro Olhar – Revista de Debates*. Ano IV, n. 4, BH, out.
- Assú Antigo. Casarão Soares Amorim, (2009). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/341841339254607/photos/a.498926466879426/498926703546069/?type=1&theater>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições, 70, 2011 (1ª reimpressão da 1ª edição).
- Barros, A. J. da S.; Lehfeld, Neide, A. de S. (2007). *Fundamentos de Metodologia Científica* 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Bittencourt F., J. (2003). Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Koinonia, p. 17.
- Broch, Paloma Sanchez (2017). *Descobrir o património*. Proposta para incorporar a herança os processos de ensino e aprendizagem no ensino secundário em Cantábria. On-line:
<https://repositorio.UNICAN.es/XMLUI/Bitstream/Handle/10902/.../SanchezBrochPaloma>. Pdf.
- Brasil (1996). Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro*.
- Brasil. Mec. Fae. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais – História e Geografia*. Brasília: MEC, SEF, v. 5.
- Brasil (1998). Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC / SEF, 138 p.
- Brasil (1999). MEC. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília. 394p.
- Brasil (2000). Ministério da Cultura. *Patrimônio imaterial: O registro do patrimônio imaterial*. Dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. Brasília: Iphan.

- Brasil (1998). *Constituição Federal*. Seção II, Artigo 216, caput, incisos, parágrafos.
- Brasil. Lei nº. 13.005 (2014). *Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*. Diário oficial da União. Brasília, DF, 25 jun.
- Brasil. Lei nº 2597 (1979). *Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país e de outras providências*.
- Brasil. (2004). Legislação. Decreto nº 5.040/04, de 7 de abril. Legislação. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5040-7-abril-2004-531672-publicacaooriginal-13579-pe.html>>. Acesso em 23.jul. 2018.
- Brasil (2017). *Lei nº 13.531* de 7 de dezembro– Dá nova redação ao inciso III do parágrafo único do art. 163 e ao § 6º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. *Diário oficial da União*. Brasília, DF, 8 dez. 2017.
- Brasil (2009). *Legislação*. Decreto nº 6.844, de 7 de maio. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-6844-7-maio-2009-588075-norma-pe.html>>. Acesso em 23.jul. 2018.
- Calaf Masachs, R. (2009): didática herança: epistemologia, metodologia e estudo de caso. Gijón, Trea.
- Caldas, F. Casarão: S. C. (2009). Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=casarao+sebasti%C3%A3o+cabral&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjCvoqGv4jdAhXBx5AKHRjWBQcQ_AUICygC&biw=1343&bih=634#imgdii=D5ZjAGMerl6g1M:&imgcr=70oGivs7Z8Z0PM>. Acesso em: 10 out. 2018.
- Cardoso, C.F. (1997). *História e paradigmas rivais*. In: Cardoso, C.F.; Vainfas, R. (Org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus.
- Costa, H. C. Blog Carlos Costa. Disponível em:< www.carloscosta.com.br/2012/04/supermercado-jota-edilson-o-lugar-certo.html>. Acesso em: 01.ago. 2018.
- Castro, C. M. (1976). *Estrutura e apresentação de publicações científicas*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Cervo, A. L. et al. (2007). *Metodologia científica*. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Chizotti, A. (1991). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. Cortez, São Paulo.

- Ciampa, A. da C. A estória do Severino e a História da Severina. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- Cruz, M. M. P. da; Martiniak, V. L. (2016). Formação continuada de professores alfabetizadores. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v. 19, n.3, p. 19-32.
- Damiani, Magda Floriani; Neves, Rita de Araújo. Vygotsky e as teorias da aprendizagem. UNI revista. Vol. 1, n. 2, p. 01-10. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3453/Vygotsky%20e%20as%20teorias%20da%20aprendizagem.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 jan. 2018.
- Deslandes, S. F. (2008). *O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual*. In: Minayo, M. C. de S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, cap. 2, pp. 31-60.
- Diário Oficial do Município do Assú. ANO XIII – N° 3299 – Assú-RN, terça-feira, 14 de novembro de 2017.
- Diário Oficial do Município do Assú/RN/BR, 2017. Disponível em: <<https://assu.rn.gov.br/diario-oficial-ano-2017/>>. Acesso em: 02 jan. 2019.
- Diniz, M. T. M.; Vasconcelos, F. P.; Maia-Vasconcelos, S. M.; Rocha, G. C. Utilização de Entrevistas Semiestruturadas na Gestão Integrada de Zonas Costeiras: o Discurso do Sujeito Coletivo como Técnica Auxiliar. *Revista Scientia Plena*, v. 7, n. 1, 2011, 8p.
- Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 1, n.1, p.3-23, 1903.
- Estepa Giménez, J. (2001): "Património na Didática das ciências sociais: obstáculos e propostas para o seu tratamento em sala de aula". *Iber: Didática das ciências sociais, Geografia e história*. N° 30, pp. 93-106.
- Freire, P. *Pedagogia do oprimido*. (1987), 17ª ed., 23ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1982). *Considerações em torno do ato crítico de estudar*. In: Freire, P. *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 9-12.

- Florêncio, S. R.; Clerot, P.; Bezerra, J.; Ramassote, Rodrigo. (2014). *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processo*. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 63p.
- Foreque, F.; Cancian, N. “Quatro em dez professores fazem jornada extra para compor a renda”. Folha de São Paulo, São Paulo, 30 de junho de 2015. Cotidiano, p. 81.
- Gerhardt, T. E.; Silveira, D. T. (Org.) (1996). *Métodos de pesquisa*. [s.l]: Atlas.
- _____ (2009). *Métodos de pesquisa*. [s.l]: Atlas.
- Ghirardello, N.; Spisso, B. *Patrimônio histórico: como e por que preservar*. Colaboradores: Gerson Geraldo Mendes Faria [et al.]. -- Bauru, SP: Canal 6, 2008.34p.
- Gonzalez Monfort, S. (2008): "Uma pesquisa qualitativa e etnográfica uso educacional e didático do patrimônio cultural". Ensino das ciências sociais revista n ° 7, pp. 23-36
Disponível: <<http://www.raco.cat/index.php/EnsenanzaCS/article/view/126350>>.
Acesso em: 08 mar. 2016.
- Guerra, O. (1982). *Golpe nas oficinas*. In: Rio Grande do Norte. Indústria e comércio do oeste potiguar – um pouco de história. Mossoró: Fundação Guimarães Duque. Secretaria de Indústria e Comércio.
- Habermas, J. (2002). *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro.
- Hall, S. (2004). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Em: Stuart, Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 9. ed. – Rio de Janeiro: DP&A.
- Hobsbawn, E. (1995). *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*(trad. Marcos Santarrita). São Paulo: Cia das Letras.
- Höfling, M. A. Z. (2003). As páginas de história. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 23, n. 60, p. 179-188.
- Horta, M. de L. P.; Grunberg, E.; Monteiro, A. Q. (1999). *Guia Básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial.
- Horta, M. de L. P. (2004). Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.31.

- Instituto Brasileiro Geográfico e estatística. Biblioteca (IBGE) 1959. Disponível em: <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>>. Acesso em: 02 jan. 2019.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). Cidades. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/acu/historico>. Acesso em 23.jul.2018.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mapa de pobreza e desigualdade – 2003. DVD. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- Iphan. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (2011). Disponível em: <
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_fas1_m.pdf> Acesso em: jun. 2018.
- Iphan. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 29 abr. 2016, sec. 1, n. 81, p. 06.
- Köche, J. C. (2006). *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa*. 23. ed. Petrópolis: Vozes.
- Kholsdorf, M. E. (1999). Sobre a Identidade dos Lugares. Artigo apresentado em workshop e curso de extensão em Fortaleza, promovidos pelo IPHAN, Faculdade de Arquitetura da UFC e Prefeitura Municipal. Brasília. Disponível em:<vsites.unb.br/fau/cidade_arquitetura/identidade.pdf> . Acesso em: 23 jul. 2018.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Lagar, F.; Santana, B. B. de; Dutra, R. (2013). *Conhecimentos Pedagógicos para Concursos Públicos*. 3. ed. – Brasília: Gran Cursos. O papel da escola segundo a concepção de Libâneo. Apud Libâneo p. 43
- Libâneo, J. C. (2007). *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 9 ed. São Paulo, Cortez.
- Liberalesso, C. P. (2013). “A educação patrimonial e o ensino de geografia: experiência nas escolas públicas da cidade de Santa Maria-RS”. 145f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

- Lima, N. (1990). Municípios do Rio Grande do Norte: Flores. Goianinha, jardim do Seridó, Lajes e Luís Gomes. Edição Fac-Similar da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. v.29/31 – 1938. Coleção Mossoroense.
- Machado, I.A. P. (1999). *O currículo de história*. In: Diehl, Astor Antônio (Org.). O livro didático e o currículo de história em transição. Passo Fundo: EDIUPF, p. 214.
- Maltêz, C.R.; Sobrinho, C. P. C.; Bittencourt, D. L. A.; Miranda, K. dos R.; Martins, L. N.; Castro, M.de. (2010). Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. *Pedagogia em ação*, v.2, n.2, p. 1-117, nov. – Semestral.
- Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. 7.ed.- São Paulo: Atlas.
- Martins, J. de S. (2002). *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: HUCITEC; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul.
- Martins, G. A. (1990). *Manual para elaboração de monografias*. São Paulo: Atlas.
- Martins, G. D. A.; Theophilo, C. R. (2007). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Mattar, F. (1996). *Pesquisa de marketing*. Ed. Atlas.
- Matos, G. G. de. (2014). *Comunicação empresarial sem complicação*. 3º Edição. Barueri – Sp: Manole.
- Medeiros Filho, O. de. Ribeira do Açú e Mossoró, notas para sua História Mossoró. *Fundação Vint – Um Rosado*, v. 1360, 1984 (coleção Mossoroense/ Série C).
- Medeiros, R. (2006). Um olhar sobre o Patrimônio Histórico-arquitetônico de Assú/RN. Dissertação de mestrado.
- Milhollan, F.; Fotoisha, B. E. (1972). *Skinner e Rogers: Maneiras Contrastantes de Encarar a Educação*. Summus Editorial.
- Minayo, M. C. de S. *O desafio do conhecimento*. 11 ed. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. de S. (org.) (2009). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 28 ed. Petrópolis: Vozes.

- Minayo, M. C. de S. (2008). *Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta*. IN: Minayo, M. C. de S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, cap.3, p.61-77.
- Moraes, A. C. R. (2005). *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume.
- Moreira, A. Z. M. (2005). *Prédio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Mensagem recebida por martaujo@digicom.br.
- Monteiro, D. M. (2007). *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 3 ed. Natal: EDUFRRN.
- Nadai, E. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.13, nº25/26, set.92/ago.93., pp.146.
- Oliveira, E. da S. G.; Vasconcellos, D. P. de.; Trindade, T.; Lima, R.; Vasconcelos, M.; Sequeira, J. (2011). *Professores em rede: demandas de formação continuada docente para inserção das tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica*. Red. Revista Educación a Distancia, n. 29.
- Osti, A. (2015). *Formação de professores alfabetizadores*. In: A formação de professores e seus desafios frente às mudanças sociais, políticas e tecnológicas. Parente, C. da M. D. et al. (Org.). Porto Alegre: Penso.
- Página R. (2018). *Açu ontem, Assú hoje*. Cine Teatro Pedro Amorim. Disponível em: <paginarsiteseblogs.blogspot.com/2013/07/Açu-ontem-assu-hoje170713-cine-teatro_17.html>. Acesso em: 01.ago.
- Paim, J. S. (2010). *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica* / Jairnilson Silva Paim. – Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 356 p.
- Pelegri, S. C. A. (2009). *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 136 p.
- Pereira, J. B. (2018). Lei nº 13.531/2017: modifica os crimes de dano e receptação contra o patrimônio público. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, v.22, n. 5281. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/62840>>. Acesso em: jun. 2018.
- Piaget, J. (2010). *Teoria construtivista*; Coleção Educadores. MEC

- Pinheiro, I. (2013). *Assú na ponta da língua*. Disponível em:<http://assunapontadalingua.blogspot.com/2013_05_05_archive.html. Acesso em: 01.ago. 2018.
- Pires, M. I. da Cruz (2002). *Guerra dos Bárbaros: Resistência e conflito no Nordeste Colonial*. Recife. FUNDAP/ CEP.
- Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Açú/Mossoró- PTDRS (2010). Março.
- Pollack, M. (1992). Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, v. 5 n.10. Rio de Janeiro.
- Prefeitura do Assú. Casarões (2013). Disponível em:<<https://assu.rn.gov/carasoes/>. Acesso em: 01.ago.2018.
- Queiroz, M. N. (2000). A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania. Revista Museu.
- Rego, T. C. (2010). *Vygotsky, Uma Perspectiva Histórico – Cultural da Educação*. Editora Vozes.
- Rezende, E. (2014). *Patrimônio Arquitetônico: Preservar não é apenas tomar!* Jornal de todos os Brasis. Disponível em:<<https://jornalgggn.com.br/blog/eli-rezende/patrimonio-arquitetonico-preservar-nao-e- apenas-tombar>>. Acesso em: jun. 2018.
- Rio Grande do Norte. Conae 2014. Documento Referência (2013). *Fórum Estadual de Educação do RN*. Natal.
- Rodrigues, J. H. (1978). *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional.
- Rodrigues, M. (2002). *Turismo e patrimônio cultural*. 2. ed. São Paulo: Contexto.
- Rogers, C. R. (2001). *Tornar-se pessoa*. 5. ed. São Paulo: Martins.
- Rüsen, J. (2010). *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de pesquisa*. 3. ed. ed. São Paulo: McGraw-Hill.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. ed. Porto Alegre: Penso.

- Sebrae– Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas. Pesquisa de campo. (2011). Natal.
- SEPLAN, Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do RN. Perfil do Rio Grande do Norte (2012). Natal/RN.
- Schimidt, M. A. (2007). *O ensino de História Local e os desafios da formação de consciência histórica*. In: Monteiro, A. M.. Etall (org.) Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: MauadX: Faperj, 187 – 198.
- Silva, S. S. C.; Marques, S. M. soa S. (2014). *Educação patrimonial e história local: o caso da criação de um museu na escola*. Cadernos PDE, v.1, p.13.
- Silva, T. F. L. (2015). *A ribeira da discórdia: terras, homens e relações de poder na territorialização do Assú colonial 1680-1720*/Tyego Franklim da Silva. – Natal, RN, 176f.
- Silveira, C. da. (1995). ASSU – Gente, Natureza, História. Natal, Ed. Boágua.
- Severino, A. J. (2016). *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez.
- Skinner, B. F. (1974). *Ciência e Comportamento humano*. Tradução realizada por J. C. Todorov & R. Azzi. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953)
- Souza, Â. R. de. (2013). O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 53-74. Editora UFPR.
- Souza, A. R.; Gouveia, A. B.; Damaso, A. F. (2009). *O trabalhador docente da educação básica no Brasil: panorama a partir de fontes secundárias*. Relatório de meta da Pesquisa Trabalho docente na educação básica no Brasil. Belo Horizonte: UFMG.
- Teixeira, C. A. R. (2008). A Educação patrimonial no ensino de história. *Biblos*, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 199-211.
- Teixeira, R. B. (2002). *De la ville de Dieu à la ville des hommes*. La secularisation de l'espace urbain dans le Rio Grande do Norte – Brésil. Paris: EHESS, p. 357.
- Tolentino, Á. B. (Org.) (2012). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: IPHAN. 104 p. (Cadernos temáticos, 2).

- Trigueiro, E.; Dantas, G.; Nascimento, J. C do.; Lima, L.; Pereira, M. V.; Veloso, M.; Vieira, N. M. (2014). *O Hotel Internacional Reis Magos e sua importância histórica, simbólica e arquitetônica*. 21p.
- Trigueiro, R. de M. (2014). *Metodologia científica*. Em: Rodrigo de Menezes Trigueiro, Marilucia Ricieri, Gisleine Bartolomei Fregonese, Joacy. M. Botelho. -Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 184p.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Trivinos, A. N. S. (2011). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*, São Paulo, Atlas.
- UNESCO. (2005). *Património Mundial nas mãos de jovens*. Sabe, amar e agir. Pacote de materiais para professores de ensino. Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura.
- Wanderley, W. (1996). *Família Wanderley. História genealógica*. RJ. Editora Pongett.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR A PESQUISA



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN

AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu; Diosnel Centurion, declaro que o Régis Flávio Varela de Oliveira é aluno da do Doutorado em Educacao na Universidad Autonoma de Asunción, Paraguai, precisa coletar dados para sua tese intitulada, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E HISTÓRICA: Uma proposta de Intervenção Didático- Metodológica no Ensino Fundamental na rede pública de ensino do município de Açu/RN/BR, a ser realizada na Escola Municipal Nair Fernandes.

Em seu nome, peço autorização para coletar os dados com alunos e professores da instituição. Os dados serão confidenciais e tratados com o único propósito acadêmico e não serão usados nem aplicado para outros fins.

Agradeço pela atenção.

Att

Dr Diosnel Centurión, Ph.D.

APENDICE 2A - QUESTIONÁRIO COM O PROFESSOR**I. IDENTIFICAÇÃO E PERFIL**

- 1) Idade: 18 à 25 26 à 30 31 à 45 46 à 65
- 2) Formação acadêmica: Pedagogia
 Outro. Qual? _____
- 3) Há quantos anos concluiu a graduação? _____
- 4) Além da graduação possui:
- Especialização. Área: _____
- Mestrado. Área: _____
- Doutorado. Área: _____
- 5) Escola em que atua: Municipal Estadual Privada
- 6) Tempo de atuação como docente: _____
- 7) Ano/Série que leciona: _____

II. Identificação de relação professor/currículo escolar/interação professor x aluno

- 1) A escola oferece na grade curricular a disciplina educação patrimonial?

Sim Não

Explique: _____

- 2) Você (professor) acompanha a grade curricular oferecida pela escola?

Sim Não

Explique: _____

- 3) Em sua opinião, que tipo de conhecimento (conteúdos) são necessários para que o educador trabalhe a Educação Patrimonial Histórica do município de Assú/RN/Brasil?

- 4) Você tem conhecimento acerca da educação patrimonial?

Sim não

- 5) Você tem conhecimento acerca da história do município do Assú/RN/Brasil?

Sim Não

- 6) Você trabalha a educação patrimonial do município do Assú/RN/Brasil?

Sim Não

Se trabalha, que tipo de metodologia é aplicada?

7) Em suas aulas, você trabalha a história do município do Assú/RN/Brasil?

Sim Não

Se trabalha, que tipo de metodologia é aplicada?

8) Em sua opinião, qual o perfil adequado para o educador no trabalho com a educação patrimonial e história local?

9) O profissional de educação tem a consciência da preservação do patrimônio histórico/material arquitetônico de Assú?RN/Brasil?

Sim Não

10) Qual o papel relevante da educação na formação da consciência em relação a preservação do patrimônio arquitetônico e histórico de Assú/RN/Brasil como também sua história?

APENDICE 2 B. QUESTIONÁRIO APLICADO A ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DOS ANOS FINAIS. 6º AO 9º ANO.

I. IDENTIFICAÇÃO E PERFIL DO ALUNO

1) Período em que estuda na escola pesquisada (anos): _____

3) Grau de escolaridade: _____

II. RELAÇÃO ALUNO/CONHECIMENTO TEMÁTICO

1. Você (aluno) tem conhecimento do tema sobre Educação Patrimonial?

() Sim () Não

2. Você (aluno) estuda a história do município de Açu/RN/BR?

() Sim () Não

3. O discente (aluno) considera importante estudar a Educação Patrimonial?

() sim () não

como também a História do município de Açu/RN/BR?

() Sim () Não

4. A escola desenvolve algum tipo de atividade educativa sobre Educação Patrimonial e História do município de Açu/RN/BR?

() Sim () Não

Caso sua resposta seja sim, descreva como ocorre essa prática educativa

Caso sua resposta seja não. Justifique

5. Relacione nomes de alguns monumentos históricos arquitetônicos do município de Açu/RN/BR

6. Descreva relatos da história do município de Açu/RN/BR, que você já ouviu falar ou foi trabalhado no espaço de sala de aula.

7. Você (aluno) tem consciência da importância da preservação do patrimônio material e arquitetônico de Açu/RN/BR

Sim Não

Justifique sua resposta:

8. Qual o grau de importância que o patrimônio material e arquitetônico tem para você?

Muito Pouco Nada

9. O discente tem interesse em saber a história do município que está inserido ou onde vive?

Sim Não

Dê sua opinião:

10. Você (aluno) tem conhecimento da história dos casarões coloniais arquitetônicos de Açu/RN/BR?

Sim Não

Justifique sua resposta

11. Você (aluno) já deparou com algum documento histórico sobre a História local e o acervo arquitetônico do município de Açu/RN/BR

Sim não

APENDICE 2 C - ENTREVISTA DIRECIONADA AO PODER PÚBLICO E AOS PROPRIETÁRIOS OU HEDEIROS DOS ARCEVOS AQUITETÔNICOS DO MUNICÍPIO DE AÇU/RN/BR

I. IDENTIFICAÇÃO E PERFIL

- 1) Idade: 18 à 25 26 à 30 31 à 45 46 à 65 66 a mais
- 2) Formação acadêmica: _____
- 3) Além da graduação possui: Especialização. Área: _____
 Mestrado. Área: _____ Doutorado. Área: _____
- 4) Profissão ou área de atuação: _____

II. ENTREVISTA COM PROPRIETÁRIOS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DETENTORES DO ACERVO ARQUITETÔNICOS DO MUNICÍPIO DE AÇU/RN/BR.

1. O senhor (a) sabe o que é Educação Patrimonial? Caso sim descreva.
2. O senhor (a) é conhecedor (a) da história do município de açu/RN/BR? Caso sim, relate esse fato histórico.
3. O senhor (a) sabe o que é preservação patrimonial arquitetônico?
4. O senhor (a) tem consciência da importância da preservação do acervo arquitetônico para a memória do município de açu/RN/BR? Descreva.
5. Faça um relato sobre a História do acervo patrimonial da qual você é herdeiro (a) ou dono (a), incluindo a fundação, primeiros donos, modificações, arquitetônicas, preservações e curiosidades sobre o acervo.
6. Os (as) herdeiros (as) tem conhecimento de alguma lei que preserva, conserva e protege o acervo Arquitetônico do município de Açú?RN/BR. Caso saiba relacione e fale sobre a mesma.
7. Que opinião o (a) senhor(a) tem a respeito das demolições e depredações do acervo arquitetônico do município de Açú/RN/BR?
8. Que tipo de levantamento histórico o detentor do acervo arquitetônico tem sobre os casarões?
9. Que tipo de documentos tem os herdeiros sobre os acervos arquitetônicos do município de Açú/RN/BR.

ANEXOS

ANEXO: 01

Lei de Tombamento, preservação e conservação dos acervos Arquitetônicos de Assú/RN/BR



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO ASSÚ

Instituído pela Lei Municipal nº 084, de 27 de março de 2002

ANO VII – Nº 1799 – ASSÚ-RN, quinta-feira, 30 de junho de 2011

IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DO ASSÚ – RIO GRANDE DO NORTE
www.assu.rn.gov.br

ADMINISTRAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO IVAN LOPES JUNIOR

PODER EXECUTIVO

IVAN LOPES JUNIOR – Prefeito
ALBERTO LUIS DE LIMA TRIGUEIRO – Vice-prefeito

PODER LEGISLATIVO

OELMO DE MOURA RODRIGUES
Presidente
JOÃO BATISTA DE BRITO
Vice-presidente
FRANCISCO XAVIER DE MEDEIROS FILHO
1º Secretário
WEDSON NAZARENO DA SILVA
2º Secretário
CARLOS ALBERTO DA C. BEZERRA
HELJOMAR CORTÊS ALVES
MANOEL FERREIRA TARGINO
ERIVALDO MEDEIROS DE OLIVEIRA
JOÃO WÁLACE DA SILVA
JOÃO PAULO PRIMEIRO F. DE CASTRO

PODER JUDICIÁRIO

Dr. DIEGO DE ALMEIDA CABRAL - Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Diretor do Foro
Drª. ALINE DANIELE BELÉM CORDEIRO LUCAS - Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível
Drª. SUZANA PAULA DE ARAÚJO DANTAS CORRÊA - Juíza Titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal e Juíza Eleitoral - Em substituição legal na Vara Criminal.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Dra. FERNANDA BEZERRA GUERREIRO LOBO – Titular da 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Assú/RN.
Dra. FERNANDA BEZERRA GUERREIRO LOBO – Em substituição da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Assú/RN.
Dr. ALEXANDRE GONÇALVES FRAZÃO – Titular da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Assú/RN.

SECRETARIA DE GOVERNO

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

LEI COMPLEMENTAR Nº 063, de 30 de junho de 2011.

Estabelece normas para preservação e conservação das estruturas e semblantes culturais, históricos e arquitetônicos dos casarões e monumentos do Assú, complementando a LEI nº 059/2001.

O PREFEITO MUNICIPAL DO ASSÚ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE O PODER LEGISLATIVO aprovou e EU sanciono a seguinte LEI:

O patrimônio cultural, histórico e arquitetônico do Assú que mencionamos nesta lei, é constituído pelos bens materiais que, pelo seu reconhecido valor próprio, consideram-se como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura assuense através do tempo visando a sua salvaguarda.

Art. 1º - É direito e dever de todo cidadão preservar, defender e valorizar o patrimônio cultural, histórico e arquitetônico do Assú.

Art. 2º - Constitui obrigação dos proprietários e do município promover a salvaguarda e valorização do patrimônio cultural, histórico e arquitetônico do povo assuense com o objetivo de proteger, controlar, guardar os bens culturais, visando a sua preservação.

Art. 3º - Os bens resguardados por esta lei não poderão, em nenhum caso, serem destruídos ou demolidos sob pena de multa de cinquenta por

cento do dano causado, ficando a Prefeitura Municipal do Assú na obrigação de abrir processo civil público contra o responsável pela degradação do patrimônio cultural, histórico e arquitetônico do município.

Art. 4º - As futuras intervenções deverão respeitar as características originais, quanto à forma, dimensões, desenho e materiais. As reformas estruturais que possam vir acontecer só serão permitidas na estrutura interna e cobertura, levando em consideração os riscos de acidentes. Mesmo assim, deverão receber autorização prévia do Conselho Municipal de Cultura o qual fornecerá parecer, autorizando ou não, a expedição do alvará através da Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal do Assú.

Art. 5º - Os bens tombados através desta lei, a partir da data de sua aprovação, serão isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Art. 6º - Para preservar o acervo arquitetônico as construções a serem executadas na vizinhança e no entorno dos bens tombados, deverão receber autorização prévia do Conselho Municipal de Cultura no intuito de impedir que novos edifícios obstruam ou reduzam sua visibilidade.

Art. 7º - Esta Lei está respaldada no Capítulo III – Das Políticas Municipais, Seção II, Artigo 147 da Lei Orgânica Municipal de Assú promulgada no dia 30 de março de 1990.

Art. 8º - Os casarões e monumentos assegurados nesta lei constam da relação abaixo:

1. Coluna/marco da passagem do século 1800/1900 - localizado no centro da Praça São João;

2. Prédio do Jardim Escola Recanto do Amor e da Educação – 1ª sede do Grupo escolar Tenente Coronel José Correia - Rua Minervino Wanderley nº 211;
3. Prédio do Cine Teatro Doutor Pedro Amorim – Praça Getúlio Vargas nº 260;
4. Sobrado Sebastião Cabral (Bely's Boutique) – Praça Getúlio Vargas nº 94;
5. Prédio da família Caldas - Praça Getúlio Vargas nº 291;
6. Casarão da família Soares Macedo – Praça Getúlio Vargas nº 229
7. Casarão da família Soares Macedo – Praça Getúlio Vargas nº 239;
8. Sobrado da família Amorim – Praça Getúlio Vargas nº 209;
9. Casa anexa ao sobrado da família Amorim – Praça Getúlio Vargas 205;
10. Casarão onde residiu o ex-prefeito Walter de Sá Leitão – Primeira agência do INPS – Praça Getúlio Vargas nº 197;
11. Casa anexa ao sobrado da Casa de Cultura Popular – construída em 1822 – Praça Getúlio Vargas nº 151;
12. Sobrado da Baronesa Belizária Wanderley (Casa de Cultura Popular do Assú) – Praça Getúlio Vargas nº 139;
13. Casa anexa ao sobrado da Casa de Cultura Popular – Praça Getúlio Vargas nº 133;
14. Casa Paroquial – Praça Getúlio Vargas nº 89;
15. Casa da Praça Getúlio Vargas nº 79;
16. Casa da Praça Getúlio Vargas, nº 73;
17. Casa da Praça Getúlio Vargas nº 67;
18. Casa onde nasceu o médico Ezequiel Wanderley – Praça Getúlio Vargas nº 49;
19. Casa da família Caldas – Praça Getúlio Vargas nº 43;
20. Casa onde residiu o poeta, escritor e ex-prefeito Francisco Amorim – Praça Getúlio Vargas nº 29;

21. Casa onde residiu o ex-deputado estadual Nelson Borges Montenegro e a imortal escritora, poetisa e ex-prefeita do município de Ipanguaçu Maria Eugênia Maceira Montenegro – Praça Getúlio Vargas nº 19;
22. Casarão onde residiu o comerciante e agropecuarista Francisco Pinheiro – Rua Prefeito Manoel Montenegro nº 168;
23. Casa da Rua Prefeito Manoel Montenegro nº 161;
24. Casa da Rua Prefeito Manoel Montenegro nº 155;
25. Casa da Rua Prefeito Manoel Montenegro nº 141;
26. Casa da Rua Prefeito Manoel Montenegro nº 229;
27. Casa da Rua Prefeito Manoel Montenegro nº 255;
28. Casa da Rua Prefeito Manoel Montenegro nº 269;
29. Casa pertencente a família Lins Caldas – Rua Prefeito Manoel Montenegro nº 263;
30. Casa da Rua Prefeito Manoel Montenegro nº 275;
31. Casa onde residiu o ex-prefeito João Batista Lacerda Montenegro – Rua Prefeito Manoel Montenegro 281;
32. Casa da Rua Prefeito Manoel Montenegro nº 287;
33. Casa da Rua Prefeito Manoel Montenegro nº 307;
34. Sobrado pertencente aos descendentes de Abel Fonseca e Iracema Borges, local aonde nasceram os poetas Renato Caldas, Celso da Silveira, entre outros – Rua Prefeito Manoel Montenegro nº 353;
35. Sobrado da Dired – onde funcionou a 2ª sede do Banco do Brasil e a Coletoria Estadual na Rua Frei Miguelinho – nº 163;
36. Sobrado da Prefeitura Municipal do Assu – situado a Praça Pedro Velho nº 107;
37. Sobrado do Capitão Zumba Marreiro – situado no Sítio Banguê – Zona Rural do Assu.
38. Monumento à Cidade dos Poetas – Criação do artista plástico Gilvan Lopes nos 150 anos do Assu (1995) – localizado ao término da Avenida Poeta Renato Caldas – Próximo ao Posto Florestal.
39. Sobrado do Seminário – situado na Rua Moisés Soares, 183.

Parágrafo Único – Os casarões e monumentos protegidos por esta lei estão intimamente ligados à materialização do povo assuense por serem construções dos séculos XVIII, XIX e XX, constituindo-se como o maior acervo arquitetônico do interior do Estado do Rio Grande do Norte representando um forte marco na paisagem arquitetônica do Assu.

Art. 9º - O Conselho Municipal de Cultura adotará os seguintes procedimentos:

I – Registro no Livro do Tombo correspondente, para eficácia definitiva;

II – Notificação dos procedimentos aos órgãos nas esferas estaduais e federais, bem como aos proprietários dos imóveis.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal do Assú "Palácio Francisco Augusto Caldas de Amorim", em 30 de junho de 2011

IVAN LOPES JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRA REGINA MEIRELLES
HOLANDA ALVES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

IVAN PINHEIRO BEZERRA
SECRETÁRIO ADJUNTO DE CULTURA

REPUBLIÇÃO POR INCORREÇÃO

LEI Nº 367, de 07 de junho de 2011.

EMENTA: AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REALIZAR DOAÇÃO DE TERRENO PÚBLICO À PARÓQUIA DE AÇU, PARA IMPLANTAÇÃO DO SANTUÁRIO IRMÃ LINDALVA JUSTO DE OLIVEIRA.

O Prefeito Municipal do Assú, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal do Assú, Estado do Rio Grande do Norte, aprova e EU sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar a doação de 2,5 hectares do terreno localizado no sítio Malhada de Baixo, zona rural desta cidade, em favor da PARÓQUIA DE AÇU, para implantação do Santuário Irmã Lindalva Justo de Oliveira.

I – A PARÓQUIA DE AÇU com CNPJ: 08.264.111/0013-50, localizada na Praça Getúlio Vargas, s/n, centro, com atividades de organizações religiosas, a doação de um terreno com uma área equivalente a 25.000,00m², localizado no Sítio Malhada de Baixo, limitando ao Norte com 101,07m da área de preservação; ao Sul com 100,30m da área remanescente; ao Leste com 246,52m da área remanescente e a Oeste com 253,42m da área remanescente, conforme levantamento topográfico em anexo.

Art. 2º - A Escritura Pública de doação deverá constar integralmente os termos da presente lei.

Art. 3º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal do Assú "Palácio Francisco Augusto Caldas de Amorim", em 07 de junho de 2011.

IVAN LOPES JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

DELKIZA ALVES CAVALCANTE
SECRETÁRIA DE GOVERNO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

TERMO ADITIVO Nº 01 DO CONVÊNIO Nº 02/2011 – CONVÊNTE: ASSU PREFEITURA – CNPJ: 08.294.662/0001-23 – CONVÊNIDA: LIGA AÇUENSE DE DESPORTOS – CNPJ: 08.565.400/0001-56 - Objeto: O presente Convênio tem por objetivo a manutenção e conservação do Estádio Edgard Borges Montenegro (Edgarzão); a realização de competições amadoras de futebol sem ônus para as equipes filiadas à Liga no tocante a taxas de arbitragem e registro de atletas; disponibilidade dos espaços esportivos no Estádio Edgard Borges Montenegro para as diversas práticas de esportes em contrapartida aos suportes logísticos e financeiros na formação e manutenção da equipe de futebol que representa o nosso município no Campeonato Estadual de Futebol de 2011 – Valor: Ao valor primitivamente convênio, fica adicionada a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correspondente a 11.11(onze, onze por cento) de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), tudo em conformidade com o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, autorizado pela Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, ficando assim desta forma o valor inaugural alterado para R\$ 200.000,00 (duzentos reais) - Data do Aditivo: 27 de junho de 2011.

CONTRATO DE CESSÃO DE USO – CEDENTE: ASSU PREFEITURA – CNPJ: 08.294.662/0001-23 – CESSIONÁRIA: ASSOCIAÇÃO DOS

PEQUENOS PRODUTORES RURAIS BAIXA DOS GALEGOS – CNPJ: 07.817.298/0001-76 – Objeto: O presente contrato tem por objeto formalizar a transferência da posse direta, à CESSIONÁRIA, de 01 (uma) caixa d'água, em PVC, com capacidade de 15.000l, para fins de evitar o desabastecimento de água potável na Comunidade Baixa dos Galegos, devido ao desmoronamento da caixa d'água de 20.000l que compunha o reservatório comunitário, permanecendo o domínio e a posse indireta do bem com o CEDENTE – Prazo: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2012 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural – Data da Cessão: 28 de junho de 2011.

PORTARIA Nº 350/2011

O PREFEITO MUNICIPAL DO ASSÚ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º – ATRIBUIR à servidora efetiva do município, MARCIA BETANIA MOURA BARBOSA, matrícula 17, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação pela efetiva prestação de serviços extraordinários no PSF de Nova Esperança, atribuindo-lhe o valor correspondente a 1/3 (um terço) do salário base.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal do Assú, em 15 de junho de 2011.

IVAN LOPES JUNIOR
PREFEITO

ANTONIO SANTANA PRIMO
Secretário Municipal de Administração
e Recursos Humanos em Exercício

PORTARIA DE FÉRIAS Nº 393/2011

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

CONCEDER a MARIA DALVA DOS SANTOS, matrícula nº 3411-7, funcionário(a) estatutária, ocupante do cargo de GARI, lotada na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, 30(trinta) dias de FÉRIAS, correspondente ao período aquisitivo de 28 de junho de 2010 à 28 de junho de 2011, para serem gozadas a partir de 03 de julho de 2011 à 02 de agosto de 2011, devendo serem feitas as anotações necessárias de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 1.º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE:

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal do Assú - RN, em 28 de junho de 2011.

ANTONIO SANTANA PRIMO
Secretário Municipal de Administração
Recursos Humanos em Exercício

Anexo 3: Carta Patente de João Fernandes Vieira

/06/12

Sesmarias do Império Luso-Brasileiro

Sesmaria	
Esta carta não foi confirmada em Lisboa!	
<i>Referências</i>	
Número da Carta:	605
Referência:	RN 0039
Tipo da Sesmaria	
Requerimento	
Tipo:	Concessão
Data:	04/01/1680
<i>Justificativas</i>	
Justificativas:	Alega possuir engenhos Alega que nao prejudicaria a terceiros Alega serem terras devolutas nunca doadas anteriormente Alega ter combatido os indios durante o povoamento Aumento das rendas reais Solicita isencao de pagamento de foro Solicita isencao de pagamento de tributo Tem gado cavalari Tem gado vacum
Observação das Justificativas:	* O suplicante Joao Fernandes Vieira (RN 0014) alega ter sido o capitao dos Reinos de Angola e tambem alega ter participado da guerra contra os holandeses em cujas guerras gastou grande quantidade de fazendas.
<i>Deferimento</i>	
Deferido:	Sim
Forma do deferimento:	Data de sesmaria
Data do deferimento:	05/01/1680
Data do registro 1:	06/01/1680
Local do registro 1:	Natal
Livro	NA
Escrivão	Manuel Pereira Viegas
Data do registro 2:	//
Local do registro 2:	NA
Livro	NA
Escrivão	NA
Data do registro 3:	//
Local do registro 3:	NA
Livro	NA
Escrivão	NA
Autoridade:	Capitao Mor
Nome da autoridade:	Geraldo de Suni
Passou pelo:	Provedor
Nomes:	Freitas
Determinações do	

www.silb.cchla.ufrn.br/database/Visual/Sesmaria/impressaoSesmaria.php

10/06/12

Sesmarias do Império Luso-Brasileiro

Capitania:	RN - Rio Grande do Norte
Observação do Histórico:	* O suplicante, Joao Fernandes Vieira requer as terras que pertenciam a "inimigos barbaros". O sesmeiro mandou descobrir as ditas terras e ordenou que os descobridores expulsassem o "gentio brabo". * A carta de Data de sesmaria nao contem a dimensao da terra requerida.
Observações Privilegiadas:	

<i>Sesmeiro</i>	
Código Sesmeiro:	000036
Nome:	Joao Fernandes Vieira (RN)
Nome Original:	Joao Fernandes Vieira
Estado Civil:	NA
Conjuge:	NA
Sexo:	Masculino
Índio:	NA
Filiação:	NA
Sesmeiro Pai:	NA
Ocupação:	Capitão-Mor Governador
Morador da Capitania:	Sim
Capitania onde pede:	Rio Grande do Norte
Onde mora no momento do pedido:	NA
Clero Secular:	
Pertence a Ordem Religiosa:	NA
Ordem Religiosa:	
Observação :	* O sesmeiro recebeu tres concessoes, uma no rio Ceara-Mirim, em 1666 (RN 0014), outra no Porto de Touro, em 1668 (RN 0541), e outra no Assu, em 1680 (RN 0039)
Observações Privilegiadas	NA

Usuário que inseriu a carta:	
Usuário que fez a última edição:	alveal

www.silb.cchla.ufrn.br/database/visual/Sesmaria/impressaoSesmaria.php

31

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do RGN, 1778 apud UFRN, 2014, p. 1-

Anexo 4: Lei de emancipação do Assú datado de 1852

Lei n. 124.

(DE 16 DE OUTUBRO DE 1845.)

Elevando à categoria de Cidade a Villa Nova da Princeza, com a denominação de Cidade do Assú.

O Dr. Casimiro José de Moraes Sarmento, Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Lei seguinte :

Artigo unico. Fica elevada à categoria de Cidade a Villa Nova da Princeza, patria do finado Senador Francisco de Brito Guerra, com a denominação de Cidade do Assú; e revogada qualquer disposição em contrario.

Mando portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario interino desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Rio Grande do Norte, 16 de Outubro de 1845, vigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

(L. S.) *Dr. Casimiro José de Moraes Sarmento.*

Lei da Assembléa Legislativa Provincial, que V. Exc. houve por bem sancionar, elevando à categoria de Cidade a Villa Nova da Princeza, com a denominação de Cidade do Assú.

Para V. Exc. ver.

João Ferreira Nobre a fez.

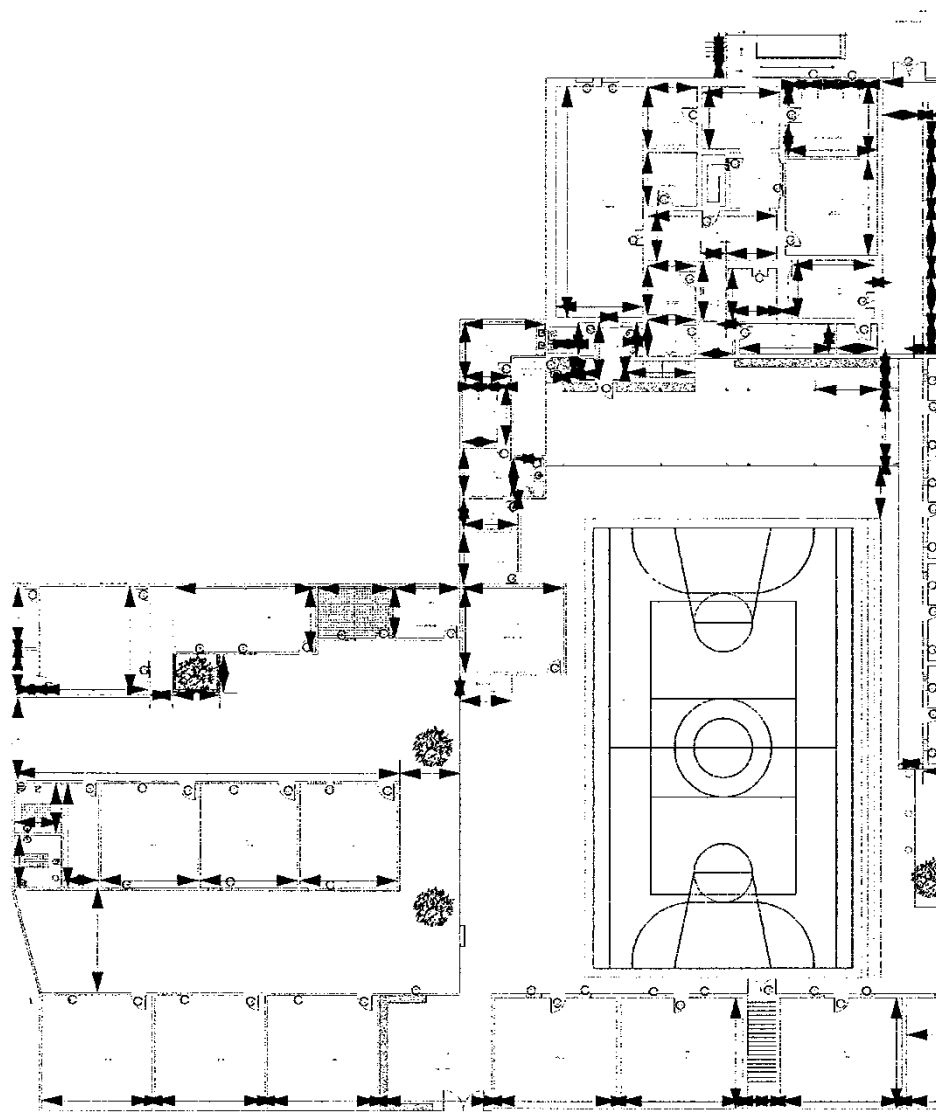
Publicada e sellada nesta Secretaria do Governo do Rio Grande do Norte aos 16 de Outubro de 1845. O Secretari interino — José Nicacio da Silva.

Registrada á folhas 178 verso do livro primeiro de semelhantes. Secretaria do Governo do Rio Grande do Norte, em 17 de Outubro de 1845 — O Segundo Escripturario

José Martiniano da Costa Monteiro.

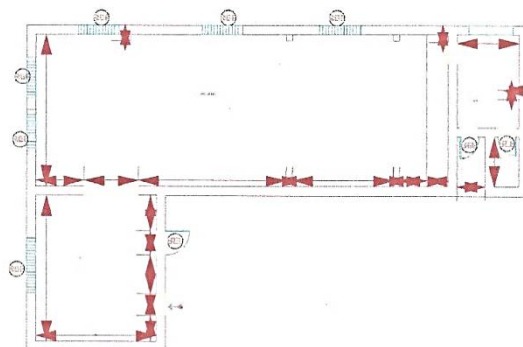
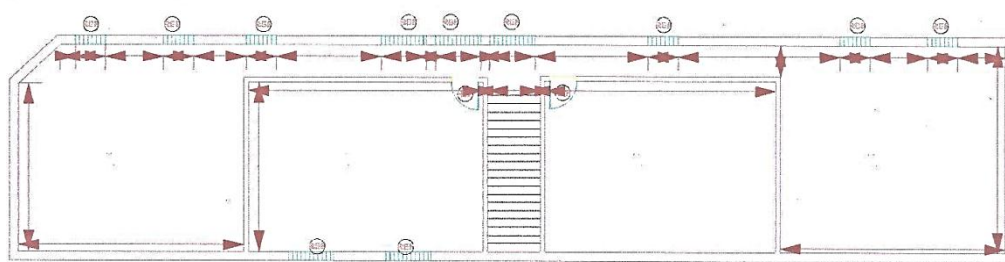
Fonte: Teixeira,2002, *apud* Medeiros: 2006.

Anexo 05: Planta baixa da Casa de Caridade/Instituto Padre Ibiapina



Fonte: Prefeitura Municipal do Assú, 2019.

Anexo 6: Planta alta: Casa de Caridade/Instituto Padre Ibiapina



Fonte: Prefeitura Municipal do Assú, 2019.